

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE**

**O NOVO PAPEL DO RURAL :
O CASO DOS RANCHEIROS DO RIO MOGI-GUAÇU,
MUNICÍPIO DE BARRINHA - SP.**

ROSANE TERESINHA PETRORÓSSI DE FIGUEIREDO

**ARARAQUARA – SP
2009**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE**

**O NOVO PAPEL DO RURAL :
O CASO DOS RANCHEIROS DO RIO MOGI-GUAÇU,
MUNICÍPIO DE BARRINHA - SP.**

**ROSANE TERESINHA PETRORÓSSI DE FIGUEIREDO
ORIENTADORA: DR^a HELENA CARVALHO DE LORENZO**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário de Araraquara, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. ARARAQUARA – SP - 2008

**ARARAQUARA – SP
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

F492n

Figueiredo, Rosane Teresinha Petroróssi.

O novo papel do rural: o caso dos rancheiros do Rio Mogi-Guaçu, Município de Barrinha-SP/ Rosane Teresinha Petroróssi Figueiredo. - Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2009.

--f.105

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Centro Universitário de Araraquara.

Área de Concentração: Gestão de Território.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo.

1. Novo papel do rural. 2. Pluralidade no campo. 3. Turismo rural. 4. Mundo rural.
5. Inclusão Territorial. 6. Rancheiros do Rio Mogi- Guaçu. I. Título.

CDU 504.03

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente**

Candidato(a) : Rosane Teresinha Petroróssi de Figueiredo

Área de Concentração: **Dinâmica Regional e Alternativas de
Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: **Políticas Públicas e Desenvolvimento**

Examinadores	CONCEITO
Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo (Orientador[a])	<i>Aprovada</i>
Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira	<i>aprovada</i>
Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	<i>aprovada</i>

Observações:

*A candidata realizou pleno domínio do
tema, faz um estudo relevante, defende
suas ideias com argumentos sólidos da banca
para sustentar a qualidade dos artigos utilizados
resultando do estudo, do f*

Araraquara, 19 de maio de 2009


Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo
Presidente

Dedica-se a nossa família, pela paciência, incentivo, compreensão durante nossas ausências.

AGRADECIMENTOS

A toda minha família, pais, irmãs, esposo e filhos, pela compreensão e incentivo para a realização desta dissertação.

À professora doutora Helena de Carvalho Lorenzo, pela orientação, dedicação e disponibilidade nos momentos precisos .

Ao professor doutor Orivaldo Queda, pela disciplina ministrada de grande valia a minha vida acadêmica.

Às professoras Dr. Vera Botta e Dr. Darlene Ferreira, por terem dado um norte a essa dissertação.

Aos companheiros do curso de mestrado, pela solidariedade .

A todos os rancheiros, sujeitos da pesquisa, pela convivência durante estes seis anos e pela colaboração por meio de entrevistas para a elaboração desta dissertação.

Aos proprietários da Estância Fazendinha, município de Barrinha, que abriram suas portas proporcionando-me um maior envolvimento com o universo da pesquisa, e também pela oportunidade de conviver com a população desta pequena comunidade rural.

“Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho”. (MARTINS, 1980, p. 60)

RESUMO

O novo rural brasileiro apresenta uma diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas que passam pela pluriatividade na agricultura familiar e nos assentamentos rurais até ao investimento em turismo rural e outros nichos de mercado que proporcionam trabalho e renda. A presente dissertação, no intuito de colaborar com o tema do novo rural brasileiro, apresenta uma experiência vivenciada pela população ribeirinha do rio Mogi-Guaçu, rancheiros e uma estância rural do município de Barrinha, interior do estado de São Paulo. O estudo vem ao encontro do referencial teórico que vem desmistificando velhas “concepções” sobre o rural, como sinônimo de “atraso” e “rural” como somente bucólico ou nostálgico. O universo da pesquisa é formado por 137 ranchos e uma estância rural; dentre os 137 ranchos, 75 são considerados por lei irregulares, pois as edificações foram construídas dentro de áreas de preservação permanente; estes ranchos praticam atividades diversas, como arrendamento das terras para as culturas de cana-de-açúcar, algodão, amendoim, etc. Esses ranchos não fazem parte da Associação Princesa do Mogi e não foram selecionados para a pesquisa, pois além da questão da “irregularidade”, não buscaram formas alternativas de trabalho e renda, pelo contrário, sustentam as “velhas” e tradicionais relações de trabalho. Foram selecionados sessenta e dois ranchos considerados por lei regulares, pois estão fora da área de preservação permanente e a Estância Fazendinha, que trabalha com turismo rural. Dentre os 62 ranchos regulares que praticam atividades diversas, a pesquisa extrapolou a questão da “subsistência” e analisou 9 ranchos e uma estância rural cujo objetivo maior é gerar trabalho, renda e melhor qualidade de vida; esses ranchos estão articulados por meio de uma rede social e associados à “Associação Princesa do Mogi”. As referências teóricas utilizadas na pesquisa foram fundamentadas nos estudos sobre o “novo rural brasileiro” e a “pluriatividade no campo”, que explicitam o paradoxo das formas de produção e de trabalho: de um lado percebe-se um meio rural estruturado para os grandes latifúndios e a monocultura canavieira e, de outro, as pequenas propriedades familiares que investiram na pluriatividade para permanecerem no campo e se reproduzirem socialmente e culturalmente enquanto comunidade rural. É importante enfatizar que esses nove ranchos não são segunda residência ou ranchos de lazer, mas especificamente, ranchos de caráter domiciliar e unidades de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Novo papel do rural, pluriatividade no campo, elementos de ruralidade, redes, atores sociais, inclusão territorial, rancheiros do Rio Mogi-Guaçu, SP.

ABSTRACT

The new rural Brazil presents a variety of agricultural and non agricultural activities that are the pluriactivity in family farming and rural settlements to the investment in rural tourism and other niche markets that provide work and income. This dissertation, in order to collaborate with the theme of the new rural Brazil, has an experience for the population bordering Rio Mogi-Guaçu, ranchers and rural municipality office Barrinha, interior of São Paulo state. The study is in line with the theoretical framework that has demystified old “designs” on the countryside, as a synonym for “delay” and “rural” as only bucolic or nostalgic. The coverage of the research consists of 137 ranches and a rural office, among the 137 ranches, 75 are considered illegal by law, because the buildings were built in areas of permanent preservation; these ranches practice various activities such as leasing of land for cultivation of sugar cane, cotton, peanut, etc. These ranches are not part of the Associação Princesa do Mogi and were not selected for the research, because apart from the question of “irregularity”, not seeking alternative forms of employment and income, by contrast, support the “old” and traditional relations. We selected sixty-two ranches as scheduled by law, they are outside the area of permanent and Estância Fazendinha, which works with rural tourism. Among the 62 regular ranches that practice many activities, the study extrapolated the issue of “subsistence” and analyzed 9 rural ranches and an office whose purpose is to generate higher employment, income and quality of life, these ranches are articulated through a network social and related to the “Associação Princesa do Mogi”. The theoretical references used in the research were based on studies on the “new Brazilian rural” and “pluriactivity” in the field, which explain the paradox of the forms of production and work: on one hand we find a rural structured for large land and sugarcane monoculture, and another, small families who invested in properties pluriactivity to remain in the field and to reproduce socially and culturally as the rural community. It is important to emphasize that these nine ranches are not second home or recreational ranches, but specifically, and ranches that are home sites.

KEYWORDS: new role of rural, pluriactivity, rural traditions, networks, social actors, territorial inclusion, ranchers of Rio Mogi-Guaçu, SP.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE FOTOGRAFIAS	9
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE MAPAS.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 O tema e a proposta de pesquisa.....	15
1.2 Objetivo geral e objetivos específicos.....	18
1.3 Justificativa.....	19
1.4 Percorso metodológico.....	19
1.4.1 tapas e fontes de pesquisa	24
1.5 Organização e estrutura da dissertação.....	25
2 AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO CAMPO E O NOVO PAPEL DO RURAL.....	27
2.1 O novo papel do rural.....	29
2.2 Os complexos agroindustriais: conceitos, dinâmica e relações tradicionais de trabalho.....	31
2.2.1 Os complexos agroindustriais no Brasil na atualidade.....	33
2.3 Novas formas de organização das atividades no campo.....	34
2.3.1 A pluriatividade: elementos e aportes teóricos.....	34
2.3.2 A pluriatividade no campo: resistência pela permanência no meio rural.....	36
2.3.3 Turismo rural.....	39
2.3.4 Agricultura familiar pluriativa.....	41
2.3.5 A pluriatividade nos assentamentos rurais.....	43
2.4 O Projeto Rurbano: uma análise sobre o novo rural brasileiro.....	44
2.5 Desenvolvimento em comunidades rurais.....	48
2.6 Redes de localidades.....	50

2.6.1 A articulação dos atores sociais por meio de redes.....	51
3 O MUNICÍPIO DE BARRINHA NO CONTEXTO REGIONAL.....	55
3.1 O município de Barrinha no contexto da agroindústria canavieira.....	55
3.2 Breve histórico sobre o município de Barrinha - SP.....	58
3.3 A ocupação por ranchos no município de Barrinha às margens do rio Mogi-Guaçu: áreas de lazer e unidades de produção.....	65
4 O “NOVO RURAL” NO MUNICÍPIO DE BARRINHA: RESULTADOS DA PESQUISA.....	73
4.1 Caracterização dos ranchos pesquisados	73
4.2 Formação da associação Princesa do Mogi : participação e decisões.....	75
4.3 Turismo rural	76
4.4 Elementos de "ruralidade" presentes no cotidiano da vida dos rancheiros do município de Barrinha -SP.....	79
4.5 Rede geográfica e social: a articulação dos atores sociais.....	82
4.6 A diversidade de atividades praticadas pelos rancheiros: produção e comercialização.....	84
4.7 Emprego, renda e meio ambiente.....	96
4.8 A participação do poder público municipal.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS.....	105

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Balsa no rio Mogi Guaçu: único elo de transporte entre os municípios de Jaboticabal e Barrinha no Início do Século XX.....	62
Foto 2 - Antiga Ponte Velha, construída em 1920, que ligava os municípios de Jaboticabal e Barrinha.....	62
Foto 3 - Foto aérea: área urbana e rural: Estância Fazendinha e área de ranchos – universo da pesquisa – município de Barrinha – SP.....	67
Foto 4 - Rancho com área de lazer, piscina e quadra esportiva.....	70
Foto 5 - Rancho utilizado como residência	71
Foto 6 - Foto aérea da Estância Fazendinha – Barrinha – SP.....	77
Foto 7 - Visita de escola monitorada por professores e monitores - Estância Fazendinha.....	78
Foto 8 - Restaurante da Estância Fazendinha.....	78
Foto 9 - A dança da catira, por sr. Juarês.....	80
Foto 10 – Festa junina.....	88
Foto 11- Moda de viola ao redor do fogão à lenha.....	81
Foto 12 - Boi e porco no “rollet”.....	81
Foto 13 - Criação de peixes em tanques redes.....	86
Foto 14 - Lago para pesque-pague – Estância Fazendinha.....	87
Foto 15 – Cultura de alface – sítio Calipal I.....	88
Foto 16 - Viveiro de mudas – sítio Calipal I.....	88
Foto 17 - Instrumentos de trabalho e veículo para transporte de verduras para o CEASA de Ribeirão Preto – sítio Calipal I.....	89
Foto 18 – Cultura de hortaliças diversas.....	89
Foto 19 - Pocilga – rancho Fortaleza: matriz e leitões.....	90
Foto 20 – Criação de leitões – rancho Fortaleza.....	91

Foto 21 – Plantação de berinjela – rancho Santa Maria.....	91
Foto 22 – Plantação de milho - rancho Fundo.....	92
Foto 23 – Tanque de água utilizado para irrigação – sítio Calipal I.....	92
Foto 24 - Feira municipal de Barrinha – venda de milho e seus derivados.....	93
Foto 25 - Feira municipal de Barrinha – venda de embutidos.....	94
Foto 26 – Feira municipal de Barrinha - venda de verduras.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela -1 População na bacia do rio Mogi-Guaçu.....	60
Tabela -2 Dados sobre o município de Barrinha – SP	60
Tabela - 3 Equipamentos e serviços nos logradouros – área de ranchos.....	71
Tabela - 4 Classificação dos ranchos: regulares e irregulares.....	74
Tabela - 5 Origem dos rancheiros e atividades anteriormente praticadas.....	75
Tabela - 6 Atividades econômicas praticadas pelos ranchos pesquisados.....	85
Tabela - 7 Geração de emprego.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1 Desenho da rede social.....	83
Quadro - 2 Dados das atividades praticadas, mercado consumidor e produção por unidade.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da área e a produção da cana para indústria na EDR de Ribeirão Preto.....	55
Gráfico 2 - Evolução da produtividade (t/ha) da cana -de-açúcar na EDR de Ribeirão Preto.....	56
Gráfico 3 - Evolução da participação dos municípios da DER de Ribeirão Preto na área de produção de cana-de-açúcar.....	57
Gráfico 4 - Evolução da participação dos municípios da DER de Ribeirão Preto na área de produção de cana em toneladas.....	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Município de Barrinha na bacia hidrográfica do Médio Mogi-Guaçu-Inferior.....59

Mapa 2 – Área do município de Barrinha na região de Ribeirão Preto.....61

1 INTRODUÇÃO

1.1 O tema e a proposta de pesquisa

As transformações vivenciadas pelo campo a partir de meados da década de setenta e, de forma mais incisiva, a partir da década de noventa do século passado têm revelado experiências bastante diversificadas, contribuindo para uma análise mais sistemática sobre as concepções no mundo acadêmico que tratavam de forma antagônica o “rural e o urbano”. Por um lado, o processo de desenvolvimento do campo via industrialização tem eliminado gradativamente a separação rígida e tradicional entre rural e urbano, unificando-os numa unidade dialética. Por outro, emergem experiências eficazes em pequenas comunidades rurais que rompem com o discurso conservador que até então persistia, de que “rural”, dentro de uma categoria de análise, é subserviente ao “urbano”.

Neste contexto, vêm sendo desenvolvidos trabalhos que mostram que a pluriatividade no campo, ou seja, atividades agrícolas e não agrícolas, pode ser reconhecida como um importante instrumento de combate a pobreza rural, à instabilidade de renda agrícola e ao êxodo rural desordenado. O presente trabalho pretende contribuir para esse debate e procura mostrar que a pluriatividade fica fortalecida pela presença de redes sociais, mesmo que informais e que também não pode dispensar o apoio do setor público, quer seja por meio de políticas públicas ou de outras formas menos formais de apoio.

O estudo considera que o meio rural é heterogêneo, diversificado, pois ao mesmo tempo em que apresenta relações de trabalho baseadas na dinâmica dos grandes latifúndios, também apresenta novas formas de organização, onde os atores criam arranjos produtivos inovadores para não se proletarizarem e permanecerem no meio rural.

Algumas experiências recentes apontam novas formas de organização com mais autonomia em relação às cidades e regiões próximas, dando lugar a um novo rural.

Essas transformações, que o mundo rural atualmente vivencia vêm sendo estudadas por diversos autores e permitindo uma nova definição do que seja “rural” e de sua delimitação territorial. De acordo com Schneider (2003), o meio rural brasileiro tem apresentado atualmente mudanças nas formas de ocupação da força de trabalho e coloca em evidência uma complexidade de alterações nas relações sociais e culturais que vão muito além das mudanças perceptíveis no mercado de trabalho. Essas alterações implicam mudanças nas formas de funcionamento das unidades familiares, explicitando novas estratégias individuais e coletivas que objetivam garantir a reprodução de grupos e das comunidades rurais. Segundo o autor mencionado, a compreensão das transformações espaciais, sociais, econômicas e culturais no mundo rural passa pela pluriatividade no campo, que permitiu novas atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. Pode-se dizer que são estratégias que as comunidades rurais vêm promovendo para driblarem a crise econômica e permanecerem no campo.

É nesse contexto que surgem algumas experiências de desenvolvimento endógeno, com atores sociais criando novas formas de organizações em redes, no intuito de gerar trabalho e renda, distintos dos modelos baseados em grandes indústrias, mas agora, baseados em inovações, criatividade e articulação dos atores nos diversos níveis territoriais.

A presente dissertação procurou fazer um diálogo entre os estudos sobre o novo papel do rural e a experiência empírica vivenciada pela população rural ribeirinha (ranchos e uma estância rural) do município de Barrinha, interior do estado de São Paulo. O município está localizado na bacia hidrográfica do médio Mogi-Guaçu Inferior; tem como característica peculiar ser cidade dormitório de bóias-frias que trabalham nas usinas de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto. No município existem cento e trinta e sete ranchos às margens do referido rio e uma estância rural, denominada Estância Fazendinha, que podem ser considerados como a origem do estudo aqui apresentado.

A primeira visita realizada por esta pesquisadora aos ranchos mencionados ocorreu em 2003, juntamente com a Polícia Ambiental e o Centro de Educação Ambiental de Jaboticabal, com o objetivo de identificar os ranchos que se encontravam dentro das áreas de preservação permanente (APP) e notificar os respectivos proprietários de que estavam praticando um crime contra o meio ambiente. No decorrer da visita observou-se a presença de um conjunto de ranchos, construído a partir da década de noventa, localizado fora das áreas de preservação permanente, portanto,

respeitando a legislação ambiental e praticando atividades diversas para gerar trabalho e renda para as famílias dos proprietários. Este “achado” mostrava a presença no local de novas formas de organização da produção onde se conciliava atividades típicas do campo com atividades urbanas.

Assim, frente às possibilidades de análise da experiência observada, decidiu-se tomá-la como objeto de pesquisa, tendo como referência a literatura sobre o “novo rural” e a pluriatividade no Brasil. Os ranchos que deveriam habitualmente servir como área de lazer, ou como segunda residência, utilizavam o espaço em seu entorno para outras atividades. Nessas áreas peculiares voltadas para o lazer e turismo observou-se um conjunto de atividades diversificadas que indicava a presença da “pluriatividade” no campo, tema que vem sendo bastante discutido pela literatura sobre o “novo rural”.

As experiências dos rancheiros e da Estância Fazendinha sugeriram a possibilidade de serem analisadas segundo referencial teórico que explica as mudanças vivenciadas pelo mundo rural a partir da década de noventa. Portanto, o estudo dessa experiência empírica possibilitaria colaborar com os estudos sobre o “novo” papel do rural e as mudanças no mundo rural que têm se revelado como uma nova forma de geração de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.

Os proprietários desses ranchos, em sua maioria, foram trabalhadores da grande indústria canavieira, fortemente presente na região. A crise no setor, a partir dos anos 90, expulsou grande parte de sua mão de obra, sendo que, muitos trabalhadores, sem encontrar emprego na área urbana do município de Barrinha voltaram-se para as áreas de ranchos, não para a prática do lazer, mas para o trabalho. Assim, muitos adquiriram terrenos às margens do rio Mogi-Guaçu em loteamentos legalizados, outros, em loteamentos clandestinos, cujo objetivo maior foi fixar residência e utilizar o espaço do lote para plantio de culturas diversas e criação de animais. Dentre os 137 ranchos existentes, constatou-se que além do lazer, muitos ranchos praticam outras atividades diversas, como de subsistência, arrendamentos de suas terras para a indústria canavieira, plantação de algodão, amendoim, etc. Observou-se que nove ranchos e uma estância rural ali instalados utilizam suas terras para gerar trabalho e renda para suas respectivas famílias e funcionários por meio de atividades diversas. Esses foram os objetos dessa pesquisa.

A questão de pesquisa fundamenta-se em um paradoxo: a industrialização da agricultura, o avanço da tecnologia e o aprofundamento das relações capitalistas no mundo rural, ao mesmo tempo em que expulsam mão de obra considerada

“desqualificada” ou “onerosa”, pode promover o surgimento de novas experiências e novas formas de organização econômica no meio rural. Essas experiências, todavia, que buscam formas singulares de sobrevivência, dependem fortemente da presença de uma rede social e necessitam do apoio do poder público para sua sobrevivência.

Tomou-se, pois, como referência básica a noção de que essa população ribeirinha que pratica uma diversidade de atividades no campo, inclusive a pluriatividade, somente resistirá enquanto grupo se mantiver a articulação dos seus membros por meio de “rede social” e se obtiver subsídios ou respaldo de “políticas públicas” em relação à capacitação dos atores sociais, orientação técnica e jurídica.

Assim, a premissa básica que orientou a pesquisa foi fundamentada na literatura e estudos sobre o novo rural brasileiro.

Os estudos sobre a pluriatividade também apontam as dificuldades encontradas pelas famílias rurais quando estas pequenas propriedades praticam a pluriatividade isoladamente, mostrando que há maior chance de progresso quando estas estão articuladas por meio de associações ou quando criam uma rede de cooperação entre todos os atores envolvidos.

1.2 Objetivo geral e objetivos específicos

Neste contexto o objetivo geral da presente pesquisa foi estudar as diversas práticas econômicas realizadas pela população ribeirinha do município de Barrinha; compreender como a experiência está sendo promovida; conhecer a identidade cultural e os fatores socioeconômicos que dão sustentação ao grupo; identificar como esse grupo se articula e se relaciona para gerar trabalho, renda e qualidade de vida.

Objetivou-se também analisar o "caso" a luz das "teorias" (estudos) sobre as novas experiências e atividades vivenciadas atualmente no mundo rural brasileiro, procurando entender a "especificidade do "caso" pesquisado frente as outras experiências conhecidas e já estudadas. Os objetivos gerais da pesquisa foram obtidos a partir do cumprimento dos seguintes objetivos específicos:

- 1 - Estudo sobre a origem social e econômica do grupo e sobre sua formação no local.
- 2 - Estudo sobre as atividades econômicas que esse grupo pratica; suas formas de organização e produção.

3 - Estudo sobre como se realizam as vendas das mercadorias que produzem e quais os principais mercados.

4 - Estudo sobre as características culturais do grupo, a presença de traços culturais peculiares e de tradições.

5 - Identificação das instituições e associações ligadas ao grupo, e seus papéis na dinâmica do grupo.

6 - Estudo sobre o papel do poder municipal, estímulos e presença de políticas públicas.

7 - Identificar a presença ou não de preocupação em relação ao meio ambiente.

1.3 Justificativa

A principal razão para a realização da pesquisa foi a importância da experiência, apreendida por meio do contato com o grupo estudado. Foi possível perceber a luta do grupo para sobreviver a partir de suas próprias iniciativas e a vontade de fixar-se no local. Assim espera-se que o presente estudo possa contribuir para o conhecimento e fortalecimento da experiência. Espera-se também que o estudo possa contribuir para ampliar o debate sobre o tema na medida em que forem evidenciadas especificidades da experiência. Espera-se, por fim, que o estudo possa trazer subsídios para a compreensão das transformações vivenciadas atualmente pelo mundo rural brasileiro, especificamente uma colaboração para os estudos sobre o novo papel do rural na atualidade.

1.4 Percurso metodológico

Do ponto de vista da metodologia científica cabem algumas observações sobre as principais concepções científicas que embasam a realização do estudo e dessa perspectiva deve ser destacado que em relação aos métodos, todo trabalho científico, seja de natureza teórica ou empírica, deve esclarecer o caminho percorrido para a sua efetivação. Segundo Chauí (1999), o método guia o trabalho intelectual, a produção das idéias, dos experimentos e teorias, no intuito de avaliar cientificamente os resultados obtidos. A ciência avança em contínuo processo de investigação, que implica em

mudanças na esfera científica, à medida que surgem fatos novos, portanto, não pode ser considerada como um fato *sine-qua-non*. A produção científica está compromissada com o registro dos fatos e a divulgação dos mesmos, respaldados pelos aspectos éticos, científicos e metodológicos, fundamentados epistemologicamente.

A preocupação em estabelecer um referencial metodológico teórico e mais complexo também está expressa em Pádua, 1996:

A questão dos procedimentos é uma questão instrumental, portanto referente à prática do pesquisar, como um conjunto de técnicas que permitem o desenvolvimento desta atividade nos diferentes momentos do seu processo, neste sentido, as técnicas que auxiliam e possibilitam elaborar um conhecimento sobre a realidade, não podem se caracterizar como instrumentos meramente formais, mecânicos, descolados de um referencial teórico que as contextualize numa tonalidade mais ampla (PÁDUA, 1996, p.30).

A pesquisa apresentada buscou métodos que possibilitaram o desvendamento da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa. O método histórico foi essencial na elaboração da pesquisa, pois permitiu compreender a realidade dos sujeitos; analisar as atividades praticadas pelos rancheiros do rio Mogi-Guaçu e estância Fazendinha no referido município, como essas práticas são promovidas, o que lhes dão sustentação para que o grupo permaneça se reproduzindo e gerando trabalho e renda. Para Lakatos e Marconi (1991), dessa forma, o pesquisador que se utiliza do método histórico, tem a preocupação de colocar o fenômeno estudado no ambiente social em que surgiu, ou seja, contextualiza-o. Assim, será capaz de acompanhar suas sucessivas alterações e de compará-lo a fenômenos semelhantes, em sociedades diferentes.

A perspectiva mais geral do método fenomenológico foi buscada no trabalho por meio de uma análise sobre os hábitos e costumes do cotidiano dos rancheiros, ou seja, como esses sujeitos vêem o mundo rural; quais são seus hábitos e costumes, que festas típicas do meio rural realizam, ou seja, apesar de viverem no meio rural, esses atores se identificam com o mundo rural ?

Para Masini (1989), o método fenomenológico valoriza, sobretudo, a interpretação do mundo, a qual surge intencionalmente à consciência do homem. O método não se restringe à descrição dos fenômenos somente, mas vai além, tem por objetivo desvendar os sentidos menos aparentes, valorizar a pesquisa do cotidiano, que para muitos parece irrelevante, sem significado, em decorrência da sua simplicidade e rotina. Esse método procura redirecionar o olhar do pesquisador, valorizando os hábitos

e costumes dos atores pesquisados; a pesquisa que utiliza como respaldo metodológico também o fenomenológico, o sujeito deixa de ser um observador imparcial e acaba de certa forma na condição de ator.

Dessa forma, tendo com pano de fundo aspectos mais gerais dos métodos histórico e fenomenológico, o estudo procurou observar questões que considera essencial, pois, como comentam Cerro e Bervian (1996), uma pesquisa para ser bem sucedida deve levar em conta, obviamente além de outras questões, as seguintes observações:

- a) propor problemas, formular questões ;
- b) registrar os dados observados com o intuito de responder às perguntas formuladas;
- c) elaborar explicações ou rever conclusões, idéias ou opiniões que estejam em desacordo com as observações ou com as respostas resultantes.

Também deve ser mencionado que houve uma preocupação bastante conceitual com relação à análise de dados. Há múltiplas maneiras de se interpretar dados. Segundo Pádua (1996), são diferentes marcos epistemológicos de que se lança mão para a compreensão da realidade estudada. O resultado não deve constituir-se em uma realidade única, absoluta e inquestionável, mas numa forma de conhecimento que atribui um determinado sentido, não dogmático àquele aspecto particular do real.

Do ponto de vista da metodologia da pesquisa e tendo em vista o objetivo geral deste trabalho de descrever e analisar as atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo de rancheiros, observando-se em que condições as atividades desenvolvidas encontram possibilidades mais favoráveis para se desenvolver e se consolidar, o principal método utilizado foi o uso de um estudo de caso de natureza predominantemente qualitativa.

O uso de método de estudo de caso vem sendo muito usado nas ciências sociais por proporcionar uma visão ampla do problema, obtida por meio do estudo profundo de um ou poucos objetos, gerando um conhecimento detalhado do assunto, tarefa muito difícil de atingir com outros métodos; apesar de haver objeções com relação à dificuldade de generalização, sua aplicação leva em consideração as características de cada caso, demonstrando aspectos que os diferenciam. É essa diferenciação o que se busca com o estudo proposto. Como esforço de pesquisa o estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos sociais complexos, organizacionais, políticos, sendo

uma estratégia comum na sociologia, psicologia, antropologia, dentre outras. (YIN, 2001, p.19)

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso permite responder a perguntas do tipo, *por quê e como*. Segundo Yin (2001, p19), a escolha do estudo de caso como método de pesquisa é recomendada quando a aplicação do estudo de caso responde questões do tipo como, por quê e quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inserido em algum aspecto da vida real. Assim, também neste sentido, este trabalho se enquadra perfeitamente ao estudo de caso, uma vez que essas foram as perguntas essenciais do estudo: *como se formou e como se desenvolve a pluriatividade nos ranchos localizados no rio Mogi Guaçu? Por que se localiza nesta área? Quais as possibilidades de que essas atividades possam garantir a sobrevivência do grupo e sua continuidade e consolidação na área?*

Com relação aos fins, o estudo proposto é essencialmente exploratório, pois o tema não foi ainda estudado sobre este aspecto; além disso, é descritivo na medida em que caracteriza e descreve a experiência estudada. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias constituem o primeiro estágio de toda pesquisa científica, cujo objetivo central é auxiliar na compreensão dos problemas referentes ao estudo. O universo da pesquisa até a presente data ainda não havia sido investigado; a Casa da Lavoura (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada) dos municípios de Jaboticabal e Sertãozinho não têm dados sobre o número de ranchos no município, tão pouco a Polícia Ambiental e o DPRN do município de Sertãozinho, que são os órgãos públicos responsáveis pelo município de Barrinha.

A pesquisa também explorou o tema uma vez que levantou o número de ranchos no município e classificou-os em legais e ilegais, ou seja, os ranchos que estão dentro e fora da área de preservação permanente (APP). Essa questão é muito importante, pois a prefeitura do município de Barrinha não tem dados sobre o número de ranchos, tão pouco mapas de suas localizações, somente possui dados e mapas de áreas de ranchos que foram desmembradas pela prefeitura, portanto, o universo da pesquisa também é desconhecido pela própria prefeitura do município, pois há muito mais ranchos do que a prefeitura registra, e muitos estão sendo construídos em áreas de preservação permanente e em terrenos não legalizados. Analisaram-se as atividades praticadas pelos rancheiros e se essas são realmente importantes e eficazes para o desenvolvimento local/rural e se a presença de políticas públicas se faz necessária para a efetivação

dessas atividades.

De acordo com Oliveira (2007), a pesquisa exploratória tem por objetivo dar uma explicação mais geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos. Em regra geral, um estudo exploratório é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses.

As pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Dessa forma, a pesquisa exploratória, ao dar uma explicação geral, pode levantar um novo problema que será esclarecido através de uma pesquisa mais consistente (OLIVEIRA, 2007, p.65).

Desse modo a pesquisa não tem a intenção de quantificar o desenvolvimento das atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo analisado, mas verificar a forma como se deu a formação e o desenvolvimento de um grupo de famílias que, resistindo ao possível desemprego e à exclusão social, vem se afirmando como um grupo que desenvolve um conjunto de atividades que lhes permite sobreviver e manter suas características enquanto grupo social diferenciado.

Por meio da pesquisa qualitativa realizada buscou-se descrever a complexidade do universo analisado, que além de ser percebido como algo singular, mostrou uma diversidade de atividades econômicas e vários arranjos criativos para a produção e a venda dos produtos. O estudo mostra que o espaço geográfico pesquisado não é homogêneo, no que tange às atividades e também no que tange às relações sociais entre os atores envolvidos, ou seja, cada caso teve que ser investigado separadamente para que se pudesse chegar à compreensão do todo. Buscou-se pois não uma abordagem mecanicista de mundo, mas uma visão holística para compreender a realidade vivenciada por cada ator social, sua articulação no grupo.

A pesquisa qualitativa empregada na pesquisa foi fundamental para a compreensão da realidade que há por trás das aparências, pois, segundo Trivinos (1987), nas pesquisas qualitativas, a realidade a ser pesquisada é tida como fonte direta dos dados, e o pesquisador é visto como um instrumento-chave da pesquisa.

Para Oliveira (2007), a abordagem qualitativa é um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico. Tal processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análises de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva. Em pesquisas de

abordagem qualitativa todos os fatos e fenômenos são significativos e relevantes.

Segundo Pádua (1996), existem problemas de investigação que necessitam de dados e informações referentes a um grande número de sujeitos e que, conseqüentemente, exigem uma pesquisa de cunho quantitativo. Já, em outros casos, quando há uma maior necessidade de compreensão da dinâmica de um processo, a pesquisa de cunho qualitativo é primordial. Portanto, Segundo Thiollent (1994), uma circulação entre procedimentos quantitativos e qualitativos, bem como com outras dimensões de análise histórica e documental seja a solução satisfatória.

1.4.1 Etapas e fontes de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas:

A primeira etapa foi de pesquisa bibliográfica desenvolvida com material já elaborado, constituído de livros e artigos sobre o tema. A pesquisa bibliográfica abrangeu leitura, análise e interpretação de livros, textos, periódicos, dissertações e teses. Tratou-se de uma leitura sistemática que sustentou a fundamentação teórica do estudo, a fundamentação da justificativa, a definição do problema, e a determinação dos objetivos. Buscou-se fundamentalmente a contribuição dos diversos autores sobre o tema.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com a análise documental sobre a região estudada com objetivo de compor um quadro socioeconômico do município de Barrinha.

A terceira etapa da pesquisa foi a aplicação do estudo de caso de natureza qualitativa por meio de pesquisa de campo. Envolveu, por sua vez, alguns procedimentos de pesquisa. Inicialmente foram identificados e obtidos dados sobre o número de rancheiros que residem às margens do rio Mogi-Guaçu no município de Barrinha. O levantamento ocorreu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007; janeiro, fevereiro e julho de 2008. Assim, foram visitados todos os 137 ranchos, após realizaram-se entrevistas com os rancheiros que especificamente praticam atividades para gerar trabalho e renda e estão associados à Associação Princesa do Mogi. Pelo fato do universo da pesquisa ser muito heterogêneo, como já foi comentado; por ser uma área considerada periurbana, muitas atividades são possíveis de serem realizadas. Encontraram-se áreas de agriculturas permanentes e perenes, mas realizadas por meio de arrendamentos; essas áreas não foram de interesse da pesquisa, pois não são atividades praticadas por meio de uma rede de cooperação e também esses rancheiros não fazem parte da associação.

Após esse levantamento geral foram selecionados para realização de entrevistas os ranchos de caráter residencial, construídos fora das áreas de preservação permanente que fazem parte da Associação Princesa do Mogi, portanto envolvidos com atividades econômicas no intuito de gerar trabalho e renda. Num segundo momento identificaram-se os atores sociais envolvidos nessa experiência, por meio de visitas e aplicação de questionário aberto. Na terceira etapa foram estudadas as entidades envolvidas com essa experiência, a participação do poder público e os mercados ou espaços que são utilizados para a venda dos produtos.

Para compreensão e análise da questão de pesquisa, aplicou-se um questionário aberto que permitiu um melhor envolvimento com os sujeitos da pesquisa e aproximação das respostas que a investigação permitiu, conforme questionários em anexo 1.

1.5 Organização e estrutura da dissertação

Após a realização da pesquisa e organização dos dados observados em campo o trabalho final foi organizado em três capítulos, cuja estruturação buscou envolver aspectos teóricos referentes aos conceitos de novo rural e de pluriatividade no campo, de modo a possibilitar uma avaliação do estudo de caso realizado e estão assim estruturados:

2 AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO CAMPO E O NOVO PAPEL DO RURAL apresenta discussões sobre o novo papel do rural, tema central desse estudo. A inclusão de uma pequena síntese sobre os complexos agroindustriais deve ser entendida como forma de mostrar que a dinâmica da agroindústria e as formas como consolidou relações tradicionais de trabalho deu origem a forte exclusão social e ao mesmo tempo deu origem a novas formas de organização das atividades no campo. O tema central do primeiro capítulo é o estudo da pluriatividade e das formas como se realiza: turismo rural, agricultura familiar pluriativa, a pluriatividade nos assentamentos rurais, o projeto “Rurbano”. Esses aspectos novos do processo de produção estão na base de um novo conceito de desenvolvimento voltado para processos mais endógenos, hoje conhecidos como desenvolvimento local em comunidades rurais. Também um estudo sobre redes sociais constituiu parte do capítulo primeiro para mostrar como em tempos atuais o apoio de localidades e de participantes e parceiros locais (chamado

atores locais) são importantes para a sustentação dessas novas formas de buscar a sobrevivência e fugir da exclusão no Brasil.

3 O MUNICÍPIO DE BARRINHA NO CONTEXTO REGIONAL, analisou-se brevemente o município de Barrinha no contexto da agroindústria canavieira e a ocupação por ranchos na margem direita do rio Mogi-Guaçu. Neste capítulo estão apresentados primeiros dados sobre todo o caso analisado pela pesquisa que abrange 137 ranchos às margens do rio Mogi-Guaçu, onde sessenta e dois (62) são considerados regulares, pois estão fora da área de preservação permanente (A P P) e setenta e cinco (75) são considerados irregulares em desrespeito à lei. O estudo em profundidade foi realizado em ranchos regulares, cujas edificações são único domicílio da família, cujos proprietários desenvolvem atividades agrícolas e ou a pluriatividade para gerar trabalho e renda.

4 O “NOVO RURAL” NO MUNICÍPIO DE BARRINHA: RESULTADOS DA PESQUISA, estão apresentados os resultados da pesquisa mostrando que, no caso analisado, a pluriatividade encontra ambiente favorável para crescer associada à presença de redes sociais e de atividades que possam ser ampliadas no mundo urbano.

Os resultados da pesquisa foram apresentados em blocos de questões organizados a partir da literatura sobre o tema. Caracterizou-se os ranchos pesquisados e origem dos rancheiros; formação da Associação Princesa do Mogi, participação e decisões; presença do turismo rural no município; elementos de ruralidade presentes no cotidiano da vida dos rancheiros. Também neste capítulo foram analisadas as atividades econômicas desenvolvidas, produção e comercialização; a rede geográfica e social: a articulação dos atores sociais; emprego, renda e meio ambiente e a participação do poder público municipal.

2 AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO CAMPO E O NOVO PAPEL DO RURAL

As transformações vivenciadas pelo campo nas últimas décadas têm eliminado gradativamente a separação rígida e tradicional entre rural e urbano, caindo por terra as antigas categorias de análise, que contemplavam a concepção hierárquica de campo subserviente à cidade; o processo de desenvolvimento via industrialização do campo; o fortalecimento das relações capitalistas no meio rural; a aproximação das indústrias às matérias-primas no campo; o aumento da agricultura familiar e da pluriatividade no meio rural, estão unificando campo e cidade numa unidade dialética.

O processo capitalista de modernização tecnológica se expandiu no meio rural, modificou a estrutura e a organização da produção, produzindo muitos problemas. Além disso, a urbanização avançou nas áreas rurais, instalando-se neste setor uma nova dinâmica, marcada por atividades agrícolas e não agrícolas. Para Graziano da Silva (1998), estamos diante de um "novo" rural que se apresenta de forma multifacetada; ao mesmo tempo que se solidificam as relações capitalistas de trabalho no campo, cresce o número de pequenas propriedades rurais, pequenas glebas, em geral com menos de 2 ha, tamanho do menor módulo rural; cresce o número de assentamentos rurais e novas atividades não agrícolas surgem no meio rural .

O novo rural brasileiro não pode mais ser reduzido apenas a sua dimensão agrícola e/ou agrária; esses novos espaços rurais são dinâmicos e heterogêneos. Ao mesmo tempo que emergem formas alternativas de trabalho e renda no seio das pequenas propriedades rurais, resistem e se fortalecem cada dia mais as antigas e tradicionais formas de ocupação da terra e trabalho, por meio da exploração da mão de obra alheia e da proletarização do camponês nos grandes latifúndios e nos complexos agroindustriais. Do ponto de vista teórico, esse trabalho sustenta-se no pressuposto de que, para explicar e compreender as mudanças estruturais no meio rural brasileiro ocorridas nas últimas décadas, é preciso contemplar a diversidade de atividades econômicas que emergiram no campo; o papel do novo rural brasileiro trás em seu bojo vários segmentos, mecanismos e estratégias nas formas de ocupação e trabalho.

A diversidade de atividades no meio rural brasileiro contempla entre outras, a formação dos complexos agroindustriais, o agribusiness, a pluriatividade no campo, a agricultura familiar, os assentamentos rurais, o turismo rural, etc. O presente trabalho procurou pontuar as mais relevantes e as que fazem parte do universo da pesquisa.

As transformações que o mundo rural atualmente vivencia passam primeiramente pela definição do que seja “rural”; a problemática de sua definição e de sua delimitação sempre foi uma constante.

Segundo Corrêa et al (2001), como as Constituições Federais não definiram o que seja rural e urbano, as leis ordinárias, como o Estatuto da Terra e outras que lhe sucederam, vêm contemplando ora o princípio da destinação ora o da localização.

O aspecto legal é fundamental para a compreensão do tema, porém a definição e a delimitação tem sido um problema constante uma vez que há leis contraditórias e, por vezes, pouco esclarecedoras. De acordo com Corrêa et al (2001), a delimitação do termo “rural” ainda é polêmica. Como as Constituições Federais não definiram o que seja rural e urbano, as leis ordinárias, como o Estatuto da Terra e outras que lhe sucederam, vêm interpretando ora o princípio da destinação, ora o princípio da localização. Para alguns, o critério diferencial centrava-se na **destinação**. Se o imóvel fosse usado para moradia, comércio ou indústria era considerado urbano. Se explorado com agricultura e pecuária, pertencia à área rural e era, às vezes, também chamado rústico. Para outros, a diferença era definida pela **localização**, ou seja, a área urbana, ou o que estivesse situado dentro do perímetro urbano, incidindo sobre ele o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, IPTU. Seriam considerados rurais os imóveis que estivessem localizados fora do perímetro urbano, ou seja, nestes incidiria imposto territorial rural, ITR. Inúmeros decretos federais já foram criados, caindo por terra constantemente a definição.

Muitas interpretações vêm ocorrendo incorretamente por parte da esfera pública e com a crescente urbanização da área rural, os direitos sociais de muitos pequenos agricultores vêm sendo violados. O Estatuto da Terra Lei N. 4.504, de 30 de Novembro de 1964, e as sucessivas leis que surgiram a partir dele adquirem importância na nomenclatura do Direito Agrário, área que se desenvolveu e criou certa autonomia no campo legislativo e firmou-se no cenário jurídico.

A Constituição Federal de 1988 previu imunidade fiscal ao pequeno proprietário rural e a Lei ordinária estabeleceu a imunidade e criou a Isenção.

Todavia, com a crescente urbanização avançando sobre a área rural, as políticas

municipais podem estar impondo uma dupla tributação à população residente no campo, situação que enfraquece o Direito Agrário e o indivíduo da área rural, que fica sem a proteção do Estado, indispensável para consecução dos direitos e deveres sociais, individuais e coletivos estabelecidos nos arts. 5º e 6º da Lei maior.

2.1 O novo papel do rural

Os estudos recentes sobre o tema procuram desmistificar velhas concepções sobre o mundo rural; o rural não pode ser considerado sinônimo de atraso, pois o rural atualmente não se opõe ao urbano enquanto símbolo de modernidade; está evidente a emergência de um novo rural. Segundo Graziano da Silva (1998), esse novo rural é heterogêneo, composto pelo agribusiness, por novos sujeitos sociais, novos nichos de mercados surgem em decorrência das novas atividades agrícolas e não agrícolas no campo; surgem condomínios rurais de alto padrão e ao mesmo tempo loteamentos clandestinos, abrigando pessoas que por questões financeiras não conseguem moradias nas áreas urbanas. Ainda desmistificando velhas concepções, o rural não é predominantemente agrícola; cresce de forma substancial o número de pessoas que trabalham em ocupações rurais não agrícolas, as chamadas “ORNAs”, como pedreiros, carpinteiros, motoristas, jardineiros, caseiros, cozinheiros, monitores, empregadas domésticas, etc.

O número de famílias pluriativas cresce, onde os membros combinam atividades agrícolas e não agrícolas, em decorrência da queda da renda proveniente das atividades agropecuárias; em suma, no novo rural brasileiro, ao mesmo tempo que se encontram as mesmas velhas dinâmicas de geração de emprego e renda, também encontra-se uma nova dinâmica fundamentada em novas formas de organizações apoiadas na inovação e na criatividade.

Para Moreira (2005), ao analisar as ruralidades no Brasil contemporâneo, o “novo” rural apresenta uma intensa complexidade; o autor reconhece que, de um lado, há uma cultura e modos de vidas rurais que não desapareceram, que resistem mesmo diante de todas as transformações que o campo vêm vivenciando, e, de outro, o rural não pode mais ser visto apenas como lugar social da produção agrícola e nem como o lugar do atraso, como era visto no passado. O mundo rural não é apenas um lugar de mercados e instituições, ao contrário, é complexo, multiforme e, sobretudo, humano. Percebe-se a presença do rural em todos os lares, seja na alimentação, na cultura, nos

modos de ser, na música e até mesmo na política.

Moreira (2005), postula a existência de um processo de desconstrução-construção do conceito de “rural”; segundo ele, esse conceito é herança das antigas oposições sociais e políticas postas pelas revoluções burguesas, tais como: tradicional-moderno, rural-urbano, campo-cidade, agricultura-indústria e civilizado-incivilizado. Estes rígidos antagonismos em relação campo/cidade devem ser repensados, não servem mais para explicarem as suas diferenças. Para o autor, é fundamental entender a construção das identidades rurais, de pessoas, grupos, comunidades e novos atores sociais, em suas múltiplas relações, reconhecendo as especificidades das relações próprias do meio rural. Os valores, costumes e tradição no meio rural permanecem em muitas regiões; resistem mesmo diante de tantas mudanças ocorridas nos âmbitos de produção, mercado e finanças.

Sobre a ruralidade brasileira na atualidade, o espaço agrário precisa ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais; essas redes sociais eclodem no meio rural de formas mais variadas possíveis, são ímpares e peculiares à cada região, município, comunidade rural, portanto, não podem ser compreendidas como algo homogêneo. No processo de revalorização do mundo rural encontra-se a diversificação da produção; o retorno de tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural, a democratização da organização produtiva e agrária, ou seja, a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar.

Ainda defende o autor, que nesse processo de revalorização e resgate das tradições do mundo rural, encontra-se a expansão do turismo rural, ecológico, cultural, ecoturismo, turismo rural colonial, resgatando e utilizando antigas fazendas rurais que abandonaram as atividades agrícolas; encontra-se também a revalorização das festas típicas do meio rural, como festas juninas, folia de reis, rodeios e feiras agropecuárias, que fortalecem a cultura local. Para Moreira (2005), esse “novo” rural apresenta novas formas de subsistência, onde grupos afins se articulam para gerar trabalho e renda, não somente através de atividades agropecuárias, mas por meio de atividades artesanais, tais como, fabricação de conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e culturas popular e tradicional. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, muitas vezes acabam

reduzindo o processo de migração rural-urbana, pelo fato desses atores sociais encontrarem meios de permanecerem no campo.

O autor defende que está em curso uma mudança cultural dos sentidos que eram atribuídos ao rural na modernidade, fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova visão de rural e de mundo rural.

A presente dissertação procurou por meio do caso estudado buscar o que a ruralidade brasileira na atualidade apresenta de novo, principalmente no meio rural do município de Barrinha, SP e na região em que se localiza o município.

2.2 Os complexos agroindustriais: conceitos, dinâmica e relações tradicionais de trabalho

É fundamental a análise da dinâmica dos Complexos Agroindustriais, pois no entorno do universo da pesquisa investigado pela presente dissertação encontram-se vários CAIs, ou seja, o município de Barrinha-SP, embora não abrigue usinas de cana-de-açúcar, tão pouco latifúndios que desenvolvem o agronegócio, a maioria de sua população vive e sobrevive vendendo sua força de trabalho para os CAIs existentes em seu entorno e em sua região. As considerações sobre os complexos agroindustriais apresentadas neste trabalho justificam-se em razão de suas relações com o objeto de estudo. O município de Barrinha está localizado na região de Ribeirão Preto que, como se sabe, é predominantemente agroindustrial, embora o município estudado, como já comentado, não abrigue usinas de cana de açúcar, a população objeto de estudo, em sua maioria, ocupou-se dessa atividade predominante na região, seja como bóia-fria ou trabalhando em outras atividades no universo canavieiro.

É preciso distinguir dois usos distintos que têm sido feito no Brasil do termo “complexo agroindustrial”. Segundo Silva (1998), o primeiro, inspirado nos conceitos de agribusiness e de sistema agroalimentar, refere-se a uma complexão, o CAI; outra abordagem, derivada do conceito de complexo rural, refere-se aos vários complexos agroindustriais, os CAIs. Esses dois approaches, embora oriundos de concepções distintas, enfatizam a mudança no bojo das inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia.

Para (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.25), “embora o CAI não tenha se constituído em toda a atividade agrícola e em todo território brasileiro, não se pode analisar a agricultura brasileira sem levá-lo em conta”. Para explicar o processo produtivo deve-se

analisar os três segmentos que o compõem: indústria a montante, agricultura e indústria a jusante. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura e a indústria a jusante é a processadora de matéria-prima agrícola, denominada de agroindústria. A partir desse processo é que se deu a industrialização da agricultura”.

A formação do Complexo Agroindustrial envolveu a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e a expansão do sistema agroindustrial viabilizada principalmente pelas políticas estatais.

De acordo com (GRAZIANO da SILVA, 1998, p. 75), existem duas concepções sobre a formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. Uma utiliza critérios de agregação baseado no conceito de **agribusiness**, proposto nos EUA nos anos 50 e de **filière** usado na França nos anos 60. A outra analisa as transformações da agricultura brasileira através da passagem do chamado Complexo Rural do Brasil Colonial para o Complexo Agroindustrial da atualidade.

A primeira concepção parte do princípio de que o Complexo Agroindustrial insere-se em um espaço econômico determinado. A partir desse espaço, se poderia isolar um conjunto de atividades interdependentes, formando um conjunto produtivo de sistemas (agribusiness) ou cadeias (filière), relativamente independente dos demais complexos.

Para Silva (1998), o agribusiness explicitou a subordinação da agricultura à indústria; a agricultura passou a se relacionar com uma indústria fortemente oligopolizada que impõe preços aos insumos adquiridos pelos agricultores. O setor agrícola converteu-se num elo intermediário entre setores que produzem insumos e processam matérias-primas agrícolas; é a idéia de que a agricultura se converte ela mesma num ramo industrial. O autor vê na modernização da agricultura o fator que acelera e prepara a base de seu desenvolvimento capitalista; por essa ótica, o relevante do processo é a integração de capitais e não apenas a integração técnico-produtiva, ou seja, para o autor o que caracteriza o agribusiness ou CAI é a fusão intersetorial de capitais e não a integração das atividades agrárias numa dada cadeia produtiva; não é porque a agricultura se integra tecnicamente que ela passa a constituir um ramo da indústria.

O agribusiness ou agronegócio, segundo o mesmo autor, abarca uma amálgama de capitais em constante mudança e expressa um esforço contínuo no sentido de transformar a agricultura num processo industrial; a sua área de alcance é determinada pelo progresso e pelas inovações tecnológicas; representa uma fase de transição na

apropriação industrial da agricultura. Para Silva (1998), a década de 60 pode ser considerada como um marco de um novo padrão agrícola instituído no Brasil. A constituição do CAI (Complexo Agroindustrial) surge como produto da modernização do campo, a partir daí, a manutenção e a expansão do CAI passam a constituir o principal vetor da modernização da agricultura.

2.2.1 Os complexos agroindustriais no Brasil na atualidade

Os complexos agroindustriais unificaram campo e indústria, o que parecia até início da década de setenta algo impraticável; campo e indústrias se unificam numa unidade dialética para produzirem num ritmo mais acelerado, diminuindo as distâncias entre as matérias-primas e as indústrias, economizando tempo, uma característica marcante do modo de produção capitalista.

Pode-se dizer que o período de arranque dos complexos agroindustriais ocorreu no início da década de 70, quando as taxas de crescimento dos três grandes setores dos CAIs ultrapassam 15% ao ano e, considerando toda a década, a indústria para a agricultura foi o setor que mostrou maior dinamismo.

A constituição dos CAIs e a industrialização da agricultura passam a ser os novos determinantes da dinâmica da agricultura. Desse fato novo emerge toda uma problemática também nova e complexa a respeito dos condicionantes estruturais e políticos do novo padrão agrícola e a respeito das perspectivas de sua continuidade; inscrevem-se aí as questões dos mercados internos e externos, preços, tecnologia, financiamento, propriedade da terra, exclusão social e lutas de classes.

Para Silva (1998), do ponto de vista do processo de trabalho, isto se mostra de maneira clara na agricultura brasileira a partir do surgimento dos CAIs, a mudança significativa na questão da mão-de-obra ocupada no campo; a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações de trabalho. Os assalariados estão em geral vinculados a somente algumas fases específicas do processo de produção (especialização) e destinados ou a manejar máquinas ou a colher produtos manualmente. O ritmo é imposto por um sistema de pagamento que exige um trabalho intenso para alcançar a diária mínima; é o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de “reprodução” de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de

trabalho.

Ainda conforme o autor, a partir desse momento o desenvolvimento da agricultura não é mais autônomo, mas passa a depender da dinâmica da indústria e do mercado; grande parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente na matriz de relações interindustriais; não há mais uma dinâmica geral da agricultura, mas agora têm lugar várias dinâmicas, próprias de cada um dos complexos agroindustriais.

É fundamental que se compreenda que historicamente os complexos rurais no Brasil tiveram como alicerce e sustentação sucessivos acordos entre instituições públicas e organizações de interesse privada. No escopo desses complexos utilizam-se não somente mecanismos de preços e trocas, mas mecanismos que viabilizam acordos entre propriedades privadas e Estado, onde o segundo assume papel de políticas públicas e intervêm como governança setorial privada, sancionada publicamente.

Conforme (GRAZIANO da SILVA, 1998, p. 103), os acordos envolvem também agentes privados como bancos, indústrias de insumos, comerciantes e indústrias de transformação.

Na contramão desse cenário rural novos atores sociais vêm criando formas alternativas e inovadoras para permanecerem no campo; estratégias sociais e econômicas vêm sendo praticadas por grupos afins viabilizando sua reprodução social e sobrevivência econômica na atualidade. A partir dessa realidade desigual e combinada procurou-se analisar analiticamente as atividades agrícolas e não agrícolas que vêm sendo praticadas por meio da pluriatividade no campo.

2.3 Novas formas de organização das atividades no campo

O “novo” papel do rural, segundo Silva (1998), apresenta relações de trabalho tradicionais, presentes nas agroindústrias e novas relações de trabalho e organização das atividades no campo, que são percebidas por meio da pluriatividade no campo, que cresce de forma substancial.

2.3.1 Pluriatividade: elementos e aportes teóricos

As abordagens teóricas focalizam as atividades não agrícolas das famílias rurais como formas de buscar rendas complementares, que viabilizariam as estratégias de reprodução das unidades. A pluriatividade, segundo Schneider (2003), pode ser

considerada como um recurso às atividades não agrícolas das famílias rurais, como uma fase intermediária pela qual passariam as categorias sociais de agricultores que estariam imersos ou em processo de proletarização ou de passagem de um estado comunitário, identificado como rural e agrícola, para outro societário, identificado com o ambiente urbano e a industrialização.

Schneider (2003), apóia-se na idéia de que as famílias que praticam a pluriatividade encontram-se em uma situação transitória, que pode ser tanto de transformação completa, de agricultores a proletários, ou de passagem gradual e contínua, implícita aqui certamente a noção de “continuum rural-urbano”. No primeiro caso, a agricultura em tempo parcial é entendida como uma forma residual e transitória de categoria social na agricultura, que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo tenderia a remover. A transição ocorreria por dois lados: ou elas se tornariam “full time” ou elas se decomporiam, enquanto unidades produtivas, restando-lhes a venda da propriedade e o assalariamento. Numa outra perspectiva, a agricultura em tempo parcial poderia ser um fenômeno transitório e localizado em função das dificuldades circunstanciais como questão de crédito e mercado.

Os estudos no Brasil sobre a pluriatividade, a partir dos anos noventa, conforme Schneider (2003), explicam a pluriatividade como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores. Isso não significa que outras formas sociais de uso da terra e do trabalho, que não as familiares, não possam ter, na prática da pluriatividade, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda. Enquanto fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, pode-se definir a “pluriatividade” como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, agrícolas e não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural, portanto, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos, das famílias e de grupos de comunidades rurais.

A lógica a partir da qual as comunidades domésticas adotam diferentes padrões de atividade vai depender das condições existentes na agricultura, das oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva familiar, da estrutura da família e suas mudanças ao longo do tempo. A estratégia consciente ou inconsciente, adotada pela unidade doméstica vai depender da percepção que as famílias têm destas realidades, a qual depende, por

sua vez, da aspiração e valores de seus membros e do processo através do qual as decisões são tomadas na unidade doméstica . A pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura, por exemplo, minimizando riscos, maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra (FULLER, 1990, p.367 apud SCHNEIDER, 2003, p. 97).

2.3.2 A pluriatividade no campo : resistência pela permanência no meio rural

Para Shiki (1997), esta cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente podia ser um tema relevante, não é. A diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização da atividade econômica; as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com agricultura e a pecuária. Shiki (1997), ressalta que o rural ainda hoje é definido usualmente como o mundo não-urbano ou não-metropolitano. E que a visão que se tem do mundo rural ainda está completamente vinculada à evolução do mundo agrário, enquanto a indústria e os serviços parecem ser características “naturais” do meio urbano.

Nesse final de século XX as áreas rurais dos países desenvolvidos começaram a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade saiu fora dos “padrões fordistas”, como :

- a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo;
- b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das “novas formas”, mais especificamente, o capital financeiro;
- c) o significado do atual processo de “commodotization” é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como, lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc.

Apesar dessas mudanças, as políticas rurais continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações locais, ou seja, melhoria nos transportes e comunicação, e melhorar suas condições de vida (habitação e saúde). Ainda não se tem levado em conta as mudanças ocorridas nas zonas rurais, essas tem

novas necessidades típicas de uma sociedade pós-industrial, como por exemplo a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, etc.

Para Shiki (1997), o novo rural brasileiro combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, como as novas atividades que vêm se desenvolvendo como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

Para o autor acima mencionado, a pluriatividade no mundo rural hoje se configura de várias formas básicas:

a) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias convencionais;

b) através das combinações de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o “management” das atividades agropecuárias;

c) as unidades familiares se individualizaram no que diz respeito a gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem fora outras atividades;

d) pequenos proprietários rurais reduziram o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais, que lhes proporcionam maior renda.

Para Campanhola e Graziano da Silva (1999), hoje os espaços rurais não são rigidamente mais articulados somente por atividades agrícolas, pode-se perceber outras atividades não agrícolas que já fazem parte da renda familiar complementar de muitos pequenos proprietários rurais.

Muitos agricultores familiares já não dedicam todo seu tempo exclusivamente para sua própria produção, em decorrência às características sazonais das atividades agropecuárias.

Em relação à pluriatividade no campo, conforme Shiki (1997), pode-se citar outras atividades não agrícolas que têm chamado atenção nas últimas décadas nos espaços rurais, que é a proliferação dos sítios de recreio ou chácaras, como são conhecidas no interior do estado de São Paulo. Essas chácaras de recreio apresentam

atividades produtivas de valor comercial considerável; muitas vezes as atividades econômicas articuladas nesses espaços acabam mantendo as despesas das mesmas; muitas se dedicam a criação de peixes, abelhas, aves e outros pequenos animais; também pode-se encontrar produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas).

É importante enfatizar que a proliferação das chácaras de recreio têm de positivo a resistência da preservação da paisagem rural; de certa forma expulsam as grandes culturas que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e máquinas pesadas; dão novo uso às terras. Um aspecto positivo que também merece ser analisado é que poderiam vir a ser objeto de novas políticas públicas, pois empregam caseiros, jardineiros, cozinheiros, faxineiras, ou seja, de certa forma colaboram para a amenização do desemprego no local.

Em suma, segundo Shiki (1997), já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro como somente agrário; os empregos rurais não podem mais ser explicados apenas a partir do calendário agrícola, pois há um conjunto de atividades não-agrícolas que respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. É fundamental entendermos que além do arroz, feijão, carne, bóias-frias e fazendeiros, o mundo rural criou um outro tipo de riqueza que abarca bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento, ou seja, há resistência por parte dos atores sociais envolvidos em manter a cultura do local, oferece acima de tudo a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Para Schneider (2003), os processos de transformação das formas de ocupação da força de trabalho, atualmente em curso no meio rural, estão trazendo consigo uma complexidade de alterações sociais, culturais e identitárias que vão muito além das mudanças perceptíveis na performance dos mercados de trabalho. Essas alterações ou mudanças implicam nas formas de funcionamento das unidades familiares, levando ao aparecimento de novas estratégias individuais e coletivas que objetivam garantir a reprodução dos grupos e das comunidades rurais.

A emergência da pluriatividade no campo não significa, segundo o autor, que as famílias domiciliadas nos espaços rurais estejam abandonando as atividades agrícolas, pelo contrário, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e coletivas com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. São estratégias dos indivíduos e das comunidades rurais em driblar a crise econômica a qual

estão inseridos; são formas alternativas e criativas de produção e trabalho, sejam agrícolas ou não agrícolas, específicas de cada localidade, cuja finalidade maior é, antes de tudo, a permanência da comunidade no mundo rural.

Sobre a pluriatividade no campo dentro do cenário do novo rural brasileiro, a pesquisa buscou pontuar o turismo rural, a agricultura familiar pluriativa e os assentamentos rurais. Essa diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas evidenciam melhor entendimento sobre as transformações espacial e social que estão ocorrendo atualmente no campo.

2.3.3 Turismo rural

Segundo Rodrigues (2003), o turismo rural é uma modalidade relativamente nova no Brasil quando comparada a outras modalidades do turismo. Pode-se dizer que ele iniciou-se de forma efetiva a partir do final da década de 80. O próprio conceito de turismo rural tem no Brasil um sentido mais abrangente, envolvendo a fruição de recursos rurais e as atividades desportivas e ecológicas, bem como a dimensão relativamente intangível da cultura e do modo de vida das comunidades rurais.

No Brasil, a Embratur, órgão oficialmente responsável pela formulação da política de turismo no país, adotou num conceito de caráter mercadológico ao definir turismo rural como “ um conjunto de atividades turísticas comprometidas em agregar valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo”. Pode-se dizer que existem diferentes termos para se referir turismo rural, assim como são dadas diversas conceituações para essa atividade. Isso, porque trata-se, na verdade de uma atividade multifacetada que ocorre no ambiente rural propriamente dito ou em espaços similares, como as regiões periurbanas.

De acordo com o autor, o turismo rural atualmente tem sido visto como uma atividade cujo papel fundamental é desenvolver o local em áreas rurais:

O turismo rural e o turismo em espaços naturais são concebidos como fatores de desenvolvimento das áreas rurais e naturais e , em consequência, este tipo de atividade constitui um componente básico de desenvolvimento local a partir do respeito ao patrimônio cultural e natural e da participação da população rural (VERA apud RODRIGUES, 2003, p. 138).

O importante para a pesquisa aqui apresentada são as modalidades de turismo

rural que vêm sendo praticadas por médios e pequenos proprietários rurais cuja finalidade é gerar trabalho e renda e principalmente dar um novo rumo às propriedades que não mais praticam atividades agrícolas, portanto, estavam ociosas por questões financeiras, falta de investimentos e de política pública.

Dentro desse arranjo espacial articulado pelo turismo rural pode-se pontuar uma diversidade de turismo, mas o foco da pesquisa atentou-se para as modalidades encontradas no universo da pesquisa:

a) pesque-pague: essa modalidade muitas vezes não tem ligação histórica com o lugar; muitos desses transformaram a paisagem degradada em paisagem rural de forma artificial, construindo lagos para pescaria, praias artificiais, viveiros de aves exóticas, pomares, restaurantes, etc;

b) hotéis fazendas: trata-se de hotéis localizados na zona rural, implantados deliberadamente para a exploração desse turismo específico, valorizando a cultura rural, como o folclore, a gastronomia, as atividades, tais como cavalgadas, passeios de charretes, a cavalo, trilha ecológica, etc. Caracteriza-se como uma modalidade de turismo alternativa ao modelo “sol e praia”, predominante no país, assumindo importância maior à medida que a população brasileira torna-se cada vez mais urbanizada. Nessa modalidade também encontra-se o que se chama de turismo rural do ciclo cafeeiro, realizada em antigas fazendas de café do interior do estado de São Paulo, unidades de produção agrária durante o ciclo do café, cujo patrimônio arquitetônico é relativamente suntuoso e atualmente resgatado para essa finalidade;

c) pousadas rurais: de menor porte e menos luxo procuram oferecer aos visitantes a fruição da vida no campo, sem muita sofisticação;

d) campings e acampamentos rurais: demanda bastante significativa no turismo rural; muito procurado por jovens e famílias com crianças; é o turismo rural considerado de massa, por ser mais barato que os hotéis e pousadas;

e) segunda residência campestre: geralmente localizadas nas áreas rurais de municípios vizinhos de grandes centros urbanos, o qual (RODRIGUES, 2003, p. 114), identificou para a metrópole paulistana de “cinturão circunmetropolitano” de chácaras de veraneio;

localizadas geralmente próximas de rios e matas ciliares; são caracterizadas como segunda residência pelo fato do proprietário obviamente ter mais que uma residência; essa somente é freqüentada nos finais de semana e feriados; esse tipo de edificação é voltada a uma classe social mais privilegiada economicamente pelo fato de exigir do proprietário maiores cuidados e gastos com caseiros, jardineiros, empregados domésticos. Atualmente essas residências campestres também estão sendo construídas em condomínios fechados próximos a rios e matas, utilizando guaritas com seguranças vinte e quatro horas. Para Shiki (1997), as chácaras de recreio, como são chamadas no interior do estado de São Paulo, são pequenas áreas de terra, geralmente inferiores a 2 hectares, localizadas nas periferias exclusivamente voltadas para o lazer, mas o autor faz uma ressalva, é comum encontrar também unidades que combinam as atividades de fim de semana do proprietário e seus familiares com alguma atividade produtiva agropecuária ou não, na sua maioria praticada pelo caseiro da chácara.

Em suma, segundo Rodrigues (2003), o resultado disso tem sido a crescente apropriação dos espaços rurais para a implantação de atividades produtivas que não têm um caráter agrário propriamente dito, como por exemplo “o turismo”, que vem contribuindo para o desenvolvimento de pequenas localidades rurais. Nesse contexto, nem mesmo os espaços que estão longe de serem especificamente rurais escapam, como ocorrem com aqueles que se localizam nas periferias urbanas, as chamadas áreas periurbanas, que vêm sendo ocupadas por atividades de lazer, turismo, recreação, lugar de ócio, etc.

2.3.4 Agricultura familiar pluriativa

Segundo Schneider (2003), hoje assistimos no Brasil, simultaneamente, ao aumento do trabalho assalariado e do trabalho familiar no campo. São contraditoriamente as duas faces estruturais do campo no país, pois ao mesmo tempo que registra-se o aumento e o predomínio do trabalho assalariado (permanente ou temporário) nos estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares, percebe-se o aumento do trabalho familiar nos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares.

A partir de elementos teóricos delineados torna-se necessário analisar e fixar a unidade de observação que se considera pertinente ao estudo da agricultura familiar pluriativa. Schneider (2003), utilizou como referencial as famílias rurais como “unidades”

nas quais a presença da pluriatividade deve ser entendida como um ponto de partida para a reflexão sobre o funcionamento e as características da agricultura familiar no final do século XX. Para Schneider (2003), a análise clássica das famílias agrícolas não serve mais como referencial para aqueles que querem compreender a forma de organização das unidades familiares agrícolas na sociedade contemporânea.

Portanto, o que mudou no bojo da agricultura familiar nas últimas décadas para que seja fundamental uma nova análise metodológica?

Schneider (2003), analisou a visão de vários autores renomados para explicar as mudanças na agricultura familiar para a agricultura familiar pluriativa:

Brun (apud SCHNEIDER 2003, p. 100), acredita que a identidade entre família e a unidade de produção vem se alterando devido à distensão dos laços familiares; a unidade familiar nas sociedades contemporâneas vem encontrando dificuldade de inserção dos filhos nas atividades agrícolas da propriedade e, também, pela ampliação das atividades não agrícolas assumidas pelos membros das famílias de agricultores, em função da queda das rendas agrícolas.

Para Barthez (1987 apud SCHNEIDER 2003, p. 101): a pluriatividade estaria alterando o conteúdo da unidade familiar, pois passa de uma situação na qual a propriedade era, ao mesmo tempo, lugar de residência e de produção para outra na qual ela é somente o local de moradia, uma vez que o trabalho e a produção muitas vezes dissociam-se geograficamente.

Carneiro (1999), tem um novo enfoque analítico quando explica que a pluriatividade na agricultura familiar nos orienta para a construção de um objeto de estudo centrado não mais sobre o conjunto de ações individuais, mas sobre as condições de reprodução social no campo. Para a autora, a pluriatividade deve ser considerada uma resposta dos agricultores às situações e acontecimentos determinados, no contexto da unidade de produção familiar, ou seja, como um dos mecanismos possíveis para satisfazer as necessidades de reprodução da unidade doméstica.

De um modo geral, esses estudos indicam estar em curso um processo de alteração das características do mercado de trabalho rural e da ocupação da força de trabalho residente nessas áreas, aliada a uma rápida diminuição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas.

Segundo o autor, a análise da pluriatividade na agricultura familiar ainda está distante de ser conclusiva, pelo contrário, o estudo da pluriatividade na perspectiva da

agricultura familiar é apenas uma das trilhas a serem seguidas pelos estudiosos da ruralidade contemporânea no Brasil, que ainda oferece ilimitados desafios e múltiplas dimensões a serem exploradas.

2.3.5 A pluriatividade nos assentamentos rurais

O texto aqui apresentado sobre a pluriatividade nos assentamentos rurais não considerou a questão do acesso à terra dos assentados, tão pouco o movimento social (MST), não que não sejam relevantes, mas porque o intuito dessa pesquisa foi investigar as formas alternativas que pequenos agricultores, inclusive os assentados, estão promovendo para garantirem suas permanências no meio rural.

A estrutura organizacional dos assentamentos rurais atualmente, segundo Oliveira (1997), passa por várias frentes para garantir a verdadeira reforma agrária, tais como saúde nos assentamentos, direitos humanos, gênero, educação, cultura, comunicação, projetos e finanças, produção, cooperação, meio ambiente, etc.

Procurou-se analisar a produção nos assentamentos e os arranjos que os assentados estão promovendo para se reproduzirem enquanto famílias camponesas. Um dos objetivos atualmente nos assentamentos é organizar as famílias assentadas em formas de cooperação produtiva, no intuito de buscarem melhores condições de vida. Pode-se perceber que as famílias de agricultores organizadas por meio de cooperativas têm conseguido usufruir de melhores condições de vida em relação às famílias assentadas que produzem individualmente.

Atualmente percebe-se a presença de projetos promovidos por universidades públicas dentro dos assentamentos rurais, como projeto de formação de cooperativas, incubadoras de micro empresas e outros. No caso do estado de São Paulo observa-se a presença do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) nos assentamentos, promovendo a capacitação profissional dos assentados e auxiliando através de técnicos da instituição o processo de produção agrícola por meio de análise do solo, correção do solo, adubação, escolha de variedades, escolha da lavoura apropriada, época correta da semeadura e ou plantio de mudas, preparo do solo, uso de herbicidas e inseticidas, colheita e comercialização dos produtos, etc.

Não se trata aqui de uma leitura ingênua sobre as relações entre os assentados e órgãos públicos; é claro e notório que há desentendimentos entre ambos os lados e que nem sempre os assentados aceitam as propostas dessas instituições públicas pelo fato

de não irem ao encontro de suas necessidades e ou expectativas. Segundo Schneider (2006), a pluriatividade pode ser pensada como uma estratégia para geração de empregos e rendas não-agrícolas nos assentamentos rurais, especialmente aqueles que já possuem um excedente populacional que não é absorvido nos processos de produção agrícola *stricto sensu*. Para o autor, o estímulo da pluriatividade nos assentamentos rurais pode representar tanto soluções de emprego e renda complementar ao trabalhador agrícola, como propriamente uma opção ocupacional diferenciada para aqueles que não desejam permanecer na atividade agrícola, por razões diversas.

As políticas públicas são imprescindíveis na viabilização da pluriatividade nos assentamentos rurais; ao estimular a pluriatividade conseqüentemente dinamiza-se as economias locais, estimulando processos de diversificação econômica, gerando as “economias de escopo”. A pluriatividade pode se constituir como uma estratégia de desenvolvimento alternativa para muitos assentamentos que ficaram de fora do processo de modernização agrícola ou onde ele ocorreu de forma parcial e incompleta.

Para Schneider (2006), o grande desafio na difusão da pluriatividade é torná-la uma possibilidade de melhoria das condições de vidas das populações rurais, sem essa perspectiva a pluriatividade perde o seu sentido; para que ela seja viável é preciso que se analise metodicamente as estratégias e iniciativas dos indivíduos e das famílias com instrumentos e mecanismos que sejam adequados e pertinentes à sua realidade local.

Estimular as atividades não-agrícolas no meio rural requer, portanto, descobrir as características e a dinâmica local e territorial da agricultura familiar. A questão implica no desenvolvimento de políticas públicas que sejam capazes de estimular a pluriatividade naquelas situações em que ela não existe.

Pôde-se perceber atualmente na região do universo da pesquisa, região de Ribeirão Preto, que a pluriatividade nos assentamentos rurais já está inserida; muitos assentados têm praticado atividades diversas, que vão desde o turismo rural para um público específico, à fabricação de artesanatos, fabricação de doces caseiros, fabricação de bichos de pelúcia, esses últimos geralmente praticados por grupos de mulheres, assim como produção de palmito pupunha, produção de ervas medicinais, fabricação de embutidos provenientes da criação de suinocultura, etc.

2.4 O Projeto Rurbano: uma análise sobre o novo rural brasileiro

O Projeto Rurbano é realizado pela Universidade de Campinas – UNICAMP,

desde 1996; os coordenadores do projeto são os professores Dr. José Graziano da Silva, professor do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP, e Dr. Clayton Campanhola, pesquisador da EMBRAPA - Meio Ambiente. O projeto conta com aproximadamente 38 pesquisadores de várias universidades brasileiras e envolve 11 estados brasileiros. O objetivo do projeto é aprimorar e ampliar a base de dados sobre o “novo rural brasileiro”, ou seja, por meio de trabalhos de campo e estudos de casos, o projeto vem pontuando as tendências e as mudanças em relação às ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas de algumas regiões do País.

A presente dissertação de mestrado encontrou nos dados do Projeto Rurbano (2006), explicações sobre as mudanças que vêm ocorrendo no município de Barrinha em relação à população ribeirinha. O Projeto pode dar sustentação à pesquisa de campo apresentada no capítulo 4 dessa dissertação, também dá respaldo às análises sobre o novo rural brasileiro e à pluriatividade no campo, fundamentadas por autores acima citados nos subcapítulos anteriores a esse, portanto, os estudos sobre as transformações socioeconômicas e principalmente sobre a articulação de atores sociais no meio rural do município de Barrinha, interior do estado de São Paulo, no intuito de gerar trabalho e renda, encontram no Projeto Rurbano explicações plausíveis para o que vem ocorrendo com essa população já mencionada, principalmente quando analisa as mudanças no meio rural paulista relatadas pelo projeto.

Segundo Graziano da Silva (1998), o estado de São Paulo foi um dos primeiros a evidenciar essas transformações no meio rural; isso pode ser explicado pela industrialização no campo aliada com a tecnologia, ou seja, essas mudanças propuseram a necessidade de contratação de mão de obra especializada nos CAIs, e ao mesmo tempo, expulsaram mão de obra não especializada, fazendo com que trabalhadores desempregados migrassem para pequenas áreas rurais em busca de novas profissões agrícolas e não agrícolas. Esses estudos, a partir da constatação de que no rural paulista as transformações acima já eram sentidas de forma muito acentuada, também analisaram a evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas dos residentes rurais. A principal conclusão que se chegou, analisando essas novas funções do meio rural paulista foi que já não se podia mais caracterizá-lo somente como agrário. Era fundamental incluir outras variáveis, como as atividades rurais não agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural, como moradias de alto padrão, turismo rural, lazer, fabricação de embutidos, artesanato e outros serviços.

Segundo Graziano da Silva (1998), três causas principais contribuíram para a

emergência da pluriatividade na agricultura familiar :

1) A emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade, seria decorrente do que se chama de “urbanização do campo”; um processo resultante de um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno; nessas áreas, o processo de urbanização do campo se daria por meio da expansão de novas atividades que pouco ou não tem a ver com a produção agropecuária “**stricto sensu**”. Trata-se de novos tipos de ocupações ligadas ao lazer e ao ócio, como os pesque-pague, chácaras de recreio, áreas de preservação destinadas ao ecoturismo, parques e estações ecológicas, etc.

2) A segunda explicação decorre da crise do próprio setor agrícola, especificamente a partir das dificuldades enfrentadas pelo setor agro-exportador instalada no início da década de 1990; essa crise estaria associada às transformações estruturais da agricultura brasileira, provocadas pela modernização tecnológica e um conjunto de condicionantes macroeconômicos, como exemplo, as mudanças no financiamento da produção, na política de abertura comercial, no acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros. Em decorrência desses condicionantes assistiu-se à queda da rentabilidade de muitos produtos da agropecuária; essa diminuição da renda fez com que ocorresse a redução dos preços pagos pela terra. Em suma, a queda dos preços afastou os interessados em obter lucro com o “negócio agrícola”, assim como diminuiu, rapidamente, as rendas gerais da agricultura brasileira.

3) A terceira causa está relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola, que estaria ocorrendo devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego existente na agricultura brasileira. Um estudo com base nos dados das PNADs de 1992 e 1995, 35,3% de pessoas encontram-se subocupadas em atividades agrícolas, que poderiam ser consideradas subempregadas, pois trabalham em média 15 horas por semana, cujo rendimento é inferior ao valor de um salário mínimo.

Por meio de estudos de casos deparou-se no meio rural paulista com atividades agropecuárias intensivas como, olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais como rã, escargot, aves exóticas, etc. Também deparou-se com turismo rural propriamente dito, explicitado por fazendas rurais, pousadas rurais,

acampamentos rurais, além dos pesque-pague que proliferaram principalmente a partir da década de noventa.

O comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas com base no calendário agrícola e na expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Esse conjunto de atividades, assim como a ocupação da população economicamente ativa com domicílio rural nos setores do comércio, da indústria e da prestação de serviços, públicos e privados, responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista.

De acordo com os autores retro-mencionados neste capítulo, o principal elemento desestimulador das atividades rurais é a queda da renda agrícola, que está levando famílias a procurarem outras formas de sobrevivência. Nos últimos 30 anos, culturas fundamentais para exportação apresentaram reduções drásticas, citando como exemplos o trigo (75%), o arroz em casca (50%) e o suco de laranja (50%).

Por outro lado, os autores enumeram alguns dentre a série de elementos dinamizadores das atividades não-agrícolas:

- a) a facilidade encontrada por indústrias para se instalar na área rural ;
- b) a economia com terrenos e impostos e a pouca fiscalização;
- c) a proliferação de condomínios de luxo ao longo de eixos rodoviários e a formação de um cinturão "periurbano" por famílias carentes que procuram moradias mais baratas.

Esses fatores não são os únicos para explicarem as mudanças no meio rural paulista, mas representam três fatores importantes que fazem aumentar a demanda por serviços públicos como educação e saúde, serviços domésticos, comércio de mercadorias, comércio de alimentos, construção civil, transporte, lazer etc.

Após revisão da literatura acima, que explicou a nova dinâmica do rural brasileiro, a pesquisa aqui apresentada percebeu a necessidade de entender como essa população que está migrando para o campo em busca de trabalho agrícola ou não agrícola, está se articulando para gerar trabalho e renda e de certa forma, fomentando o desenvolvimento de pequenas comunidades rurais.

A pesquisa propõe uma reflexão sobre a dinâmica do novo rural brasileiro e a necessidade de compreensão da singularidade das experiências que vêm sendo

pontuadas por vários autores. Assim como o novo rural não é homogêneo, as experiências vivenciadas também não são homogêneas, pois são pautadas na realidade de cada região, município, comunidade, ou seja, as formas como essas populações estão se articulando e se organizando são ímpares, portanto, a dissertação aqui apresentada espera contribuir para um melhor entendimento do que vem ocorrendo no meio rural brasileiro, as novas dinâmicas, as novas formas de organização, os novos arranjos produtivos pautados na criatividade e inovação de grupos afins.

Em suma, a partir do referencial teórico analisado sobre o novo papel do rural, procurou-se avaliar se o que os autores afirmam é válido ou não, ou seja, é possível falar em novo rural ?

A dissertação apresenta em seu último capítulo uma experiência que vem sendo vivenciada por rancheiros e uma estância rural no município de Barrinha, SP, que vem ao encontro do referencial teórico acima investigado; a constatação empírica vem reforçar o que autores renomados comungam sobre o “novo rural”.

2.5 Desenvolvimento em comunidades rurais

Para Campanhola e Graziano da Silva (1999), atualmente, uma divisão clara entre rural e urbano deixou de ser tão importante, pois as relações de troca se diversificaram e o enfoque passou a ser nos espaços (territórios) que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, relegando a um plano inferior a preocupação com seus limites geográficos. Grandes mudanças têm ocorrido no meio rural brasileiro devido à incorporação de atividades tipicamente urbanas. Com a crise de empregos nas áreas urbanas que se acentuaram desde a década de 1980, houve uma maior procura pelo meio rural, não somente para moradia, mas para desempenhar atividades, tais como prestação de serviços domésticos, para auto-consumo ou trabalho por conta própria, empregados em agroindústrias, serviços públicos, mão-de-obra temporária na agricultura, monitores de resorts ou acampamentos rurais em decorrência do turismo rural que vem atraindo pessoas para o lazer nas áreas rurais, assim como outros empregos como, cozinheiras, jardineiros e camareiras em hotéis ou fazendas rurais.

De acordo com Campanhola e Graziano da Silva (1999), essas novas atividades também têm apresentado fonte de renda complementar para muitas famílias rurais que dependiam exclusivamente da agricultura, contribuindo para a fixação de populações em áreas ou regiões que possam lhe oferecer melhores oportunidades e condições de vida.

Assim, o meio rural não pode ser mais considerado como espaço exclusivo de atividades agrícolas, mas também de atividades não agrícolas que atingiram o mundo rural.

Os autores consideram que na Itália as diferenças locais e regionais explicam muito melhor as mudanças espaciais da competitividade com o tempo do que a dicotomia urbano/rural.

Campanhola e Graziano da Silva (1999), analisaram as forças motoras que estão valorizando os espaços locais, particularmente os espaços rurais independentemente desses receberem incentivos de políticas públicas direcionadas, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. O ponto central dessa análise passou pelo processo de descentralização/municipalização. De acordo com (CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.4), os governos municipais parecem gerenciar cada vez mais parte da política social. Isto não apenas porque as dinâmicas locais, e portanto, particulares, podem afetar outras de caráter mais universais, mas também porque o próprio processo de globalização parece estar dando lugar ao desenvolvimento de uma nova estrutura de oportunidades para a redefinição do papel dos governos e sociedades municipais, face ao novo rumo dos processos de desenvolvimento econômico, político e social.

De acordo ainda com os autores o espaço local/rural tem preocupações crescentes com a gestão dos recursos naturais, portanto, os espaços rurais ganharam uma maior atenção devido a sua representatividade, no momento em que evidenciam os recursos naturais de um país.

Pode-se perceber que a partir da constituição de 1988 ocorreu uma reforma na política fiscal no Brasil, com a instituição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) por meio da transferência para os municípios de políticas que eram coordenadas pelos governos estaduais e federal. A descentralização dos espaços rurais deve ser percebida como ferramenta fundamental para redução da pobreza; alguns autores apontam um caminho para desmantelar a economias centralizadoras, uma forma de promover a democracia nesses espaços rurais.

Conforme Campanhola e Graziano da Silva (1999), o desenvolvimento dos espaços rurais passa pela participação dos atores sociais, pelo processo de associativismo de grupos diversos, fomento de política pública, aumento da credibilidade, ampliação do escopo do projeto para além da agricultura, que inclua novas atividades não inerentes ao mundo rural, mas que podem ser prontamente

realizadas, e a redução das desigualdades sociais regionais.

Para os autores acima citados, por meio de um diagnóstico pode-se identificar os problemas que afligem as comunidades e ou localidades rurais. Dessa forma, após o diagnóstico é possível propor uma política de desenvolvimento para o município e sua área rural onde seja evidenciada a qualidade de vida, a renda dos agricultores rurais, o acesso a novas tecnologias e alternativas de produção que não somente garantam a qualidade dos produtos como também atentam-se à conservação do meio ambiente, a formação profissional dos agricultores, a qualidade da educação nos espaços rurais, a valorização do conhecimento empírico da população rural, e acima de tudo que essa população tenha participação efetiva nas decisões que envolvam as políticas para o município.

Para Beduschi, Filho e Abramovay (2004), as políticas públicas voltadas no Brasil ao desenvolvimento regional são historicamente marcadas pela centralização das iniciativas e pela falta de articulação real com as experiências vividas pelos atores locais. Dessa forma inibi-se o surgimento de iniciativas inovadoras e que reflitam a construção de processos inéditos de aprendizagem localizada.

Não se pode desprezar os avanços que ocorreram no meio rural por meio de políticas públicas, como por exemplo, a aposentadoria que chegou às populações rurais muito pobres. Mas, algumas atuações de políticas públicas, como distribuição de recursos e concessão de isenções, forma típica de atuação da esfera pública, estão longe de fomentar o desenvolvimento de localidades rurais. Segundo Beduschi, Filho e Abramovay (2004), há uma distância entre articulações locais e políticas públicas; há uma dissociação entre o ímpeto das organizações locais ou regionais e a ausência de políticas destinadas a imprimir estabilidade e horizonte estratégico a essas articulações.

Finalizando, Beduschi, Filho e Abramovay (2004), entendem que o formato da relação entre instituições locais e poder federal, regional, local, no Brasil, induz à lógica permanente de tentar satisfazer carências e não de levar adiante iniciativas inovadoras capazes de alterar o ambiente em que essas carências se exprimem.

2.6 Redes de localidades

Para Corrêa (1997), entende-se por rede geográfica um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Para o autor, este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e

as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que ligam ou conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa, suas fábricas, depósito e filiais. Há inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre.

O autor utiliza o termo “rede geográfica” para explicar que todos estamos, de um modo ou de outro, inseridos ou excluídos em mais de uma rede geográfica e que estas são na realidade, como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais.

As redes geográficas estão alicerçadas em três dimensões, que são a organizacional, que refere-se à configuração interna da entidade estruturada em rede, envolvendo os agentes sociais, a natureza dos fluxos, sua organicidade, sua função e finalidade; a dimensão temporal, que envolve a duração da rede, a velocidade com que os fluxos nela se realizam, assim como a frequência com que a rede se estabelece; e também a dimensão espacial que articula espaço e tempo unidimensionalmente, ou seja, para o autor, a dimensão espacial está articulada com a dimensão temporal. O autor utilizou o exemplo de uma feira nordestina para explicar a rede geográfica e suas dimensões.

A feira constitui-se em um tipo particular de mercado periódico; concentra comerciantes, produtores rurais, artesãos e consumidores e, através dela, ocorre a integração entre as áreas rurais, onde ocorre a produção daquilo que se vende na feira e as cidades da região; sua atuação é local e regional, a velocidade de seus fluxos é lenta; sua frequência é periódica e sua dimensão espacial é do tipo circuito, na qual há uma sincronia espaço-temporal por parte de todos os participantes da feira. No capítulo 4 da presente dissertação, utilizou-se a análise de “rede geográfica”, referenciada por Corrêa (1997), para explicar a articulação por meio de rede geográfica e social dos rancheiros e comunidade rural do município de Barrinha, ao realizar as atividades econômicas.

2.6.1 A articulação dos atores por meio de rede social

Segundo Costa (2003), a figura da rede é a imagem mais usada para designar ou qualificar sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais caracterizados por uma grande quantidade de elementos (pessoas, pontos-de-venda, entidades, equipamentos etc.) dispersos espacialmente e que mantêm alguma ligação entre si.

Para Costa (2003), se antes, na sociedade industrial, os processos de trabalho eram bem representados pela metáfora da máquina ou do mecanismo, agora o desenho

da rede passa a ocupar lugar preponderante no imaginário da sociedade pós-industrial; uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo.

Segundo Costa (2003), tais redes que, anteriormente, emergiam do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se, propriamente, numa das principais formas de organização permanente desses novos movimentos sociais.

Hoje o cenário exibe um caleidoscópico emaranhado de redes nos mais variados âmbitos, territórios e campos de ação, em nível local, microrregional, estadual, nacional e internacional, com nomes os mais diversos (entre outros, “fórum”, “articulação”, “movimento”, “coletivo”) e desenhos organizacionais diferentes.

Conforme Jerônimo (2005), a definição de “rede” coloca a cooperação inter organizacional como o conceito central; a busca de competitividade está ligada a quatro objetivos estratégicos:

- 1) Vantagens baseadas na busca de complementariedade, por exemplo, em rede de vendas conjuntas para aumentar a penetração em novos mercados ou ampliação dos mercados atuais, acordos de produção, etc.
- 2) Criação de poder de compra, por exemplo, em acordos de redução de custos de suprimentos ou de aumento de poder de mercado, em função do peso econômico, da imagem e da reputação.
- 3) Ampliação de base técnica.
- 4) Ampliação dos conhecimentos: redes de cooperação podem, através de aprendizagem coletiva, gerar os conhecimentos e as informações necessárias a cada

membro.

Ainda Jerônimo (2005), em relação a redes sociais como modo de organização da atividade econômica, destacam quatro atributos que fazem das redes a configuração organizacional adequada para determinados objetivos estratégicos organizacionais:

- a) fluidez : capacidade de flexibilidade e adaptabilidade;
- b) finalidade : razão de ser da rede;
- c) capacidade de realizar economias relacionais: pela interconexão entre atores da rede;
- d) capacidade de aprendizagem coletiva.

Analisando Costa (2003), as redes podem ser compreendidas como organismos vivos; ao analisar organismos ou comunidades de organismos pode-se observar que todos os que compõem essas comunidades de organismos estão focados num arranjo de rede.

A vida, o padrão como ela é constituída é um padrão de rede de auto organização. Ao analisar os fenômenos sociais, como a sociedade da informação, a globalização, a mundialização do capitalismo, os movimentos da sociedade civil, o autor aborda que todos os fenômenos estão articulados, conectados, ocultamente, mas têm uma interligação complexa. Foi somente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, a partir inclusive do uso de sistemas pioneiros de comunicação à distância , que a articulação em rede passou a ter uma nova dimensão, passou a exercer uma função e um papel político decisivo na conquista dos direitos sociais no país.

Conforme Costa (2003), em meados de 1994, a Ação de Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida concentrou suas forças na criação por todo o território brasileiro de aproximadamente três mil comitês; a ação pode ser considerada um marco para a articulação por meio de redes, cujo objetivo principal se fundamentou na articulação de atores sociais da sociedade civil em prol de amenizar o problema da exclusão social que o Estado está em débito. Portanto, pode-se perceber que em pleno século XXI , fatos sociais como exclusão social, miséria, desemprego, estão sendo amenizados pela articulação da sociedade civil, em forma de arranjos criativos, por meio de “redes sociais”. Para Costa (2003), é preciso que o conceito “rede” seja mais definido, um conceito de rede que seja fundamentado em práticas e princípios democráticos e emancipatórios do ponto de vista político, inclusive do ponto de vista social, aberto do

ponto de vista cultural. O conceito de rede aqui fomentado é aquele cujo parâmetro baseia-se num projeto deliberado de organização da ação humana. Conceito este que tem como cerne da questão a transformação da realidade pelos atores sociais envolvidos. Finalizando, para Capra (1996 apud COSTA, 2003, p. 15 e 16), a “rede” pode ser vista como:

A primeira e mais óbvia propriedade de qualquer rede é a sua não-linearidade, ela se estende em todas as direções. Desse modo, as relações num padrão de rede são relações não-lineares. Em particular, uma influência, ou mensagem, pode viajar ao longo de um caminho cíclico, que poderá se tornar um laço de realimentação. (...) Devido ao fato de que as redes de comunicação podem gerar laços de realimentação, elas podem adquirir a capacidade de regular a si mesmas. Por exemplo, uma comunidade que mantém uma rede ativa de comunicação aprenderá com seus erros, pois as conseqüências de um erro se espalharão por toda a rede e retornarão para a fonte ao longo de laços de realimentação. Desse modo, a comunidade pode corrigir seus erros, regular a si mesma e organizar a si mesma. Realmente, a auto-organização emergiu talvez como a concepção central da visão sistêmica da vida, e, assim como as concepções de realimentação e auto-regulação, está estreitamente ligada a redes.

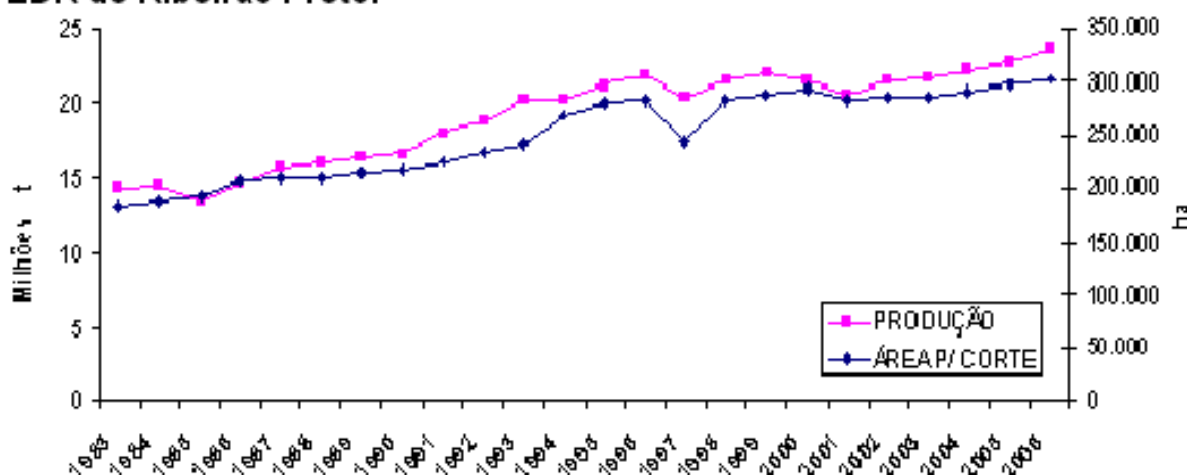
A realimentação dos processos sociais organizados em rede pode ter a capacidade de regularem-se a si próprios. Os acertos, assim como os erros, podem ser fonte de aprendizado e cooperação. Por esta razão uma rede social bem organizada em seus elos pode constituir-se em um bom projeto social e gerar melhorias de condições de vida em uma comunidade. Em síntese, com o estudo de diferente abordagem sobre as novas formas de organização no mundo rural, relacionado aos pequenos proprietários, procurou-se investigar as possibilidades que vêm sendo apontadas pelos autores analisados, de as famílias rurais agrícolas tornarem-se pluriativas ao conciliarem suas atividades agrícolas com atividades não agrícolas (dentro ou fora dos estabelecimentos). Esse conjunto de atividades há muito vem sendo reconhecido como um importante instrumento de combate à pobreza rural, à instabilidade da renda agrícola e ao êxodo rural desordenado. A análise feita nos capítulos seguintes está baseada nas categorias sugeridas pela literatura aqui discutida.

3 O MUNICÍPIO DE BARRINHA NO CONTEXTO REGIONAL

3.1 O Município de Barrinha no contexto da agroindústria canavieira

O município de Barrinha localiza-se na região de Ribeirão Preto, a nordeste do Estado de São Paulo, na qual dados do Instituto de Economia Agrícola (2008), concentra cerca de 30% do açúcar e do álcool produzido no país. Atualmente a região cultiva cerca de 1 milhão de hectares, produzindo aproximadamente 47% do açúcar e 45% do álcool extraído da cana-de-açúcar do Estado de São Paulo. Além disso, essa região engloba cerca de 14% das unidades produtoras de cana-de-açúcar do país. A região constitui-se de 25 municípios, possui 384.758 hectares plantados em cana e cerca de 40 usinas que produzem 30% do álcool e do açúcar do país. A expansão da área de cana nessa região ocorreu na década de 1990, cujo período apresentou taxa de variação total de 24,53% (a variação anual média foi de 2,61%), conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução da área e a produção da cana para indústria na EDR de Ribeirão Preto.



Fonte : Instituto de Economia Agrícola - IEA / APTA.

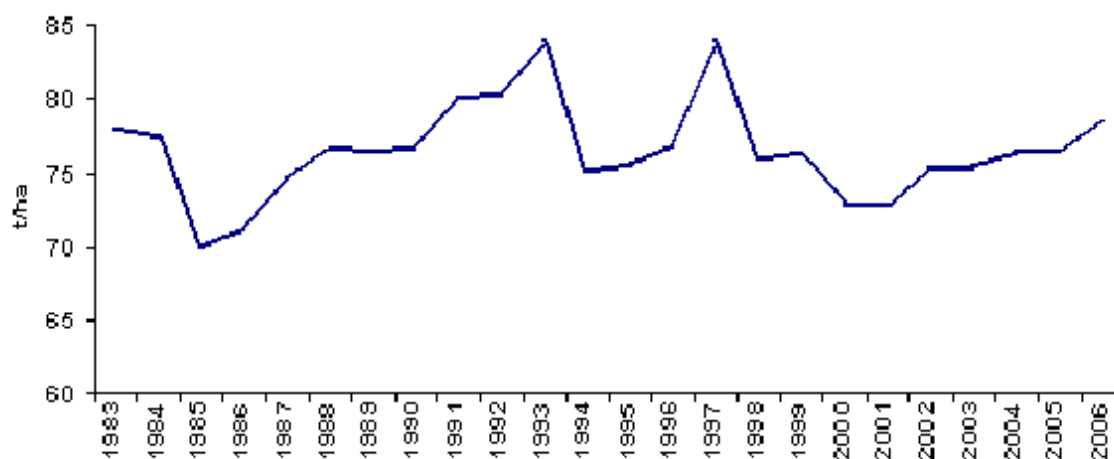
Recente estudo da Pastoral dos Migrantes mostra as correntes migratórias para o

interior paulista. Segundo Silva (2008), do estado de Minas Gerais partem trabalhadores dos municípios de Araçuaí, Almenara, Januária, Janaúba; da Bahia: Ruy Barbosa, Livramento de Nossa Senhora, Catulé; Alagoas: Palmeira dos Índios; Pernambuco: Garanhuns; Mogados da Ingazeira; Paraíba: Cajazeiras; Ceará: Iguatu; Piauí: Campo Maior; Maranhão: Codó e Coroatá.

O texto mencionado refere-se ao fato de que os migrantes se constituem na maior parte dos trabalhadores empregados no corte da cana das usinas, dentre elas, a usina Bonfim, na região de Ribeirão Preto, cuja força de trabalho é integralmente constituída por migrantes. Em 2007, o corte de cana de açúcar empregou 189 mil pessoas no Estado, sendo que 40% , ou seja, 75.600 são migrantes das regiões Norte e Nordeste para a específica região.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (2008), na safra 2006/07, a área de novos canaviais, na região de Ribeirão Preto foi de 27.650 hectares (aumento de 9,18%) para um total estadual de 301 mil hectares. Isto representa uma produção regional de 23,6 milhões de toneladas, segundo o levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), de novembro de 2006. A produtividade da região aumentou 7,17% no período de 2000 a 2007, atingindo 78 toneladas por hectare em 2006, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da produtividade (t/ha) de cana-de-açúcar na EDR de Ribeirão Preto.



Fonte : Instituto de Economia Agrícola - IEA / APTA.

Esses resultados mostram a grande expansão dos complexos agroindustriais na região de Ribeirão Preto, transformando a região e prevalecendo a monocultura,

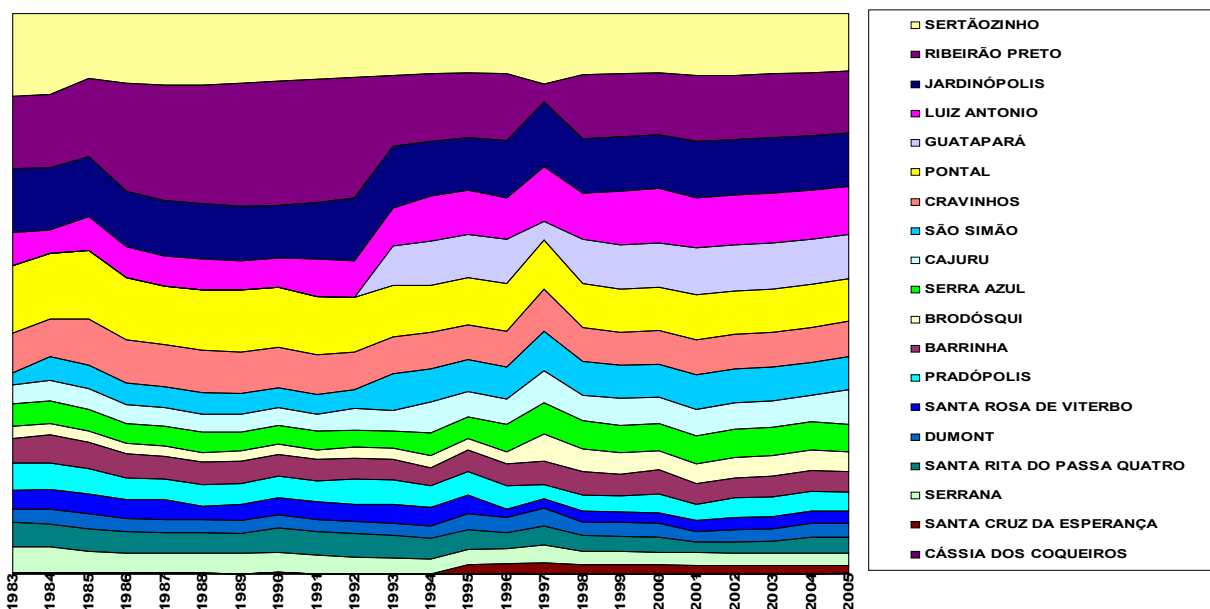
especificamente, canaveira. Segundo Silva (2008), as mudanças não foram somente de caráter espacial, mas significativamente sociais, no momento em que atraíram uma grande massa de trabalhadores rurais migrantes, inchando os pequenos municípios e transformando-os em cidades dormitórios de bóias-frias, como exemplo, o município de Barrinha.

Os municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jardinópolis, Luiz Antônio, Guataparã e Pontal respondem por mais de 50% da área e da produção em toneladas em relação ao total do E D R (Escritório de Desenvolvimento Rural). Analisando os gráficos abaixo pode-se compreender a evolução da lavoura canaveira na referida região desde 1983 até o ano de 2005 e compreender as transformações vivenciadas pelo campo nessa região.

Os gráficos abaixo mostram a inserção do município de Barrinha na área de produção de cana-de-açúcar e sua participação na produção de cana em toneladas, justificando o adjetivo de cidade dormitório de bóias-frias.

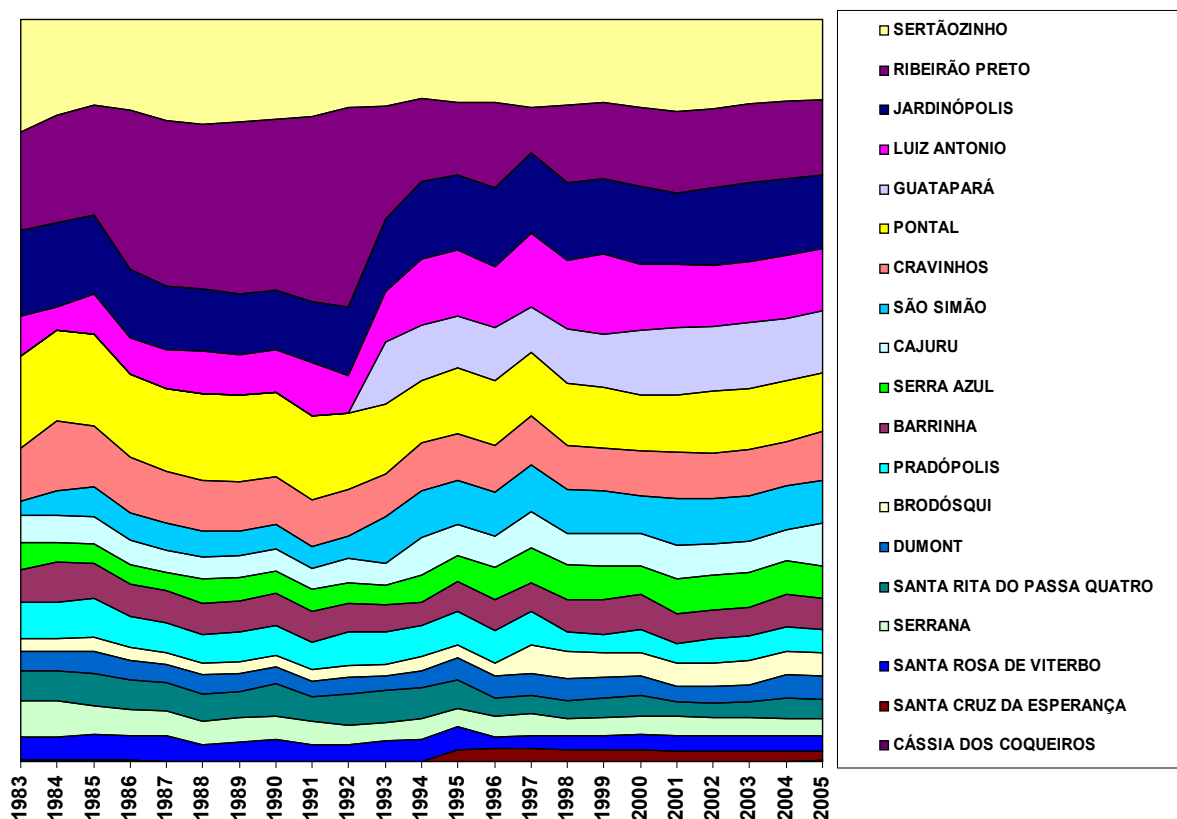
Gráfico - 3 - Evolução da participação dos municípios da EDR de Ribeirão Preto na

área de produção de cana-de-açúcar



Fonte: Instituto de Economia Agrícola - IEA / APTA - 2008

Gráfico- 4 - Evolução da participação dos municípios da EDR de Ribeirão Preto na produção de cana em toneladas.



Fonte: Instituto de Economia Agrícola - IEA / APTA – 2008

3.2 Breve histórico sobre o município de Barrinha – SP

O município de Barrinha está localizado na região nordeste do Estado de São Paulo; encontra-se a quinhentos (500) metros de altitude; latitude (S) 21°11'30"; longitude (O) 48°09'35"; abrange uma área de 147,0 quilômetros quadrados e encontra-se inserido na região geoeconômica do Médio Mogi-Guaçu, que incorpora trechos das sub-regiões polarizadas por São Carlos e Araraquara, como centros externos, e de Jaboticabal, esta última polarizada por Ribeirão Preto.

Essa divisão geoeconômica foi estabelecida por meio de parâmetros baseados no fluxo de comércio e serviços entre as cidades, elaborada pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1995).

O município encontra-se na margem direita do médio Mogi - Inferior, portanto está

inserido na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu, conforme ilustra mapa abaixo.

Mapa 1 – Município de Barrinha na bacia hidrográfica do Médio Mogi-Guaçu-Inferior



[www .comitepg.sp.gov.br](http://www.comitepg.sp.gov.br) – 2007

Segundo Brigante et al (2003), o rio Mogi-Guaçu, “*cobra grande*” em Tupi-Guarani, tem sua nascente na Serra da Mantiqueira, no Morro do Curvado, município de Bom Repouso, MG. O Rio banha dois importantes estados brasileiros, Minas Gerais e São Paulo; doze municípios são localizados na Bacia do Mogi-Guaçu em terras mineiras e trinta e oito municípios em terras paulistas, num total de cinquenta municípios.

O rio tem sua foz no Bico do Pontal, município de Pontal -SP, onde desagua no Rio Pardo, despejando anualmente nesse rio cerca de nove trilhões de litros de água.

Segundo Brigante et al (2003), o rio Mogi-Guaçu é considerado rio federal por atravessar dois estados brasileiros; sua largura média oscila entre setenta e noventa metros. Sua bacia hidrográfica é de dezessete mil, setecentos e cinquenta (17.750)

quilômetros quadrados, e oitenta e quatro por cento (84%) dessa área situa-se no estado de São Paulo. Por meio da tabela abaixo podemos compreender quantos municípios fazem parte da bacia do rio Mogi-Guaçu e a população que usufrui de suas águas.

Tabela 1 - População na bacia do rio Mogi-Guaçu

Municípios- Região	População	População – área de abrangência da pesquisa
MG-12 municípios localizados na bacia do Rio Mogi-Guaçu.	206.526 habitantes.	Barrinha – 25.642 habitantes.
SP-38 municípios localizados na bacia do Rio Mogi-Guaçu.	1.293.474 habitantes.	
Total – 50 municípios	Total – 1,5 milhão de habitantes.	.

Fonte: IBGE 2007.

Segundo dados do IBGE (2007), a população de Barrinha é de 25. 642 (vinte e cinco mil seiscientos e quarenta e dois) habitantes; a taxa de urbanização é de 98,9 %; o IDH do município é 0, 766 e o PIB é de R\$ 141.053.038,00; os municípios limítrofes são, Dumond, Jaboticabal, Pradópolis, Ribeirão Preto e Sertãozinho, conforme ilustram tabela e mapa abaixo.

Tabela 2 - Dados sobre o município de Barrinha - 2007

População	População urbana	População rural	Taxa de urbanização	IDH	PIB	Expectativa de vida
25.642 mil habitantes	23.944 mil habitantes	1.698 mil habitantes	98,9%	0, 766	R\$ 141.053.038, 00	71 anos

Fonte: IBGE 2007.

Mapa 2 - Área do município de Barrinha na região de Ribeirão Preto.



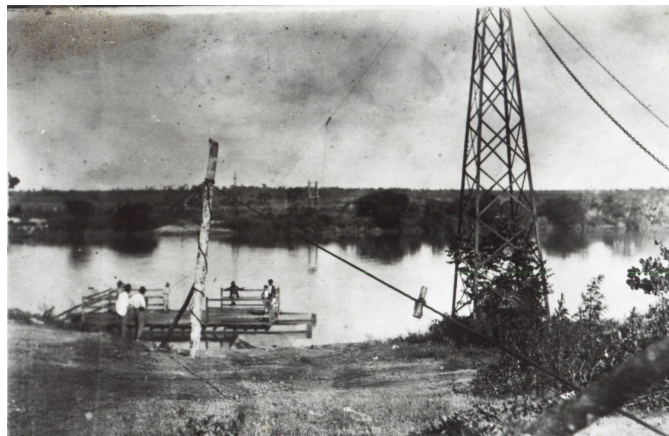
Fonte: www.ribeiraoregiao.com.br/regiao_administrativa_ribeirao_preto.JPG

Antes da sua emancipação política em trinta de dezembro de 1953, Barrinha foi colônia de trabalhadores da Companhia Agrícola Fazenda São Martinho; a colônia surgiu em razão da necessidade de mão de obra para a cultura do café, que atingiu seu ápice na década de trinta. Há mais de oito décadas, a margem direita do respectivo rio vem sendo ocupada e transformada. Até os anos sessenta a ocupação ocorreu de forma lenta, após essa década de forma acelerada em decorrência do desenvolvimento tecnológico.

Homens, trabalho, técnica e maquinarias passaram a humanizar esse espaço geográfico. A partir da década de vinte surgem as primeiras olarias na região e simultaneamente inicia-se a extração de argila no município, matéria-prima abundante dessa região, que logo foi assumindo sua preeminência em função das cerâmicas que surgiam em seu entorno. A primeira olaria no entorno de Barrinha foi construída em Jaboticabal, em 1920, pelos Irmãos Lamparelli e a matéria-prima para a sua manutenção, extraída do município de Barrinha e transportada através de balsa, na

época, único elo de ligação entre os dois municípios, conforme foto 1.

Foto- 1- Balsa no rio Mogi Guaçu: único elo de transporte entre os municípios de Jaboticabal e Barrinha no Início do Século XX.



Figueiredo (2003)

Em meados de 1920 foi construída a ponte ligando os dois municípios, hoje conhecida como a “ponte velha”; pode-se dizer que a construção dessa ponte impulsionou a atividade de extração de argila das margens e da área de várzea do rio e concomitantemente impulsionou a construção de novas cerâmicas na região, conforme foto 2.

Foto 2 – Antiga Ponte Velha, construída em 1920, que ligava os municípios de Jaboticabal e Barrinha.



Fonte: Figueiredo 2003.

Em decorrência da queda do café no mercado, na década de trinta, a Companhia

Agrícola Fazenda São Martinho dispensou seus colonos e loteou toda a área, dando origem a um pequeno povoado, hoje, município de Barrinha. Toda essa mão-de-obra ociosa e excedente foi parcialmente absorvida pelas olarias e cerâmicas que emergiam na região, caracterizando novas atividades e profissões, como oleiros e ceramistas.

O município de Barrinha, segundo dados do IBGE (2007), possui trinta e oito estabelecimentos agropecuários e trinta e dois estabelecimentos com áreas de lavoura. A base da economia do município é a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. A maioria da sua população trabalha no corte de cana-de-açúcar, por não ter outra opção; diante desse fato, o município passou a ser conhecido como cidade dormitório, pois os trabalhadores rurais permanecem na maior parte do dia nas lavouras de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto e retornam para o município somente ao anoitecer.

Segundo Nicolini (2007), a década de 1970 transformou Barrinha:

A cidade, que até então era considerada a capital ferroviária da região começou a perder importância. Com o advento de melhores e maiores caminhões, além de melhorias das rodovias, o transporte ferroviário foi sendo substituído pelo rodoviário. Barrinha que havia crescido em torno da estação e era voltada para a movimentação ferroviária, viu sua economia declinar, sendo que várias empresas que ali haviam se instalado, desapareceram. Esse período marcou também a passagem na lavoura, da cultura do café para a da cana-de-açúcar, que influenciaria profundamente Barrinha e toda a região. Foi nesta época que o setor sucroalcooleiro começou a ganhar destaque e a empregar milhares de trabalhadores da cidade, principalmente para atividades manuais na lavoura, tanto que, em 1962 foi criada a Casa da Lavoura, com a finalidade de dar condições e assistência aos trabalhadores rurais e no ano seguinte, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (NICOLINI, 2007, p. 54)

Ainda segundo Nicolini (2007), Barrinha, com aproximadamente 26 mil habitantes, possui atualmente cerca de oito mil trabalhadores rurais e estima-se que outros cinco mil venham apenas nos períodos de safra das usinas. Como o corte de cana dura cerca de seis meses, no resto do ano, parte destes trabalhadores retorna para seus locais de origem, alguns já se estabeleceram em Barrinha e esperam a cana brotar de novo e outros desenvolvem dezenas de estratégias de sobrevivência, estratégias que envolvem desde trabalhos informais até a busca de ajuda financeira de diversas proveniências.

Segundo Pauda (2008), Barrinha vive o lado “B” do agronegócio, com trabalhadores desempregados e sem qualificação, a maioria devido à mecanização do setor.

A mecanização aliada à falta de qualificação dos trabalhadores rurais são os maiores problemas. Uma colheitadeira substitui o trabalho de 120 cortadores de cana. Sem usinas na cidade, sem qualificação profissional e sem poder contar com a ajuda da prefeitura, muitas famílias têm passado fome. Barrinha não tem usinas e tem poucas indústrias. Para Silva (2008), o setor sucroalcooleiro tem descartado o cortador de cana desse município e da região. O setor exige uma alta produtividade que apenas o trabalhador mais jovem consegue cumprir.

O setor busca migrantes que são jovens e, com isso, ficam livres da responsabilidade social porque eles trabalham quatro meses e depois vão embora. As usinas não têm responsabilidade com os descartados, muito menos o poder público.

Diante desse quadro de desemprego, aliado aos altos preços dos aluguéis de imóveis na cidade e concomitantemente com a especulação imobiliária, que elevou os preços dos terrenos urbanos no referido município, muitas famílias têm migrado para a área rural à procura de novas atividades e moradia mais barata.

Atualmente, um terreno de 300 m² na área urbana do município, chega a valer de 30 a 40 mil reais, enquanto um terreno na área rural é vendido por 15 a 20 mil reais aproximadamente, conforme comentou o engenheiro da prefeitura municipal. A população ribeirinha no município tem crescido substancialmente durante às últimas décadas, especificamente por meio de loteamentos clandestinos, cujas construções são realizadas dentro das áreas de preservação permanente.

A dissertação de mestrado realizada por Nicolini (2007), sobre as estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana de Barrinha, vem confirmar o desejo desses em migrar para a área rural, cujos terrenos são mais baratos, quando não são apropriados clandestinamente:

Excluídos da possibilidade de continuar vendendo sua força de trabalho aos fazendeiros e aos usineiros da região, desprovidos de capacidade técnica para acompanhar as inovações tecnológicas que os colocariam em condições de concorrer a um lugar no restrito mercado de trabalho, muitos desses trabalhadores uniram-se em torno de uma luta, de um ideal, de um movimento, de uma esperança: “a aquisição de um pedaço de terra para viver”. (NICOLINI, 2007, p. 86)

Para Nicolini (2007), oriundos do campo e obrigados a viver nas cidades, a maioria destes trabalhadores ainda manifesta sua tradição agrícola com uma vocação para a lavoura. A autora relata a fala de um trabalhador entrevistado em sua dissertação

que vem ao encontro da presente dissertação aqui apresentada, em relação ao desejo de se morar na área rural para melhor qualidade de vida:

Em seu discurso, João deixa transparecer sua crença de que a oportunidade de voltar às origens rurais o libertaria das privações alimentares que vivencia. Já que não tive um estudo melhor, uma oportunidade de ter um serviço pra ganhar bem, meu sonho é ser independente, poder plantar e criar o que vou comer. Eu cresci plantando e criando animais, eu tenho essa vocação. Aqui na cidade, nós dependemos do supermercado e se não temos dinheiro, não podemos comprar uma verdura (João). Retirado de (NICOLINI, 2007, p. 76).

É nesse contexto que o grupo pesquisado procurou desenvolver atividades diversas na área rural, ou seja, uma fuga da possível proletarização nas agroindústrias da região. As usinas de cana-de-açúcar atraem os munícipes para várias atividades, como motoristas, eletricitas, técnicos de laboratórios, técnicos em moagem da cana, técnicos em filtragem do caldo, técnicos em evaporação do caldo, técnicos em cristalização do açúcar, técnicos na produção do álcool, e na agricultura, e trabalhadores rurais, os chamados bóias-frias.

Portanto, muitos rancheiros do município de Barrinha criaram formas alternativas criativas e inovadoras para gerar trabalho e renda, um meio de não se proletarizarem nos complexos agroindustriais e ao mesmo tempo permanecerem no meio rural através de atividades econômicas diversas.

3.3 A ocupação por ranchos às margens do rio Mogi-Guaçu: áreas de lazer e unidades de produção

A ocupação por ranchos às margens do rio Mogi-Guaçu, no referido município, deu-se a partir da década de 30. A definição da palavra “rancho” é muito complexa, pois dependendo da região onde ela é utilizada seu significado muda.

Para Ferreira (1984), autor do dicionário Aurélio, rancho é uma casa ou cabana no campo, nas roças, choça, choupana, casa pobre que abriga o rancheiro; o termo “rancheiro”, pelo mesmo autor, defini aquele que prepara o rancho (comida).

O termo rancharia também é utilizado para designar um povoado pobre, arrançamento. Pode-se perceber que as definições estão longe de explicar o termo utilizado no interior paulista para definir a edificação que é construída às margens de um rio. O que mais se aproxima de “rancheiro”, termo utilizado na dissertação, é a palavra

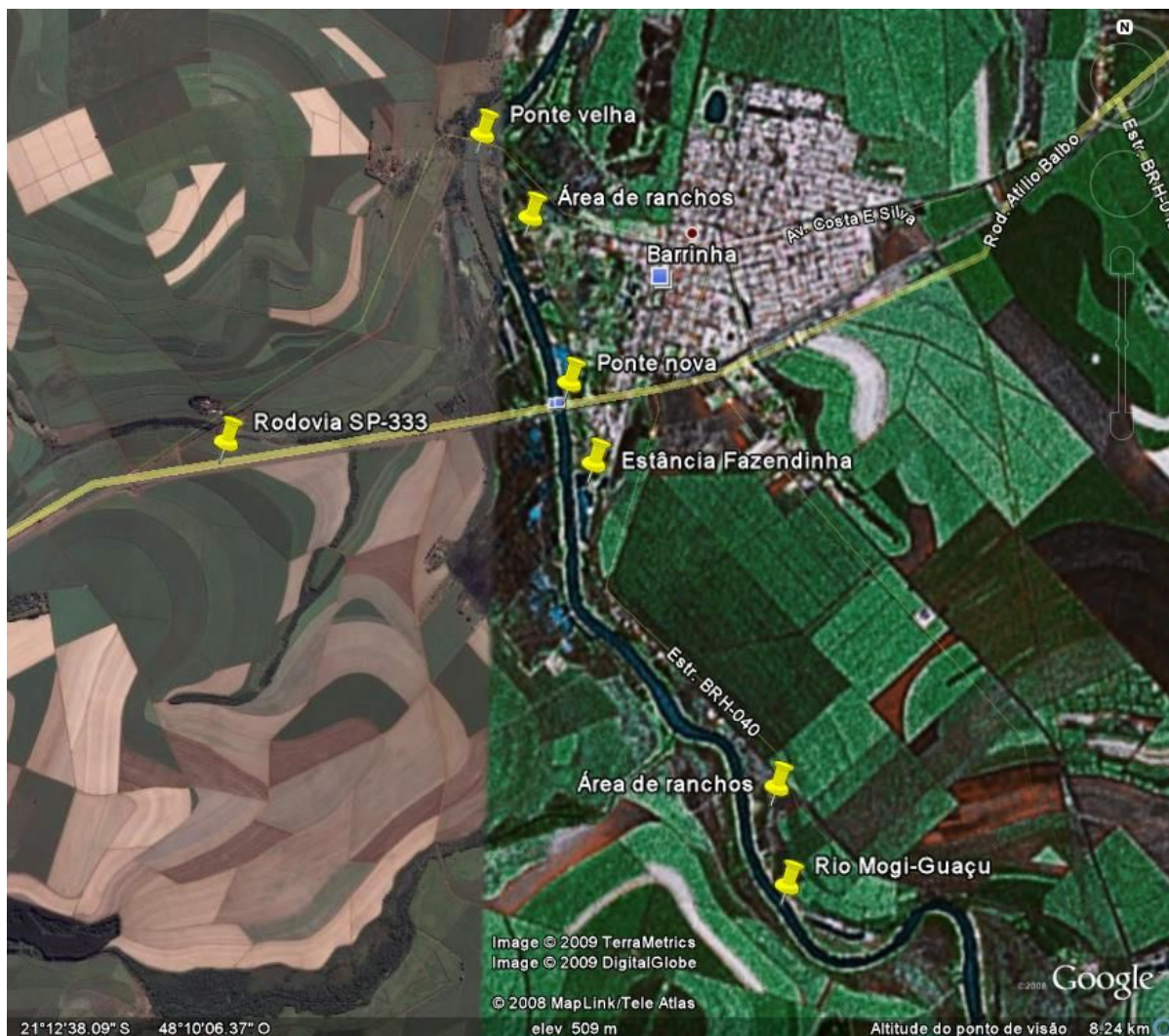
“ribeirinho”, que pelo mesmo autor, define aquele que vive próximo a rios ou ribeiras ; marginal .

Para este estudo escolheu-se o uso da palavra “*rancho*”, pois é utilizada popularmente em nossa região para designar todas as edificações, sejam de alvenaria ou madeira, que estão construídas às margens de um referido rio. Para a polícia ambiental, um rancho pode ser considerado até mesmo um estaleiro às margens de um rio, cuja função é a pesca.

Portanto, as palavras rancho e também rancheiro têm significados diferentes, depende do local onde são utilizados; é uma questão de regionalidade.

A função inicial dos ranchos era a acomodação de pescadores profissionais e caçadores de capivaras; com o tempo o que era simplesmente abrigo foi sendo transformado em área de lazer para os finais de semana e feriados. A foto abaixo especifica trechos das áreas urbana e rural do município de Barrinha, nas quais estão marcadas as áreas onde ocorreu a ocupação por ranchos às margens do rio Mogi-Guaçu.

Foto 3 – Área urbana e rural: Estância Fazendinha e áreas de ranchos - universo da pesquisa - município de Barrinha - SP



Fonte: Image 2009 Digital Globe – Image 2009 Terra Metrics – Google Earth - 2009

Os ranchos são vistos até hoje somente como áreas de lazer; todavia, é importante reavaliar esse olhar sobre os ranchos, pois encontram-se atualmente nesse universo de pesquisa, ranchos que são unidades de produção, o que torna o espaço bastante diferenciado.

Esse espaço não foi ocupado somente para o lazer, mas também para o trabalho; é produto das relações sociais que se estabeleceram nos momentos de lazer e trabalho; esses momentos refletem a forma como grupos de pessoas se socializaram e se manifestaram nesse espaço; a forma como transformaram esse espaço com todas as suas especificidades e agravantes sociais e ambientais.

A partir da década de cinquenta a ocupação por ranchos foi se intensificando, o espaço, às margens do rio, foi sendo fragmentado em pequenas áreas, caracterizadas como sítios ou pequenas chácaras. Com o decorrer do tempo, essas áreas foram sendo divididas e subdivididas em pequenos lotes, a maioria com menos de 0,5 hectare (ha), vendidos por meio de loteamentos, com especulação imobiliária, atualmente classificados pelos moradores como ranchos, conforme projeto de desmembramento no anexo 4.

Desse modo, observa-se que o espaço analisado fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas compradas e vendidas aos pedaços, produto de uma atividade parcelada, cujo conjunto escapa às pessoas, posto que submetido à troca e à especulação. (CARLOS, 1999, 23)

A margem do rio Mogi-Guaçu, foi sendo ocupada, transformada, fragmentada, assim como o rio e sua mata ciliar, um bem que a priori deveria ser contemplado por toda a comunidade, tornou-se por excelência um bem particular, sujeito a toda gama de especulações de ordem econômica e social, segundo Ventura (1999), contrariando o Art.1º da Política Nacional de Recursos Hídricos, lei nº 9433 de 08-01-1997, segundo a qual baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.”

Diante de todas essas evidências, pode-se dizer que os rancheiros, por meio do trabalho, técnica e maquinarias modernas tornaram a natureza artificializada, e essa foi incorporando, registrando a ação do homem, adquirindo diferentes feições de cada momento histórico.

Até a década de oitenta o número oficial de ranchos não ultrapassava a 39

unidades. A partir da década de noventa esse número começa a crescer de forma acelerada, devido aos altos preços dos terrenos urbanos no município. Atualmente o município possui cento e trinta e sete (137) ranchos às margens do rio Mogi-Guaçu, que tiveram sua origem a partir de antigas pequenas propriedades locais (sítios), que foram sendo desmembrados e são os seguintes:

Antigo sítio São Sebastião – trinta e seis (36) ranchos. O sítio foi vendido e dividido em vários lotes; cada lote contém um rancho e foram construídos dentro das normas exigidas pela legislação ambiental e estão assim classificados:

- Construção padrão - popular
- Especificidade das edificações - alvenaria
- Funcionalidade - residencial
- Regulares

Antigo sítio Cachoeira – loteamento Estela – vinte e seis (26) ranchos. O sítio foi vendido e dividido em lotes; cada lote possui um único rancho e foram construídos dentro das normas exigidas pela legislação ambiental e estão assim classificados:

- Construção padrão - popular
- Especificidade das edificações - alvenaria
- Funcionalidade - residencial
- Regulares

Ranchos entre o loteamento Estela e Barranco Vermelho – nove (9) ranchos; todos irregulares, ou seja, não respeitaram as normas exigidas pela legislação ambiental e estão assim classificados:

- Construção padrão - popular
- Especificidade das edificações - alvenaria
- Funcionalidade - residencial
- Irregulares

Barranco Vermelho – quarenta e cinco (45) ranchos. Esses ranchos não são construções recentes e não foram construídos dentro das normas exigidas pela legislação ambiental e estão assim classificados:

- Construção padrão - popular
- Especificidade das edificações - alvenaria

- Funcionalidade - lazer
- Irregulares

Ranchos entre a ponte nova e a ponte velha - em direção ao correr das águas: vinte e um (21) ranchos. Esses ranchos não são construções recentes e não foram construídos dentro das normas exigidas pela legislação ambiental, a maioria contém suítes, quadras esportivas e piscinas; estão assim classificados:

- Construção padrão - fina
- Especificidade das edificações – alvenaria
- Funcionalidade - lazer
- Irregulares

Os ranchos que estão caracterizados como irregulares foram construídos fora dos padrões exigidos pela legislação ambiental, assegurada pela Lei nº 4771 de 1965.

Do total de ranchos no município de Barrinha, somente trinta e nove (39) estão cadastrados no sistema de tributação municipal e regularizados pela prefeitura municipal. O restante, ou seja, noventa e oito (98) ranchos, não são considerados existentes pela administração pública. As fotos abaixo demonstram as diferenças entre um rancho utilizado para o lazer, também denominado de segunda residência, e um rancho utilizado como residência única.

Foto 4 - Rancho para o lazer, com piscina e quadra esportiva.



Fonte: Figueiredo 2003

Foto 5- Rancho utilizado como residência.



Fonte: Figueiredo 2003.

Os trinta e nove (39) ranchos cadastrados recolhem imposto territorial urbano (IPTU), apesar de estarem situados em área rural, foram enquadrados em área urbana, por meio da lei orgânica do município nº 1663, de 25 de junho de 2001, que estendeu o perímetro urbano para as proximidades das margens do rio Mogi-Guaçu, conforme lei em anexo 2. Segundo rancheiros a infra-estrutura por parte da administração pública não está sendo realizada. Para melhor compreensão vide tabela 3.

Tabela 3 – Equipamentos e Serviços nos Logradouros – área de ranchos

Ranchos	Rede de esgoto	Rede elétrica	Iluminação pública	Rede de água	Coleta de lixo
Antigo sítio São Sebastião: 36 ranchos	Não possuem	Particular	não possuem	Particular	Realizada pela adm. pública
Loteamento Estela: 26 ranchos	Não possuem	Particular	não possuem	Particular	Realizada pela adm. pública
Entre loteamento Estela e Barranco Vermelho: 9 ranchos	Não possuem	Particular	não possuem	Particular	Realizada pela adm. pública

Barranco Vermelho: 45 ranchos	Não possuem	Particular	não possuem	Particular	Realizada pela adm. pública
Entre a ponte nova e ponte velha: 21 ranchos	Não possuem	Particular	não possuem	Particular	Realizada pela adm. pública
Total -137					

Fonte: Figueiredo, 2003.

Toda a infra-estrutura apresentada na tabela acima, com exceção da coleta de lixo, foi conquistada particularmente pelos rancheiros, que são os atores sociais que lutam por melhores condições de vida nessa localidade rural.

Observou-se que na maioria dos ranchos, o solo no entorno da edificação e nas margens do rio está desprovido de qualquer cobertura vegetal, propício a erodibilidade e consequentemente contribuindo para o assoreamento do rio. A pesquisa também constatou a falta de conhecimento por parte de muitos rancheiros em relação a conservação e uso do solo. Segundo Ventura (1999), a Lei nº 7641/91 dispõe sobre as medidas de proteção ambiental e estabelece critérios para o uso e ocupação do solo para área compreendida pelas bacias dos rios Mogi-Guaçu, Pardo e Médio Grande; a lei estabelece como princípios fundamentais a descentralização e a participação dos diversos setores, envolvendo as agências estatais, os municípios e a sociedade civil, mas nenhum trabalho sistematizado está ocorrendo por parte do poder público ou sociedade em relação a esse fato.

4 O NOVO RURAL NO MUNICÍPIO DE BARRINHA, SP: RESULTADO DA PESQUISA

Tomando como ponto de partida as teorias sobre o "novo papel do rural", o caso estudado revelou situações bastante peculiares que o torna singular; pois as estratégias usadas por esse grupo de rancheiros estão criando um outro modelo de experiência, que não se enquadra nos exemplos referidos pelos estudos. Esse estudo de caso revelou uma experiência que não se enquadra somente nos estudos sobre a pluriatividade no campo, pois os rancheiros praticam uma diversidade de atividades, pluriativas e não pluriativas, portanto, esse estudo apresenta uma experiência praticada por atores que criaram uma forma de organização ímpar para gerar trabalho e renda, portanto, no âmbito dos estudos sobre o papel do novo rural, esse estudo de caso apresenta uma experiência inovadora.

Para melhor compreensão da realidade do meio rural do município, o estudo aqui apresentado organizou em blocos de questões diferentes aspectos do resultado de pesquisa como, caracterização dos ranchos pesquisados e origem dos rancheiros; formação da associação "Princesa do Mogi": participação e decisões; turismo rural; elementos de "ruralidade" presentes no cotidiano da vida dos rancheiros do município de Barrinha - SP; rede geográfica e social: a articulação dos atores sociais; as atividades econômicas desenvolvidas pelos rancheiros: produção e comercialização; emprego, renda e meio ambiente e finalizando, a participação do poder público municipal.

4.1 Caracterização dos ranchos pesquisados e origem dos rancheiros

A partir da lei orgânica municipal aprovada em 2001, já mencionada no capítulo anterior, a área rural do município de Barrinha, às margens do rio Mogi-Guaçu, foi intensamente ocupada. Lotes de aproximadamente dez hectares foram fragmentados em lotes de um hectare e menos de meio hectare, vendidos a preços comparativamente mais baixos em relação aos das cidades. Surgiram novos loteamentos que parecem verdadeiros conjuntos habitacionais; as edificações (ranchos) são construídas umas próximas às outras, mantendo o mesmo padrão de construção, popular, e mesmo estilo

de muros e calçadas. Esses novos loteamentos são classificados como regulares; a maioria mede menos que meio hectare (0,5 ha), estão há mais de cem (100) metros de distância da margem do rio e são utilizados como residências.

Em decorrência da irregularidade de muitos ranchos construídos fora dos padrões exigidos pela legislação ambiental, assegurada pela Lei nº 4771 de 1965, a promotoria do meio ambiente do município de Sertãozinho, estado de São Paulo, solicitou a retirada das edificações (ranchos) da margem do rio. Os rancheiros cujos ranchos encontram-se irregulares foram considerados pela lei como “criminosos permanentes”, ou seja, enquanto essas edificações permanecerem intactas os rancheiros responderão pelo crime praticado. Dentre os cento e trinta e sete (137) ranchos às margens do referido rio, sessenta e dois (62) são considerados regulares, pois estão fora da área de preservação permanente (A P P) e setenta e cinco (75) são considerados irregulares em desrespeito à lei. A pesquisa limitou-se a 9 ranchos regulares dentro dos 62 e uma estância rural, em razão de serem o único domicílio das famílias, cujos proprietários desenvolvem atividades econômicas para gerar trabalho e renda articulados por meio de uma rede social, conforme ilustra tabela abaixo.

Tabela 4- Classificação dos ranchos: regulares e irregulares

TOTAL DE RANCHOS	IRREGULARES	REGULARES	REGULARES E ARTICULADOS POR MEIO DE REDE SOCIAL: 9 RANCHOS E UMA ESTÂNCIA RURAL
137	75	52	10

Fonte: Figueiredo, 2003.

Os nove ranchos pesquisados profundamente e a Estância Fazendinha foram enumerados e são os seguintes:

- 1- Rancho Fortaleza
- 2- Sítio Calipal I
- 3 - Estância Fazendinha
- 4 - Rancho do Vicente
- 5 - Rancho Fundo

6 - Rancho Esperança

7 - Rancho Lopes

8 - Rancho Santa Maria

9 - Sítio César Valera

10 - Rancho Paraíso dos Santos

A maioria dos rancheiros é proveniente da cidade de Barrinha e outros municípios; a maioria também praticava outras atividades não inerentes à agricultura, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 5 – Origem dos rancheiros e atividades anteriormente praticadas

Relação dos ranchos	Atividade: Usina de cana-de-açúcar	Atividade: outras agriculturas	Atividade: Serviços urbanos	Origem: área urbana de Barrinha	Origem: outro município	Origem: outro estado
1			comércio	x		
2		x		x		
3		x				Rio Grande do Sul
4			comércio	x		
5			comércio	x		
6			indústria		x	
7	x				x	
8			comércio	x		
9		x		x		
10			Prestadora de serviço		x	

Fonte: Figueiredo - 2009

4.2 Formação da associação Princesa do Mogi : participação e decisões

Diante desse quadro de irregularidades dos ranchos, no dia 17 de janeiro de 2005, os rancheiros se mobilizaram e fundaram a Associação “Princesa do Mogi”; conforme “Estatuto Social” em anexo 3. A associação teve a princípio, como finalidade principal, a proteção ao meio ambiente, promovendo a integração e colaboração dos rancheiros, chacareiros, sitiantes, junto a seus membros e associados. No decorrer do tempo a associação começou a proporcionar apoio jurídico àqueles cujos ranchos são irregulares. A Associação promoveu encontros entre advogados e rancheiros no intuito de informá-los sobre a verdadeira situação legal e quais os devidos procedimentos a serem tomados. Atualmente o papel da associação extrapolou o apoio jurídico e está

propiciando àqueles cujos ranchos são regulares e utilizados como único domicílio, apoio técnico por parte de órgãos públicos, no intuito de capacitar os rancheiros para desenvolverem atividades que proporcionam trabalho e renda.

A Associação “Princesa do Mogi”, em 2005, recebeu apoio do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para a criação de peixes em tanques redes, horticultura e criação de aves, assim como assessoria do departamento de piscicultura da UNESP de Jaboticabal.

A maioria dos rancheiros acredita que houve progresso em relação às atividades praticadas nos últimos dois anos, e deposita em parte esse progresso à fundação da Associação Princesa do Mogi, que vem cumprindo com seu papel de motivadora e articuladora das relações sociais entre os sujeitos envolvidos, por meio de reuniões, palestras, cursos e excursões a outras localidades que praticam a pluriatividade no campo, como exemplo a excursão à Ilha Solteira, onde existem grupos que praticam a criação de peixes em tanques redes.

É por meio da associação que os rancheiros participam e tomam as decisões sobre todas as questões que abrangem a área de ranchos, como problemas nas vias vicinais, falta de fossas sépticas nas edificações, problemas relacionados à venda e escoamento dos produtos, dificuldades em relação ao mercado consumidor, etc. Os associados reúnem-se periodicamente na Estância Fazendinha, onde atualmente é a sede da Associação e discutem também questões na esfera política, pois acreditam que o desenvolvimento de suas respectivas atividades econômicas e o desenvolvimento daquela localidade rural passam pelo respaldo de políticas públicas.

4.3 Turismo rural

O turismo rural é uma das atividades que se desenvolve na Estância Fazendinha; iniciada em 1984 por uma família do Rio Grande do Sul, Rodolfo Mucha e Analise Freisleben. A área é de recuperação ambiental; possui 12,10.00 ha. Antes de se transformar em estância, a área foi local de extração de argila das margens do rio Mogi-Guaçu, portanto, foi adquirida pela família toda degradada, contendo seis crateras de aproximadamente mil metros quadrados cada, de onde foram retiradas toneladas de argila por muito tempo para sustentar as cerâmicas da região. O local foi sendo

recuperado pela família e as crateras passaram a servir de tanques para criação de peixes, dando início ao pesque-pague do município. A partir da década de 2000 deixa de ser pesque-pague e transforma-se em estância rural, conforme foto aérea abaixo.

Foto 6 – Foto aérea da Estância Fazendinha- SP



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha.

Desde o ano de 2003 a Estância faz parte da Associação de Turismo Rural da Região de Ribeirão Preto (ATURP), associação esta que dá assessoria às demais treze fazendas de turismo rural da referida região.

Atualmente a estância é muito conhecida na região de Ribeirão Preto; contém área de camping, prainha, tirolesa, área de pesca, animais para passeios, possui um centro de educação ambiental, espaço onde são realizadas as reuniões da associação, dez (10) bangalôs (apartamentos para hóspedes), cujas construções das edificações tiveram início no ano de 2000 e término no ano de 2006.

Possui um restaurante que oferece refeições todos os dias, recebendo em média aos domingos e feriados aproximadamente 400 pessoas; possui um lago artificial para passeio de pedalinhos; trilha ecológica às margens do rio Mogi-Guaçu, onde pratica-se aulas de educação ambiental. Emprega em média 20 funcionários, entre eles cozinheiras, garçons, monitores, professores, jardineiros, porteiros, camareiras, faxineiras, contadores e trabalhadores braçais; também pratica ecoturismo e recebe

alunos de escolas públicas e particulares de toda a região, conforme ilustram fotografias abaixo.

Foto 7 – Visita de escola monitorada por professores e monitores – Estância Fazendinha.



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha.

Foto 8 - Restaurante da Estância Fazendinha.



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha.

4.4 Elementos de "ruralidade" presentes no cotidiano da vida dos rancheiros do município de Barrinha - SP

Apesar da área rural de Barrinha ser considerada área periurbana em decorrência da expansão do perímetro urbano do município, a população ou comunidade rural, na sua maioria, procura preservar elementos de ruralidade, defendida por Moreira (2005).

A comunidade rural do referido município não perdeu sua identidade em relação ao mundo rural; apesar das antenas de televisões e parabólicas sobre os telhados dos ranchos; da energia elétrica no lugar dos antigos lampiões e lamparinas; dos carros e camionetes nos lugares das carroças e carros-de-boi, a comunidade rural procura preservar e festejar datas simbólicas, como as festas juninas; procura resgatar danças típicas do meio rural, como a "catira"; preservar as modas de viola e música ritmada pela sanfona.

É importante enfatizar que essa identidade rural não é forçada e sim, espontânea. Pôde-se por meio da pesquisa identificar essa "ruralidade" tão presente nessa comunidade. O novo papel do rural não contempla somente questões de ordem econômica; não contempla somente novas formas de organizações para gerar trabalho e renda; o novo rural também procura resgatar tradições, valores, hábitos e costumes do "antigo" rural.

Manter essas tradições não significa "atraso", "nostalgia", como muitos acreditam. Conforme Scheider (2003), o meio rural atualmente traz consigo uma complexidade de alterações sociais, culturais e identitárias.

É comum membros dessa comunidade se reunirem ao redor do fogão à lenha e saborear comidas como galinhada, porco no rolet, leitoa assada em forno à lenha, polenta com frango, etc, tudo é motivo para reunir, comer, beber, dançar e festejar.

Essa comunidade consegue conviver com o "novo" sem esquecer das tradições do mundo rural; a pesquisa evidenciou a presença de jovens que estudam em colégios particulares em municípios próximos a Barrinha, ou que cursam faculdades em outras regiões, participando de festividades típicas do mundo rural; talvez a singularidade dessa comunidade esteja em conseguir manter as tradições e ao mesmo tempo conviver com o novo, com as máquinas colheitadeiras, com os tratores modernos, com as antenas parabólicas, com o fogão a gás, etc.

As fotografias abaixo registram momentos de resgate da cultura do mundo rural e vêm ao encontro do que afirma Moreira (2005), que o "novo" rural apresenta uma

intensa complexidade, que de um lado, há uma cultura e modos de vidas rurais que não desapareceram, que resistem mesmo diante de todas as transformações que o campo vêm vivenciando.

Foto 9 : A dança da “catira”, por sr. Juarês



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha

Foto 10 : Festa junina



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha

Foto 11 – Moda de viola ao redor do fogão à lenha.



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha

Foto 12 : Boi e porco no “rolet”



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha

4.5 Rede geográfica e social: a articulação dos atores sociais

Analisando as relações entre os atores sociais envolvidos nas respectivas atividades pôde-se observar que a consumação destas atividades somente é possível pela existência de “rede de colaboração” entre eles.

Há uma articulação entre as pessoas do local viabilizando esse processo. No momento do plantio, quando partilham o mesmo trator, ou mesmo quando se ajudam mutuamente, no momento da colheita. Pôde-se perceber que se articulam também nos momentos de lazer, quando festejam datas simbólicas; se auxiliam quando há alguém doente na comunidade e precisa de ajuda e solidariedade; se articularam por meio da Associação quando tiveram problemas com a justiça em relação aos ranchos em áreas ilegais; se articulam quando têm problemas com a estrada vicinal, etc.

É importante ressaltar que cada um produz isoladamente dentro de sua respectiva área ou unidade; cada rancheiro opta pela cultura que mais se identifica juntamente com sua família e funcionários; não há critérios pré-estabelecidos em grupo, como por exemplo decidirem qual cultura é mais apropriada para cada área em decorrência do solo, relevo e quantidade de água disponível, mas as experiências de cada um são abordadas e trocadas nos momentos em que os rancheiros se reúnem via associação.

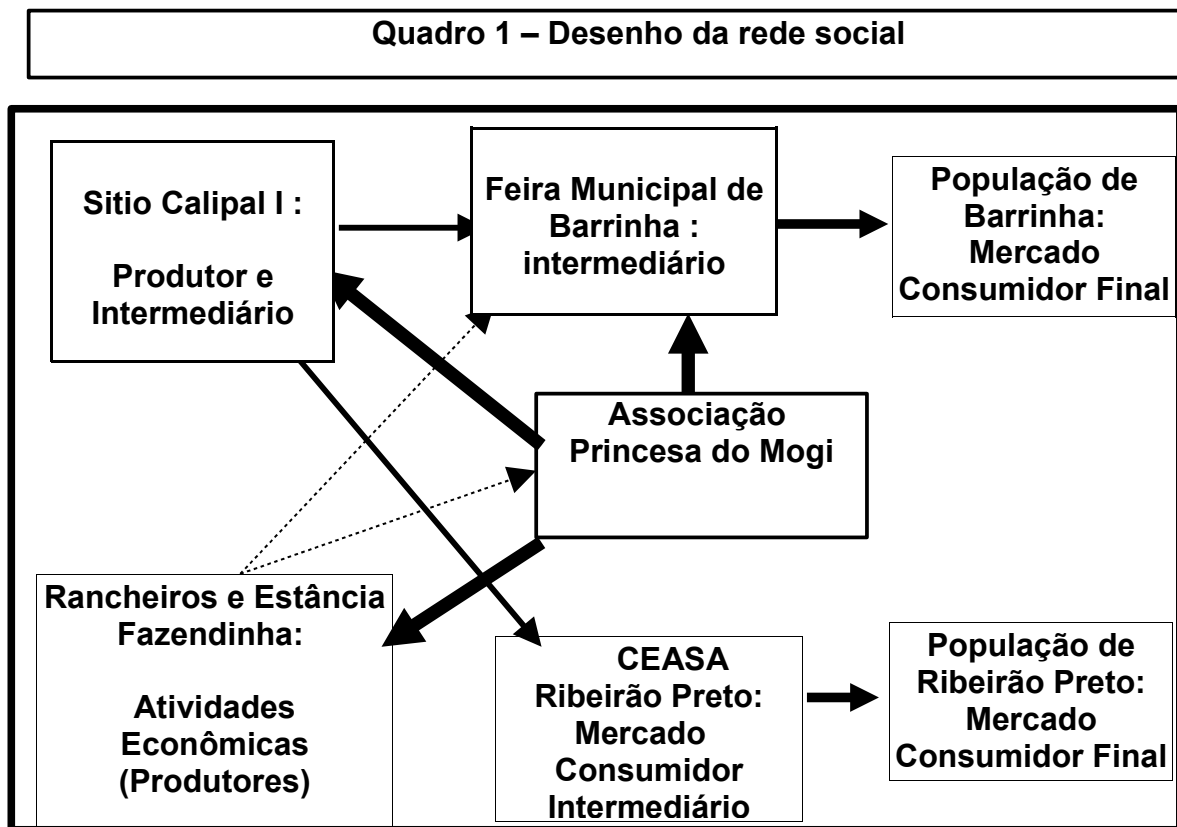
A rede de colaboração para promover a venda dos produtos envolve todos os rancheiros que praticam as atividades já mencionadas; o sítio Calipal I que faz a intermediação da venda dos produtos de muitos rancheiros para o CEASA de Ribeirão Preto; a Estância Fazendinha, que ao mesmo tempo que pratica as atividades já mencionadas, também compra os produtos de muitos rancheiros; a prefeitura municipal de Barrinha, por meio da feira municipal; o CEASA de Ribeirão Preto que compra os produtos do Sítio Calipal I e os maradores do município que compram os produtos na feira.

Portanto, em razão da reciprocidade entre eles, da solidariedade no momento do plantio, da articulação no momento da venda dos produtos, pôde-se observar uma teia de relações entre esses atores, constatando a presença de uma “rede social”, embora informal.

Alguns atores dentro da “rede social” têm papel mais relevante, como o sítio Calipal I, a Estância Fazendinha, a prefeitura do município de Barrinha e o CEASA de Ribeirão Preto, mas quando analisa-se a rede como um todo, percebe-se que cada ator

social cumpre com seu papel para o progresso das atividades econômicas.

Por meio do quadro abaixo busca-se compreender a articulação dos atores sociais na “rede” e o grau de importância ou influência de cada um.



Analisando o papel de cada ator social nessa experiência pôde-se observar o grau de influência ou importância de cada um. O sítio Calipal I faz a intermediação da venda dos produtos de muitos rancheiros ao CEASA de Ribeirão Preto, pois esses rancheiros não plantam em grande quantidade, seria muito difícil a venda particular para o CEASA. Mas ao repassarem seus produtos ao sítio Calipal I, a renda da venda dos produtos torna-se mais segura para todos. Portanto, os rancheiros não se relacionam diretamente com o CEASA, esse papel de relacionamento com o CEASA é tarefa do sítio Calipal I.

Segundo Jerônimo (2005), para muitos autores, laços sociais fortes e redes densas facilitam a cooperação reduzindo os custos de transação, mas a minimização de custos de transação não é o único motivo para esses relacionamentos, pois podem envolver criação de valor, como o desenvolvimento de conhecimento em conjunto e outras conseqüências que transcendem a simples vontade de reduzir custos de transação. A questão da “confiança” entre os atores envolvidos é primordial para que os objetivos sejam alcançados. É fundamental que exista confiança na cooperação dos

parceiros; a confiança tem sido vista, além de um resultado e de um meio da interação cooperativa, como um aspecto do contexto organizacional e um antecedente da cooperação.

A confiança se refere à disposição de uma parte de se relacionar com outra na crença de que as ações dos outros serão benéficas e não prejudiciais a uma das partes, embora isso não possa ser garantido. (CHILD E FAULKNER, 1998, p.45).

Em relação à questão de confiança entre os atores envolvidos nessa experiência vivenciada pela população ribeirinha em Barrinha, pode-se perceber que há um grau de confiabilidade entre eles, pois a única saída para a venda de seus produtos, além da feira municipal, é a intermediação via o sítio Calipal I, que revende seus produtos para o CEASA.

Na fase de consolidação da rede, os laços entre os atores são acompanhados de relações interpessoais com uma dimensão emocional. Isso porque, nessa fase, ocorre um tipo de confiança que é desenvolvida ao longo de reputação nos relacionamentos, onde a confiança é criada e incrementada mais a nível interpessoal. Além disso, “a confiança é de fato um fenômeno interpessoal sobre o qual a qualidade das relações interorganizacionais está fundamentada”. (CHILD E FAULKNER, 1998, p.47-49).

Observa-se, assim, que esses rancheiros estão articulados por meio de “rede social” para vender sua produção e/ou produtos. Porém, os atores sociais envolvidos, desde os rancheiros até o mercado consumidor final não têm consciência clara de sua articulação, mas não podem prescindir dela. Compreendem que esse arranjo criativo desenvolvido por eles, de uma maneira singular, foi a forma que encontraram para evitarem o desemprego e a exclusão social, inclusive a exclusão territorial, pois essa articulação promove e assegura suas permanências nas suas respectivas unidades rurais.

4.6 A diversidade de atividades desenvolvidas pelos rancheiros: produção e comercialização

É importante ressaltar que na maioria dos ranchos regulares encontra-se algum tipo de agricultura, horticultura ou criação de pequenos animais para a subsistência das famílias. Há também ranchos que arrendaram suas respectivas terras para as usinas de cana-de-açúcar da região. A pesquisa não restringiu-se à questão da subsistência, mas

às atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que extrapolam a questão da subsistência e garantam uma melhor qualidade de vida para essa população. Dentre os sessenta e dois (62) ranchos regulares, nove ranchos e a estância rural praticam atividades econômicas com mercado consumidor definido.

Foi possível observar em visita a campo, em 2007, que as atividades econômicas agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelos rancheiros, como criação de suínos para fabricação de embutidos, hortas, turismo rural, criação de carneiros, plantação de milho verde, granjas, criação de peixes em tanques redes e uma diversidade de horticultura têm como característica comum a pequena escala e o caráter artesanal.

Foram encontrados ranchos que produzem em pequena escala para a sobrevivência e que também vendem o excedente, mas não têm mercado consumidor definido, e ranchos que produzem para gerar renda e têm mercado consumidor definido.

No anexo 1 encontram-se os questionários aplicados aos nove rancheiros e à Estância Fazendinha, que desenvolvem atividades econômicas no intuito de gerar trabalho e renda e estão articulados por meio de uma rede social. Após aplicação do questionário aberto foi possível classificar as atividades econômicas que geram trabalho e renda, conforme tabela abaixo.

Tabela 6 : Atividades econômicas praticadas pelos ranchos pesquisados

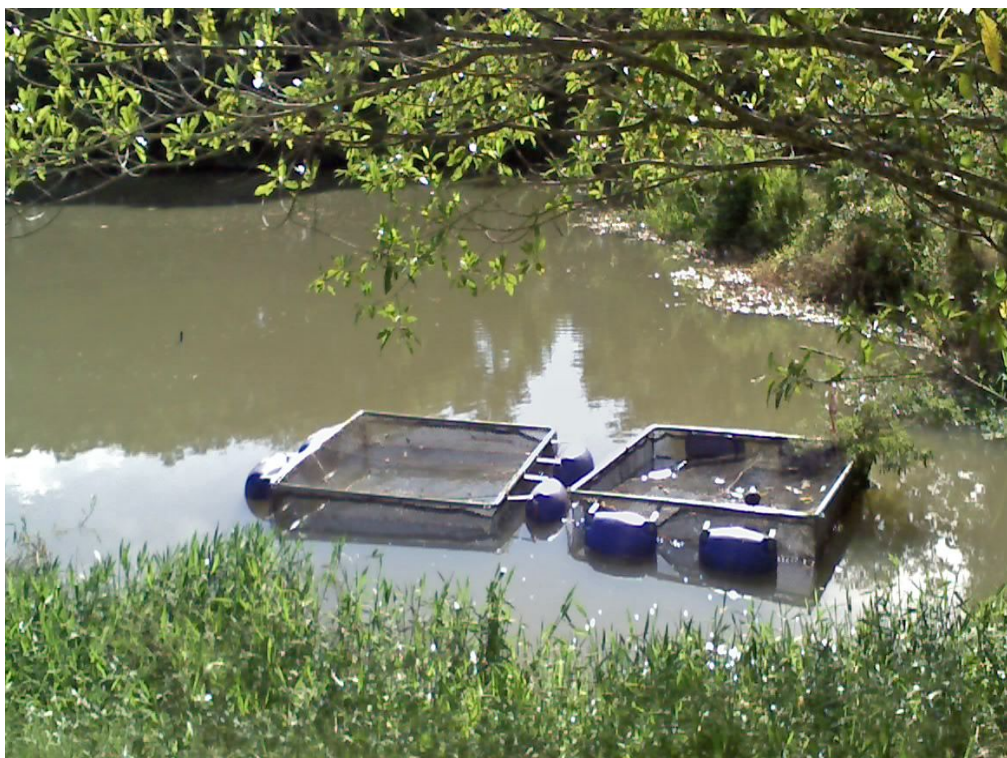
Ranchos	Peixes em tanques redes	Agricultura	Horticultura	Suinocultura	Galinhas e frangos	Turismo rural	Fabricação de embutidos
1			x	x	x		x
2			x				
3	x					x	
4			x		x		
5		x					
6			x				
7				x	x		
8		x	x				
9		x	x				
10			x				

Fonte: Figueiredo 2008

A) Criação de peixes em tanques redes

Há seis (6) tanques para a criação de peixes, sendo que dois (2) tanques são reservados somente para a criação de tilápias e quatro tanques são reservados para criação de carpas, pacus, tambaquis, matrinchãs, curimbas e cascudos. Os peixes são criados em tanques na Estância Fazendinha, antigo pesque-pague, que está localizada na área de ranchos. Os peixes são consumidos pela própria estância e também vendidos à visitantes, em média consomem-se e vendem-se oitenta quilos por semana, num total aproximadamente de 320 quilos por mês. A Estância também compra produtos como embutidos, aves e verduras dos ranchos que fazem parte da associação. Nas fotos 13 e 14 pode-se verificar algumas das atividades desenvolvidas nos tanques de criação de peixes.

Foto 13 - Criação de peixes em tanques redes – Estância Fazendinha.



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha.

Foto 14 - Lago para pesque e pague - Estância Fazendinha.



Fonte: Arquivo particular da Estância Fazendinha.

B) Horticultura

Cinco (5) ranchos e um sítio desenvolvem horticultura; plantam alface, quiabo, abóbora, mandioca, berinjela, jiló, brócolis, almeirão, cheiro verde e viveiros de mudas. Os ranchos envolvidos são respectivamente: rancho Esperança, rancho Fortaleza, rancho Paraíso dos Santos, rancho Santa Maria, rancho Cesar Valera e sítio Calipal I. O Calipal I contém dois (2) viveiros de mudas, cinco (5) grandes hortas, um tanque de água para irrigação, 10 carriolas, um caminhão para o transporte e emprega três (3) funcionários.

O sítio vende sua produção para o CEASA de Ribeirão Preto. Os outros ranchos vendem suas produções na feira municipal de Barrinha e também para o proprietário do sítio Calipal I que faz a intermediação e vende a produção para o CEASA de Ribeirão Preto.

As fotos 15, 16, 17 e 18 abaixo ilustram algumas das atividades praticadas pelos referidos ranchos.

Foto 15 – Cultura de alface – sítio Calipal I



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 16 – Viveiro de mudas - sítio Calipal I



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 17 - Instrumentos de trabalho e veículo para transporte de verduras para o CEASA de Ribeirão Preto – Sítio Calipal I.



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 18 - Cultura de hortaliças diversas – sítio Calipal I



Fonte: Figueiredo 2008.

C) Suinocultura

A criação de porcos é desenvolvida por 2 ranchos que estão assim relacionados:

rancho Fortaleza e rancho Lopes. Somente o rancho Fortaleza tem melhor estrutura e fabrica embutidos. Possui atualmente vinte e seis (26) matrizes, três reprodutores e mil leitões; o rancho também possui mil (1000) galinhas e uma criação de chesters, aproximadamente cem (100) aves; a criação de chesters está sendo desenvolvida recentemente.

A maior parte da carne derivada da criação de suínos é transformada em embutidos pelos próprios proprietários por meio de uma pequena indústria caseira de embutidos onde são fabricados lingüiça, cudiguim e chouriço. A produção é vendida na feira municipal de Barrinha, em alguns restaurantes e direto ao consumidor; em média os proprietários vendem cinquenta (50) quilos de embutidos por semana, chegando em semanas atípicas a vender setenta (70) quilos de embutidos e cinquenta (50) aves abatidas. As criações de porcos e aves têm alvará do município e autorização do Departamento de Preservação dos Recursos Naturais (DPRN) do município de Ribeirão Preto. Em visita à edificação pôde-se confirmar os cuidados dos proprietários em relação às vacinas e higienização do local; também constatou-se as dificuldades em manter a atividade em decorrência de falta de política pública. Os outros ranchos vendem a carne de porco na feira municipal e para terceiros. As fotos 19 e 20 ilustram a suinocultura praticada pelo rancho Fortaleza.

Foto 19 – Pocilga – Rancho Fortaleza: matriz e leitões



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 20 - Criação de leitões – Rancho fortaleza.



Fonte: Figueiredo 2008.

D) Agricultura

Três (3) ranchos praticam a agricultura, cujas plantações são de milho verde, quiabo, jiló e berinjela. Os ranchos são rancho Fundo, rancho do Cesar Valera e rancho Santa Maria. A produção é vendida na feira municipal de Barrinha e também para o sítio Calipal I que faz a intermediação e a venda para o CEASA de Ribeirão Preto, conforme ilustram as fotos abaixo.

Foto 21 – Plantação de berinjela – Rancho Santa Maria.



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 22 - Plantação de milho – Rancho Fundo.



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 23 – Tanque de água utilizado para irrigação – Sítio Calipal I.



Fonte: Figueiredo 2008.

E) Criação de galinhas e frangos

Três ranchos praticam essa atividade, entre eles o rancho Fortaleza, rancho do Vicente e rancho Lopes. A produção é vendida na feira municipal do município e para a Estância Fazendinha.

F) Feira municipal do município de Barrinha

A feira é realizada aos domingos; estende-se por três quarteirões e meio, num total aproximadamente de trezentos e cinquenta metros; há aproximadamente cem barracas que vendem aves vivas e abatidas; milho e seus derivados; embutidos como lingüiça, cudiguim , chouriço; legumes, verduras, doces caseiros, mandioca, vassouras, frutas diversas, etc.

Os feirantes são rancheiros do município, sitiantes e assentados oriundos de assentamentos rurais dos municípios de Jaboticabal, Ribeirão Preto, Pradópolis e Guariba. Pagam cinquenta reais trimestralmente para a prefeitura do município de Barrinha; a feira tem início às seis horas da manhã até aproximadamente às treze horas; a população de municípios vizinhos recorre à feira de Barrinha por encontrar produtos difíceis de serem encontrados em outras feiras, como galinhas caipiras, patos, gansos e vassouras plantadas e amarradas pelos produtores.

A feira existe há vinte anos e é freqüentada por toda a população do município; a prática de comprar esses produtos na feira faz com que o município não possua muitos varejões. As fotos 24, 25 e 26 abaixo ilustradas exemplificam a variedade de produtos vendidos na respectiva feira oriundos dos ranchos e assentamentos rurais.

Foto 24 – Feira municipal de Barrinha – venda de milho e seus derivados



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 25 – Feira municipal de Barrinha – venda de embutidos.



Fonte: Figueiredo 2008.

Foto 26 – Feira municipal de Barrinha - venda de verduras.



Fonte: Figueiredo 2008.

Por meio de observação e entrevista com alguns feirantes, pôde-se perceber que a tradicional feira de Barrinha é a única fonte de renda da maioria dos feirantes, portanto, essa feira sustenta aproximadamente cem famílias de vários municípios, que representam vários segmentos, como assentados, rancheiros, chacareiros e outros. Para melhor entendimento sobre as atividades praticadas pelos rancheiros realizou-se o

quadro abaixo onde estão relacionados apenas os ranchos que têm mercado consumidor definido e não plantam para subsistência, mas para gerar renda.

Quadro 2

Dados das atividades praticadas, mercado consumidor e produção por unidade.

RANCHO	ATIVIDADE	MERCADO CONSUMIDOR	PRODUÇÃO MENSAL (MÉDIA)
Rancho Fortaleza.	Criação de porcos e Fabricação de embutidos.	Feira municipal de Barrinha, restaurantes e terceiros.	200 quilos.
Rancho Fortaleza	Criação de galinhas e chesters.	Feira municipal de Barrinha, restaurantes e terceiros.	200 aves.
Sítio Calipal I	Plantação de hortaliças: alface, almeirão, couve e rúcula.	CEASA de Ribeirão Preto.	720 caixas.
Estância Fazendinha.	Criação de tilápias, carpas, pacús, tambaquis, matrinchãs, curimbas e cascudos.	Visitantes da região e o seu próprio restaurante.	320 quilos.
Estância Fazendinha.	Restaurante.	Turistas.	1.600 refeições.
Rancho do Vicente.	Plantação de hortaliças e legumes.	Sítio Calipal I que intermedia a venda para o CEASA.	20 caixas.
Rancho Fundo.	Plantação de milho verde.	Feira municipal de Barrinha.	80 caixas.
Rancho Esperança.	Plantação de quiabo e abóbora.	Feira municipal de Barrinha.	20 caixas.

Rancho lopes.	Criação de galinhas.	de	Feira municipal de Barrinha.	40 aves abatidas.
Rancho Santa Maria.	Plantação de berinjela e jiló.	de	Sítio Calipal I que intermedia a venda para o CEASA de Ribeirão Preto .	80 caixas.
Rancho Cesar Valera.	Plantação de quiabo.	de	Sítio Calipal I que intermedia a venda para o CEASA e feira municipal de Barrinha.	80 caixas.
Rancho Paraíso dos Santos	Plantação de mandioca.	de	Feira municipal de Barrinha e moradores do município.	120 caixas.

Fonte: Figueiredo, 2008.

4.7 Emprego, renda e meio ambiente

O estudo mostrou a importância da renda derivada das atividades; a maioria dos entrevistados está satisfeita com a renda, pois é suficiente para suprir as necessidades da família, evita que membros da família migrem para a cidade a procura de emprego, ou seja, a família consegue permanecer unida em sua propriedade, viver da atividade realizada e gerar trabalho para outras pessoas.

Em relação ao Sítio Calipal I, a família além de viver somente da renda da atividade, gera emprego para três funcionários, ou seja, a atividade gera trabalho e renda para outras pessoas que não fazem parte da família. A tabela abaixo apresenta a geração de emprego no universo da pesquisa.

Tabela 7 – Geração de emprego.									
Ranchos	Membros da Família				Empregados				Total
	1	2	3	+3	1	2	3	+3	
1			x						3
2		x					x		5
3				4				20	24
4			x						3
5		x				x			4
6		x							2
7				4					4
8		x					x		5
9			x		x				4
10		x				x			4
									58

Fonte: Figueiredo, 2009

Ao se tratar da Estância Fazendinha, as atividades por ela realizadas geram renda para toda a família e seus agregados, e contribui na geração de trabalho e renda para vinte (20) funcionários que trabalham na estância e moram no município de Barrinha.

A Estância acredita que se houvesse estímulos por parte da esfera pública municipal, ou providências em relação aos problemas já mencionados, atualmente estaria empregando cinqüenta por cento a mais do que emprega. Já o rancho Fortaleza, que trabalha com embutidos, espera dobrar a sua renda no próximo ano, pois fez um grande investimento para adequar toda a área na atividade de suinocultura, espera que esse investimento lhe proporcione mais retorno, como já vem ocorrendo.

Quando se trata das questões ambientais, a pesquisa concluiu que houve um grande avanço em relação ao cumprimento da legislação ambiental.

Desde 2002 os rancheiros vêm construindo fossas sépticas em suas edificações, primeiramente porque houve um grande receio de serem multados pela Promotoria do Meio Ambiente do município de Sertãozinho, a qual o município de Barrinha está integrado; também pelo fato da associação promover por meio de palestras a educação ambiental. Já estiveram presentes na Associação Princesa do Mogi realizando palestras relacionadas ao meio ambiente, biólogos, zootecnistas, professores da UNESP de Jaboticabal e o presidente da Associação de rancheiros do Rio Pardo.

A preocupação com os problemas ambientais por parte dos rancheiros envolve a recuperação da mata ciliar das suas propriedades e a luta para que a prefeitura municipal trate seu esgoto doméstico, pois tem se anulado totalmente diante dessa gravidade; a prefeitura tem sido multada constantemente por órgãos competentes por não realizar o tratamento do esgoto do município; para os rancheiros a construção das fossas sépticas em suas edificações ficou invalidada frente a falta de tratamento do esgoto por parte do município.

4.8 A participação do poder público municipal

Após aplicação de questionário aberto em anexo (1), pôde-se verificar que para realização das atividades econômicas há apoio parcial por parte da prefeitura municipal de Barrinha, tal apoio ocorre somente no momento da venda da produção por meio da feira municipal.

Os rancheiros, há tempo, solicitam da prefeitura municipal uma atenção maior

àquela área, pois as estradas vicinais que viabilizam os fluxos das produções encontram-se inacessíveis e abandonadas pelo poder público. Não há asfalto nem galerias pluviais nas estradas, fazendo com que em dias de chuvas as estradas fiquem interditadas.

Em relação à Estância Fazendinha, que é considerada o centro de apoio por ser a sede da Associação Princesa do Mogi, as solicitações feitas para o poder público são ainda maiores, como o asfaltamento da principal estrada vicinal, pois a estância depende dela para receber os turistas; retirada de entulhos e resíduos de construções civis que são depositados na referida estrada, inviabilizando o tráfego de carros e ônibus.

A estância também cobra da prefeitura municipal de Barrinha, desde 2001, o tratamento do esgoto residencial que é lançado “in natura” no rio Mogi-Guaçu, poluindo suas águas, que são a maior atração dos turistas. Portanto, a participação da esfera pública municipal na viabilização dessas atividades é ineficiente.

A presença da esfera pública estadual se fez presente no início da atividade de criação de peixes em tanques redes, onde houve participação do SAI e do SENAI por meio de técnicos e zootecnistas especializados em piscicultura. Já em relação as outras atividades praticadas, há ausência dos órgãos públicos no que tange à orientação profissional nas áreas agrícola, horticultura e pecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o "novo rural brasileiro" têm mostrado experiências relevantes que grupos, indivíduos e comunidades rurais vêm praticando para gerarem trabalho e renda e permanecerem no campo. Estudos a partir de meados da década de oitenta e mais intensivamente a partir da década de noventa, têm revelado que novas formas de ocupação da força de trabalho no meio rural vêm sendo praticadas; há uma diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas, que são consagradas como "pluriatividade" no campo.

O referencial teórico analisado sobre o papel do novo rural desmistifica vários estigmas que o rural vem carregando consigo, como sinônimo de "atraso" ou "nostálgico", pois atualmente, com a modernização do campo, esses "estigmas" caíram por terra.

Os estudos sobre o "novo rural" apresentaram um paradoxo: de um lado um "novo rural" modernizado, industrializado, fundamentado nas tradicionais relações de trabalho presentes nos CAIs e no agronegócio, e o outro, um "novo rural" fundamentado em relações de trabalho diversificadas e inovadoras, onde a solidariedade e a articulação dos atores sociais por meio de redes formais e não formais são a essência para a consolidação de muitas experiências.

O novo rural brasileiro apresenta novos espaços rurais, cujas atividades econômicas praticadas pelos atores sociais vêm ao encontro da realidade de cada comunidade, portanto, são ímpares e se adequam à realidade econômica e cultural de cada família, grupo e comunidade rural.

O caso analisado pode ser compreendido a luz das "teorias" no que se refere às mudanças que o mundo rural brasileiro vem vivenciando na contemporaneidade. Todavia, há particularidades. O estudo de caso da população ribeirinha do Rio Mogi-Guaçu apresentou especificidades que o tornou singular diante dos estudos sobre outras experiências. No decorrer do estudo, foi possível observar a peculiaridade dessa área de

pesquisa; as ocupações agrícolas são de grande importância na ruralidade deste pequeno município, mas as ocupações rurais não agrícolas no meio rural vêm crescendo e são fundamentais para gerarem trabalho e renda, contribuindo de forma relevante para a permanência dessas famílias na área rural. Porém, concluiu-se que a "pluriatividade" não é fator predominante nesse universo de pesquisa, pois há presença de atividades tradicionais, como arrendamentos de terras para a indústria canavieira, agricultura perene e permanente, como roças de algodão e amendoim. Contudo, a pluriatividade encontrou ambiente favorável nessa área de pesquisa e vem crescendo de forma substancial por meio de atividades econômicas como criação de peixes em tanques redes, fabricação de embutidos, turismo rural, horticultura, viveiros de mudas, suinocultura, etc.

Pôde-se concluir que o que torna esta experiência singular é a diversidade de atividades que é praticada nesse universo; a articulação dos rancheiros por meio de rede social não formal também mostra a singularidade dessa experiência, pois os atores sociais envolvidos criaram estratégias de produção e venda de seus produtos que podem evidenciar um outro modelo de experiência.

O estudo desse caso também revelou a presença de elementos de ruralidade no cotidiano dos rancheiros, quando estes resgatam hábitos e costumes do mundo rural, como festas e comidas típicas, mas em momentos pontuais. A maioria desses rancheiros não tem raízes profundas com o mundo rural, pois migrou da cidade para o campo em decorrência dos altos preços dos terrenos na área urbana do município de Barrinha, mas pode-se dizer que o desejo de voltar para o campo e de não se proletarizar na indústria canavieira foi evidenciado pela pesquisa.

Pôde-se concluir que a diversidade de atividades praticada não significa que as famílias domiciliadas nesse espaço rural estejam abandonando as atividades agrícolas, pelo contrário, a pluriatividade no campo resulta da interação entre as decisões individuais e coletivas com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas.

Os estudos também revelaram as dificuldades que essa comunidade encontra no seu cotidiano para praticar essas atividades, pois a falta de políticas públicas, sejam municipal ou estadual, dificulta o progresso e desenvolvimento local/rural; isso não significa que essa comunidade não tenha melhorado sua qualidade de vida, pelo contrário, houve avanços e progresso significativos em decorrência da união dos grupos envolvidos, portanto, esses avanços se devem ao fato dessa comunidade ter se articulado por meio de uma rede de colaboração e solidariedade, cujo elo se deu por

meio da criação da Associação Princesa do Mogi.

O estudo dessa experiência também vem reforçar as dificuldades encontradas quando as famílias trabalham isoladamente; por meio de entrevista aos rancheiros pôde-se constatar que a formação de uma cooperativa ou algo semelhante, aumentaria de forma substancial emprego e renda nessa área rural.

Concluiu-se que o progresso até então dessas atividades deve-se acima de tudo aos arranjos criativos e inovadores que essa comunidade encontrou no percurso de sua própria História, portanto, são práticas singulares, intrínsecas a este universo de pesquisa, rancheiros que residem às margens do rio Mogi-Guaçu, no município de Barrinha, estado de São Paulo, cidade dormitório de bóias-frias das lavouras de cana-de-açúcar.

É fato sine-qua-non que essa comunidade somente resistirá enquanto comunidade rural que pratica uma diversidade de atividades se obtiver maior apoio de políticas públicas, capacitação profissional por meio de órgãos públicos e apoio jurídico.

REFERÊNCIAS

BEDUSCHI FILHO, Luis Carlos e ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. Revista Nova Economia. Belo Horizonte 14 (3) 35-70 – setembro-dezembro, 2004.

BRIGANTE et al: **Avaliação ambiental do Rio Mogi-Guaçu, resultado de uma pesquisa com abordagem ecossistêmica**. São Carlos: Rima, 2002.

CAMPANHOLA, C. ; GRAZIANO da Silva, J. **Diretrizes de Políticas Públicas Para o Novo Rural Brasileiro**: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...Foz do Iguaçu**: SOBER, 1999. p 47-57.

CARLOS, A. Fani. **Espaço e indústria**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade; tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Org. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MANAD/PRONEX, 1999.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CHILD, John e FAULKNER, David. **Strategies of co-operation**: managing alliances networks and join ventures. Oxford University Press, 1998, cap. 2,3,4,p.17-83.

CORRÊA, Josel Machado; CORRÊA, Walquiria Kruger; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. In: a problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano. **Geografia**. AGETEO, Rio Claro, v. 26, nº 1, p. 37 – 49, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Larissa (org.) **Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília – DF, 2003. Disponível em: <http://www.wwf.org> Acesso em:22 março, 2008.

DEMO, P. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio

de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

FRANCO, M.L.P.B. **O estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e qualitativa.** *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n.50, p.30-41, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA IEA/APTA. Site: <http://www.iea.sp.gov.br>. Acessado em 4 de julho de 2008.

JERÔNIMO, Fátima Behncker. **A confiança em redes:** a experiência de uma rede por sete cooperativas do setor agroalimentar no Rio Grande do Sul. 2005. 173f. (Dissertação de Mestrado) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M.de A. **Fundamentos da metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MASINI, E.F.S. Enfoque fenomenológico de pesquisa. In: Fazenda, I. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

MOREIRA, José Roberto. **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&a, 2005.

MUNICÍPIO de Barrinha. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrinha>>. Acesso em: 25 ago. 2007.
NICOLINI, F.

NICOLINI, Fabiana Alexandre Ferreira. **Estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana de Barrinha/SP diante do crescente processo de mecanização do corte.** 2007. 116 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. UNESP, Franca-SP, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Maria M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 1996.

PAUDA, Jucimara. O lado B do agronegócio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de fevereiro de 2008, caderno Ribeirão, página G 3.

RODRIGUES, Adir Balastrieri. **Turismo rural: práticas e perspectivas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** 2º ed.

São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Ponencia presentada en GT21 - DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU** – 20-24 de noviembre del 2006 - Quito, Ecuador.

Secretaria do Meio Ambiente. **Macrozoneamento das bacias dos Rios Mogi-Guaçu, Pardo e Médio Grande**. São Paulo: 1995.

SHIKI, Shiego; SILVA, José Graziano; ORTEGA, Antônio César. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Campinas: Embrapa/Unicamp, 1997.

SILVA, José Graziano. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Disponível em : <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acesso em 20 de jan. de 2006.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do Rio de álcool”**. Disponível em: <http://www.jori.ribeiraopreto.sp.gov.br/cerest/publicacoes/mar-cana.pdf>. Acesso em 9 de julho de 2008.

THIOLLENT, M.J. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de pesquisas**. São Paulo, n.49, p.45-50, maio, 1994.

TRIVIÑOS, A.N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURA, Vanderley et all. **Legislação federal sobre o meio ambiente**. 3º ed. São Paulo: Vana, 1999.

<http://www.ibge.gov.br-IBGE-cidades> - 2007

http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/jul2000/pagina10-Ju153.html

Image 2009 Digital Globe – Image 2009 Terra Metrics – Google Earth - 2009

[www .comitepg.sp.gov.br](http://www.comitepg.sp.gov.br) - 2007

www.ribeiraoeregiao.com.br/regiao_administrativa_ribeirao_preto.JPG

ANEXOS

Anexo 1 – Questionários aplicados aos 9 ranchos e à Estância Fazendinha

1- QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Rancho Fortaleza

2) Nome do proprietário: Andréia Cristina Garcia Moraes

3) Qual a área de sua propriedade? 1,5 hectare

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho?

Eu e meu marido tínhamos um comércio no município de Barrinha.

5) Atividade econômica praticada: Criação de porcos, fabricação de embutidos, criação de galinhas e chesters

6) Quanto produz mensalmente: Aproximadamente 200 quilos de embutidos; em época de festas chegamos a vender em média 20 frangos por semana; a criação de chester é recente, eles ainda são pequenos, não começamos a abatê-los.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? Eu, meu marido e meu irmão.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Sim, chamo sempre gente da minha família quando preciso.

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Somente da prefeitura por meio da feira municipal, mas fora isso a prefeitura não ajuda com nada.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos?

Vendo na feira municipal, em alguns restaurantes e também de porta em porta; encho o meu carro de aves abatidas ou outros produtos e saio vendendo de casa em casa pela cidade; acaba tudo rapidinho.

11) A renda derivada da atividade é satisfatória? Vai ao encontro das suas necessidades? Ela é satisfatória, mas poderia ficar melhor se nós todos que trabalhamos com alguma atividade aqui na área rural formássemos uma cooperativa ou algo assim.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades?

Sim, houve muito progresso, antes eu criava os porcos no rancho onde eu morava, hoje comprei esse outro rancho para criá-los isoladamente; construímos todos esses galpões; as pocilgas; as baias para as matrizes com filhotes; galpões separados para os leitões; todo o piso é cimentado; acredito que dei um grande salto, mas custou caro todo esse investimento, mas estamos recuperando aos pouco.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais?

O cuidado com o meio ambiente é grande; as pocilgas e a granja ficam bem distante do rio, mais de 150 metros; o DPRN sempre vem verificar as questões de higiene; temos fossa séptica, não jogamos os resíduos dessas atividades no rio, mesmo porque isso é considerado crime ambiental.

2 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Paraíso dos Santos

2) Nome do proprietário: José dos Santos

3) Qual a área de sua propriedade? 20 metros de frente por 130 metros de fundo.

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho?

Em uma oficina mecânica.

5) Atividade econômica praticada: Plantação de mandioca

6) Quanto produz mensalmente: Em média 120 caixas por mês.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 2
membros da família, marido e mulher.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Sim, no momento está trabalhando comigo um casal .

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Somente apoio da prefeitura por meio da feira municipal.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Vendo na feira aos domingos e no restaurante do posto de gasolina Princesa do Mogi.

11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim, a gente vive com dignidade.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades? Não mudou muita coisa para nós, continuamos plantando e vendendo praticamente a mesma quantia, para melhorar mais precisávamos de mais área.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais? Sim , temos fossa séptica no rancho; colocamos a fossa porque os outros rancheiros também colocaram depois da palestra com o advogado da Associação.

3 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

- 1) Nome do rancho: Sítio Calipal I
- 2) Nome do proprietário: Sr. Carlos
- 3) Qual a área de sua propriedade? 2,4 hectares.
- 4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho? Sempre trabalhei com hortaliças; morava na cidade, mas o terreno era pequeno, não dava para plantar muita coisa.
- 5) Atividade econômica praticada: Plantação de hortaliças e viveiros de mudas.
- 6) Quanto produz mensalmente: Aproximadamente 720 caixas.
- 7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 2 membro da família.
- 8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Eu emprego três funcionários que trabalham todos os dias nas hortas e nos viveiros.
- 9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? A prefeitura nos ajuda por meio da feira municipal.
- 10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Vendo para a feira, mas a maior parte da produção é vendida para o CEASA de Ribeirão Preto.
- 11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim, eu e minha família toda vivemos dessa atividade e ainda emprego três funcionários .
- 12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades? Sim, pois hoje tenho 2 viveiros de mudas, o que eu não possuía antigamente.
- 13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais? Sim, inclusive construí um tanque de água para irrigação, hoje gasto menos água nas hortas e nos viveiros, acho que isso é pensar no meio ambiente.

4 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Sítio César Vallera

2) Nome do proprietário: César Valera

3) Qual a área de sua propriedade? 3 hectares.

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho? Sempre vivemos na área rural; meu pai sempre morou aqui; já trabalhava e morava aqui e agora eu também trabalho aqui, mas resido em Barrinha.

5) Atividade econômica praticada: Plantação de quiabo e recentemente iniciamos a plantação de vassouras.

6) Quanto produz mensalmente: 80 caixas aproximadamente de quiabo.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 3 membros da família.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Sim, emprego um trabalhador rural e quando a procura aumenta a gente planta mais e aí precisamos de mais gente para ajudar.

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Somente a prefeitura por meio da feira municipal.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Vendo na feira aos domingos e para o sítio Calipal I que revende para o CEASA de Ribeirão Preto.

11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades?

Sim, antes eu não plantava vassoura, agora eu já investi um pouco mais e começamos essa nova atividade.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais? Sim, inclusive por ordem do DPRN estaremos plantando árvores em 20% da nossa área; a gente acha que é muita coisa, essa área vai nos fazer falta.

5 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Rancho Santa Maria

2) Nome do proprietário: José de Paula

3) Qual a área de sua propriedade? 10 metros de frente por 200 metros de fundo.

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho?

Eu tinha um bar na cidade de Barrinha.

5) Atividade econômica praticada: Plantação de berinjela e jiló.

6) Quanto produz mensalmente Aproximadamente 80 caixas.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? Duas pessoas, eu e meu irmão.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho?

Sim, no momento consegui ajuda de 3 pessoas do assentamento Horto Guarani, do município de Guatapar; não contratei ninguém, depois dividiremos a produção.

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade?

Sim, a prefeitura por meio da feira municipal.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos?

Vendo para o sítio Calipal I que revende para o CEASA de Ribeirão Preto.

11) A renda derivada da atividade  satisftria ? Vai ao encontro das suas necessidades?

A renda  satisftria, dá para a gente viver com dignidade; quando a produção aumenta a gente compra alguma coisa que está faltando para melhorar a roça.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades?

Sim, mas poderia ser melhor se a gente formasse uma cooperativa.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais?

Sim, tenho fossa séptica em meu rancho e quando estragam berinjelas e jilo eu uso tudo como esterco.

6 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Rancho Esperança.

2) Nome do proprietário: Odair Sena.

3) Qual a área de sua propriedade? 55 metros de frente por 200 metros de fundo.

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho? Eu trabalhava de soldador em outra cidade.

5) Atividade econômica praticada: Plantação de quiabo e abóbora.

6) Quanto produz mensalmente: 20 caixas.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 2 pessoas, marido e mulher.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Ainda não precisamos, porque a produção é pouca.

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Somente da prefeitura por meio da feira aos domingos.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Vendo na feira municipal de Barrinha.

11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim, mas podia ser melhor se a gente tivesse algum auxílio do governo ou da prefeitura ou formasse uma cooperativa .

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades? Acho que está do mesmo jeito.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais?

Sim, tenho fossa séptica no meu rancho, aliás, quase todo mundo tem, pois tem uma lei ambiental que obriga os ranchos a tratarem o esgoto antes de lançar no rio, mas a prefeitura não trata o esgoto do município, assim não melhora nunca.

7 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Rancho Lopes

2) Nome do proprietário: Antônio Lopes

3) Qual a área de sua propriedade? 10 metros de frente por 200 metros de fundo.

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho? Eu trabalhava na Usina Balbo.

5) Atividade econômica praticada: Criação de galinhas.

6) Quanto produz mensalmente: 40 aves abatidas.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 4 pessoas.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Não, ainda não precisei.

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Somente da prefeitura por meio da feira municipal.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Vendo na feira municipal de Barrinha.

11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim, com a renda eu consigo viver bem com minha família e assim não preciso mudar para a cidade, pois lá não tem emprego para os meus filhos.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades? Acho que sim, antes aqui tudo era mais difícil; hoje já temos energia elétrica, televisão e carro.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais? Sim, tenho fossa séptica em meu rancho.

8 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

- 1) Nome do rancho: Rancho Fundo
- 2) Nome do proprietário: Sival
- 3) Qual a área de sua propriedade? 20 metros de frente por 150 metros de fundo.
- 4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho? Trabalhava como tapeceiro na cidade.
- 5) Atividade econômica praticada: Plantação de milho verde.
- 6) Quanto produz mensalmente: Aproximadamente 80 caixas.
- 7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 2 pessoas.
- 8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Quando dá muito milho eu contrato algumas pessoas só para colher.
- 9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Somente da prefeitura por meio da feira aos domingos.
- 10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Vendo somente na feira municipal de Barrinha.
- 11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim, eu e minha família vivemos disso.
- 12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades? Acho que está melhorando, pois depois que começamos a vender na feira, a gente tem um dinheiro garantido todas as semanas.
- 13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais? Sim, tenho fossa séptica no meu rancho, assim como a maioria, agora é lei.

9 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

1) Nome do rancho: Rancho do Vicente

2) Nome do proprietário: Sr. Vicente

3) Qual a área de sua propriedade? 20 metros de frente por 200 metros de fundo.

4) Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho? Eu tinha uma mercearia na cidade de Barrinha.

5) Atividade econômica praticada: Plantação de hortaliças e legumes.

6) Quanto produz mensalmente: 20 caixas.

7) Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade? 3 pessoas.

8) Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho? Ainda não precisei.

9) Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade? Não, pois não vendo na feira municipal, acho melhor vender para o CEASA, dá para ganhar mais.

10) Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos? Para o sítio Calipal I que revende para o CEASA de Ribeirão Preto.

11) A renda derivada da atividade é satisfatória ? Vai ao encontro das suas necessidades? Sim, a gente vive disso, se não fosse isso a gente teria que trabalhar de bóia -fria, pois não tem emprego na cidade.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades?

Acho que podia melhorar; o povo aqui da área rural precisava ser mais unido e formar uma cooperativa ou coisa assim.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais?

Sim, tenho fossa séptica em meu rancho; todo mundo tem.

10 - QUESTIONÁRIO ABERTO – PESQUISA DE CAMPO

- 1) **Nome do estabelecimento:** Estância Fazendinha
- 2) **Nome do proprietário:** Analise Freisleben e Rodolfo Mucha.
- 3) **Qual a área de sua propriedade?** 12.10.00 hectares.
- 4) **Onde vivia e em que trabalhava antes de se mudar para o rancho?** Vivíamos no Rio Grande do Sul; já trabalhamos muito com dragas para retirar areia de rios.
- 5) **Atividade econômica praticada:** Criação de tilápias, carpas, pacús, matrinchãs, tambaquis, curimbas e cascudos. Temos um restaurante e trabalhamos com turismo rural. Recebemos visitantes de toda a região e da capital; temos como hospedá-los, pois temos 10 bangalôs.
- 6) **Quanto produz mensalmente:** Aproximadamente 320 quilos de peixes. Servimos por mês em média 1.600 refeições em nosso restaurante.
- 7) **Quantos membros da família estão envolvidos com essa atividade?** 4 pessoas da família tomam conta de tudo, mas temos muitos funcionários.
- 8) **Costuma lançar mão da ajuda de terceiros quando há maior intensidade de trabalho?** Empregamos diariamente 20 funcionários, quando há casamento no restaurante contratamos mais gente. Quando recebemos escolas particulares contratamos professores e monitores inclusive de outras fazendas que trabalham com turismo rural.
- 9) **Há auxílio de políticas públicas para realização dessa atividade?** Infelizmente não; a prefeitura nunca nos ajudou; não cuida da estrada, isso dificulta a entrada de ônibus, principalmente depois que chove a estrada fica totalmente imprópria para ônibus, e a gente vive disso.
- 10) **Em relação ao mercado consumidor, para quem vende sua produção e ou produtos?** Vendo os peixes na própria estância. Em relação ao restaurante recebemos muitos turistas da região nos finais de semana; durante a semana o restaurante é muito procurado por funcionários e gerentes da usina da região; há também as escolas particulares que trazem seus alunos para passarem o dia e consomem as refeições e outras coisas do restaurante, como refrigerantes e salgadinhos. Também recebemos hóspedes em nossos bangalôs nos finais de semana.
- 11) **A renda derivada da atividade é satisfatória? Vai ao encontro das suas necessidades?** Sim, além de manter essa propriedade, manter minha família, ainda

dou emprego para 20 funcionários.

12) Houve progresso nos últimos dois anos em relação às atividades?

Sim, muito progresso a partir do momento que começamos a receber alunos de escolas particulares. Depois da construção dos bangalôs a nossa renda aumentou. Poderia ser melhor ainda se a gente tivesse uma prefeitura comprometida com o turismo rural, tudo melhoraria muito, mas infelizmente a prefeitura sempre foi ausente nessa questão.

13) Ao praticar a atividade econômica preocupa-se com as questões ambientais? Sim, temos fossas sépticas em nossa estância; estamos recuperando a mata ciliar com árvores apropriadas; fazemos tudo o que é preciso, mas a prefeitura não trata o esgoto do município, ele é lançado “in natura” no rio e o nosso principal ponto turístico é o rio; a prefeitura podia pelo menos cuidar disso.

Anexo 2



LEI Nº. 1663, DE 25 DE JUNHO DE 2001

“Estabelece o perímetro urbano do município de Barrinha e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRINHA, SR. **MARCOS APARECIDO MARCARI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA**, aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte Lei:

Artigo 1º. - O perímetro urbano do Município de Barrinha, fica estabelecido de acordo com a seguinte descrição perimétrica:

“POLÍGONO “1” – PRINCIPAL (CIDADE): Começa no MP-1, situado na confluência da Avenida Presidente Costa e Silva, cruzamento com o leito da FERROBAN e Avenida Felipe Daher, caminhando no sentido cidade ponte do Rio Mogi-Guaçu, numa distância de 1.680,00 metros até o MP-2; daí caminha pela margem direita no sentido contrário do correr das águas do Rio Mogi Guaçu, até a ponte da Rodovia SP-333 “Carlos Tonani”, até o MP-3, numa distância de 2.040,00 metros; daí, caminhando pela cerca da Faixa de Domínio do DER (SP-333 “Carlos Tonani”), no sentido Jaboticabal-Ribeirão Preto, numa distância de 3.320,00 metros até o MP-4; daí, deflete à esquerda e caminhando em linha reta numa distância de 1.250,00 metros até o MP-5; daí, deflete à esquerda e caminhando em linha reta numa distância de 2.150,00 metros, até o MP-6, situado junto a cerca do leito da FERROBAN; daí, deflete à esquerda e caminhando pela cerca do leito da FERROBAN, numa distância de 1.760,00 metros, até o MP-1, que é o marco inicial do **NOVO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE BARRINHA**”.

“POLÍGONO “2” (CHÁCARAS DE RECREIO) – RIO MOGI-GUAÇÚ: Tem início na ponte sobre o Rio Mogi-Guaçu, MP-1, na margem direita do referido Rio Mogi-Guaçu, no sentido do correr das águas, daí do MP-1, segue rio acima, numa distância de 6.000,00m. (seis mil metros) , até o MP-2; daí, deflete à esquerda numa distância de 200,00m. (duzentos metros), até o MP-3, daí do MP-3 deflete à esquerda numa distância de 2.000,00 m (dois mil metros) até encontrar a cerca do leito da FEPASA, MP-4, daí do MP-4 segue pela referida cerca numa distância de 2.450,00 m (dois mil, quatrocentos e cinquenta metros) até o MP-5, daí, do MP-5 segue



numa distância de 950,00 m (novecentos e cinquenta metros) até a cerca divisória da faixa de domínio do D.E.R. (SP -333), até o MP-6, daí do MP-6 deflete à esquerda e seguindo pela referida cerca numa distância de 200,00m (duzentos metros) até encontrar o ponto de partida do perímetro ora descrito MP-1”.

POLÍGONO “3” (CHÁCARAS DE RECREIO) - FAZENDA IPÊ: Tem início no MP-1 situado à margem direita da via de acesso à Barrinha numa distância de 1.000,00 m (hum mil metros) da cerca divisória da CPFL (subestação); daí segue numa distância de 1.200,00 m (hum mil e duzentos metros) até o MP-2; daí segue numa distância de 980,00 m (novecentos e oitenta metros) até alcançar a margem esquerda do Ribeirão da Onça, MP-3; daí, segue pela margem esquerda do Ribeirão da Onça, numa distância de 1.500,00 m (hum mil e quinhentos metros) até encontrar a desembocadura do Córrego do Acácio MP-4; daí segue pela margem direita do Córrego do Acácio numa distância de 2.300,00 m (dois mil e trezentos metros) até o MP-1 encerrando assim o perímetro ora descrito”.

POLÍGONO “4” (CHÁCARAS DE RECREIO) - SÍTIO SANTA ZULMIRA: Partindo do MP-1 localizado à margem da Estrada Municipal para o Barranco Vermelho; daí, segue pela referida Estrada Municipal para o Barranco Vermelho, numa distância de 200,00 metros até o MP-2; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 670,00 metros até o MP-3; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 325,00 metros até o MP-4; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 415,00 metros até o marco inicial MP-1, encerrando assim o perímetro ora descrito”.

POLÍGONO “5” (CHÁCARAS DE RECREIO) - SÍTIO PIQUIRI - GLEBA 4: Partindo do MP-1 localizado à margem esquerda da Estrada Vicinal Pelegrino Marcos Guidi; daí, segue pela referida Estrada Vicinal, numa distância de 58,07 metros até o MP-2; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 1.336,90 metros, com um rumo de 75°03’03”SE, até o ponto MP-3; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 216,54 metros, margeando o Córrego do Piquiri até o MP-4; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 1.295,50 metros, com um rumo de 40°44’17”NW, até o MP-5; daí, deflete à esquerda e segue numa distância de 71,65 metros, com um rumo de 67°23’49”NW, até o marco inicial MP-1, encerrando assim o perímetro ora descrito”.



Artigo 2º. - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei Municipal nº. 1.633, de 24 de março de 2000.

Barrinha, 25 de junho de 2001


MARCOS APARECIDO MARCARI
Prefeito Municipal

Publicada, registrada e afixada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Barrinha, na data supra.


PATRICIA BALLERA VENDRAMINI
Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Anexo 3

ESTATUTO SOCIAL DA "ASSOCIAÇÃO BARRINHENSE PRINCESA DO MOGI"

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS, OBJETIVOS E DURAÇÃO

Artigo 1º - Sob a denominação de "**ASSOCIAÇÃO BARRINHENSE PRINCESA DO MOGI**", fica constituída uma associação civil, pela união de pessoas que se organizam sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Artigo 2º - A sede da associação será na Av. Dr. Gumercindo Velludo, 572, Centro, em Barrinha, SP, Cep. 14860-000.

Artigo 3º - A associação terá como finalidade principal a proteção ao meio ambiente, promovendo a integração e colaboração de rancheiros, sitiantes e chacareiros, junto a seus membros e associados.

Artigo 4º - A duração da associação é por prazo indeterminado.

Documento Microfilmado

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Artigo 5º - São requisitos para a **admissão** dos associados:

5.1 - Não possuem impedimentos legais;

5.2- Preenchimento de formulário próprio, endereçado ao Presidente da Associação, requerendo sua filiação como associado;

5.3 - Admissão e aprovação do pedido pela Diretoria da Associação;

5.4- Pagamento e manutenção em dia das contribuições mensais estipuladas pela assembléia geral e fiel obediência ao estatuto e deliberações da associação.

Artigo 6º - São requisitos para a **demissão e exclusão** dos associados:

6.1 - O cometimento de falta grave pelo associado, no exercício de suas funções dentro da associação, acarretará a instauração de procedimento para a apuração do fato pela Diretoria Executiva, podendo ocasionar o afastamento temporário dependendo do resultado do procedimento ou a exclusão do referido associado do quadro associativo.

6.2 - A exclusão do associado só será admissível havendo justa causa, obedecendo o disposto no artigo anterior, podendo ocorrer ainda se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos associados na Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.

6.3 - A desídia, a impontualidade e o desrespeito aos demais associados e aos preceitos da Associação, acarretará em advertência escrita ao associado, podendo em casos extremos ocasionar ainda, o afastamento temporário do mesmo, mediante parecer da Diretoria Executiva para tal fim.

Nº 4802
Registro de Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas de São José do Rio Preto

[Handwritten signatures]

6.4 - Sendo decretada a exclusão do associado, caberá recurso dessa decisão endereçado à Assembléia Geral.

Artigo 7º - Não haverá entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Artigo 8º - São direitos dos associados:

8.1 - Participarem ativamente das decisões comuns, opinando e trabalhando em conjunto com os demais membros;

8.2 - Utilizarem as instalações da sede da Associação, bem como, participarem dos cursos, palestras, seminários e debates promovidos em função da Associação;

8.3 - Solicitarem reuniões extraordinárias, sempre que julgarem necessário;

8.4 - Usufruírem os materiais didáticos e de trabalho da Associação;

8.5 - A intransmissibilidade do cargo de associado, ainda que ele seja titular de quota de patrimônio da associação;

8.6 - Não serem impedidos de exercerem seus direitos ou funções que lhe tenham sido legitimamente conferido, a não ser em casos previstos no estatuto;

8.7 - Serem tratados com o dever de urbanidade comum à todos os associados.

Artigo 9º - São deveres dos associados:

9.1 - Comparecerem às reuniões, mantendo-se informado e participativo dos assuntos em pauta, bem como das decisões realizadas pela Associação;

9.2 - Atuarem efetivamente nos trabalhos realizados pela Associação;

9.3 - Manter o senso de companheirismo entre os associados, tratando todos com respeito e urbanidade.

Artigo 10º - A fonte de recursos para a manutenção da Associação será feita primeiramente através de contribuição mensal dos associados, no valor de R\$ 10,00 (dez reais), a serem pagos ao 1º ou 2º Tesoureiro, mediante recibo e balancete mensal das contas da Associação e secundariamente com trabalhos realizados pelos associados em função da Associação, que poderão trazer recursos, através de esforços e empenho comum dos associados.

Artigo 11º - Ficam criadas 03 (três) categorias de associados, à saber:

11.1 - Associados contribuintes: aqueles que concorrem para despesas comuns;

11.2 - Associados beneméritos: dignos de louvores por serviços relevantes;

11.3 - Associados honorários: dignos de honras.

Artigo 12º - Somente terão direito a voto na assembléia os associados da categoria contribuintes.

Documento Microfilmado

Nº 4802-15
30
Registro de Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas de São Paulo

Artigo 13º - Os associados com direito a voto poderão (ou não) votar por procuração, passada individual ou coletivamente a um dos demais associados com direito a voto.

Artigo 14º - Os membros da associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III - DA DIRETORIA

Artigo 15º - O modo de constituição e funcionamento dos órgãos executivos e administrativos da Associação se dará por meio de Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que trabalharão em conjunto e mediante a ocupação de cargos pelos associados.

Artigo 16º - A associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 05 (cinco) anos, podendo ser reeleita por 02 (dois) períodos consecutivos.

Artigo 17º - A Diretoria Executiva será composta dos seguintes cargos diretores:

- 17.1 - Diretor Presidente
- 17.2 - Diretor Vice-Presidente
- 17.3 - 1º Diretor Secretário
- 17.4 - 2º Diretor Secretário
- 17.5 - 1º Diretor Tesoureiro
- 17.6 - 2º Diretor Tesoureiro
- 17.7 - 1º Diretor de Patrimônio
- 17.8 - 2º Diretor de Patrimônio

Documento Microfilmado

Nº 4802 Fls. 11
Registro de Títulos e Documentos
e Pessoa Jurídica de São Paulo

Artigo 18º - São competências da Diretoria Executiva:

- I - Elaborar programa anual de atividades e executá-las.
- II - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral relatório anual.
- III - Buscar o entrosamento com instituições públicas para a colaboração em atividades de interesse comum.
- IV - Decidir contratos, convênios e semelhantes em órgãos públicos e privados.

18.1 - Do Diretor Presidente: Resolver os assuntos internos e externos da Associação, em conjunto com os demais membros, tendo como base primordial os interesses e finalidades que norteiam a presente Associação, podendo nomear e exonerar cargos, após aprovação da maioria qualificada da Associação.

18.2 - Do Diretor Vice-Presidente: Trabalhar em conjunto com o Diretor Presidente, substituindo-o em casos necessários.

18.3 - **Do 1º Diretor Secretário:** Secretariar a parte administrativa da Associação, convocar membros para as reuniões e assembléias, relatar atas e documentos da Associação.

18.4 - **Do 2º Diretor Secretário:** Trabalhar em conjunto com o 1º Diretor Secretário, substituindo-o em casos necessários.

18.5 - **Do 1º Diretor Tesoureiro:** Responsabilidade pela parte financeira da Associação, recebimento e cobrança de mensalidades, emissão de relatório e balancete financeiro mensal.

18.6 - **Do 2º Diretor Tesoureiro:** Trabalhar em conjunto com o 1º Diretor Tesoureiro, substituindo-o em casos necessários.

18.7 - **Do 1º Diretor de Patrimônio:** Zelar pelo patrimônio da Associação, emitindo laudo e parecer quando houver aquisição ou doação de todo e qualquer patrimônio à Associação.

18.8 - **Do 2º Diretor de Patrimônio:** Trabalhar em conjunto com o 1º Diretor de Patrimônio, substituindo-o em casos necessários.

Artigo 19º - Caberá ao Diretor Presidente, isoladamente ou em conjunto com o Diretor Tesoureiro, representar a associação ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente.

Artigo 20º - Nenhum membro da diretoria será remunerado para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições.

Documento Microfilmado

Nº 4802
Registro de Títulos e Documentos
e Passos Jurídicos de São Paulo

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros titulares, cada um dos quais com um suplente, associado ou não, e eleitos anualmente pela assembléia geral da associação, sendo:

- 21.1 - 1º Membro Titular
- 21.2 - 1º Membro Suplente
- 21.3 - 2º Membro Titular
- 21.4 - 2º Membro Suplente
- 21.5 - 3º Membro Titular
- 21.6 - 3º Membro Suplente

Artigo 22º - São competências do Conselho Fiscal:

- I - Examinar livros e escrituração do Conselho.
- II - Examinar balancete semestral e apresentá-los.
- III - Opinar sobre aquisição e alienação de bens.

22.1 - 1º Membro Titular- Analisar as referências contábeis apresentadas, bem como análise de documentos, projetos encaminhados à associação;

22.2 - 1º Membro Suplente - Trabalhar em conjunto com o 1º Membro Titular, substituindo-o em casos necessários.

22.3 - 2º Membro Titular- Avaliar o desempenho das atividades, cursos e eventos realizados pela associação;

22.4 - 2º Membro Suplente - Trabalhar em conjunto com o 2º Membro Titular, substituindo-o em casos necessários.

22.5 - 3º Membro Titular- Emitir parecer e laudo sobre as referidas atividades;

22.6 - 3º Membro Suplente - Trabalhar em conjunto com o 3º Membro Titular, substituindo-o em casos necessários.

Artigo 23º - O Conselho Fiscal tem além das atribuições especificadas, os poderes que são conferidos por lei.

Artigo 24º - Os membros titulares do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão os seus cargos até a primeira assembléia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Artigo 25º - Os membros do Conselho Fiscal, associados ou não, desempenharão as suas funções e atribuições, sem remuneração.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 26º - As assembléias gerais serão ordinárias, com reunião no dia 05 (cinco) de Janeiro de cada ano.

Artigo 27º - Compete privativamente à Assembléia Geral: Documento Microfilmado

- 27.1. - Eleger a Diretoria Executiva;
- 27.2 - Eleger o Conselho Fiscal;
- 27.3 - Destituir a Diretoria Executiva;
- 27.4 Destituir o Conselho Fiscal;
- 27.5. - Aprovar as contas;
- 27.6. - Alterar o estatuto social.

NP 4802 13
Registro de Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas de São Paulo

Artigo 28º - Para as deliberações do artigo anterior, nos incisos 27.1, 27.2, 27.3, 27.4 e 27.6, será exigido o voto de concordância da maioria qualificada, sendo de 2/3 (dois terços), o quorum necessário, presente à assembléia especialmente convocada para tal fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associado, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Artigo 29º - A forma de convocação para as assembléias gerais será na forma do Estatuto, através de Edital de Convocação e Notificação Pessoal aos associados, com 15 (quinze) dias de antecedência, garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la, devendo ser divulgado através de imprensa local e na sede da Associação.

Artigo 30º - As assembléias gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos ou renúncia dos associados em exercício.

Artigo 31º - As assembléias gerais serão dirigidas pelo Diretor Presidente da associação, que convidará um ou dois dos associados presentes para servir de secretário (s), na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO

Artigo 32º - O patrimônio social será constituído das contribuições mensais dos seus associados, doações, subvenções e legados.

Artigo 33º - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

CAPÍTULO VII - DAS ALTERAÇÕES

Artigo 34º - As disposições estatutárias poderão ser modificadas através de votação com deliberação da maioria qualificada, sendo de 2/3 (dois terços) o quorum necessário para a votação.

Artigo 35º - As modificações estatutárias deverão ser fundamentadas e analisadas antes da votação, especificando a necessidade de mudança, para que se proceda à votação, levando-se em conta preliminarmente os interesses da Associação.

Documento Microfilmado

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 36º - O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Nº 4802
14
Registro de Títulos e Documentos
e Pessoa Jurídica de Serfózinho

Artigo 37º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações dos recursos.

CAPÍTULO VIII - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO

Artigo 38º - A associação poderá ser extinta por deliberação da maioria qualificada de seus membros, sendo de 2/3 (dois terços) o quorum necessário para a dissolução, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembléia geral extraordinária para tal fim.

Artigo 39º - A associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Artigo 40º - No caso de extinção, competirá à assembléia geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação.

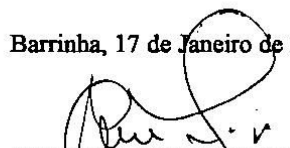
Artigo 41º - Sendo dissolvida a Associação, o remanescente do patrimônio líquido, depois de deduzidas as frações que porventura houver dos associados, será destinado a entidade de fins não econômicos a ser deliberado pela maioria qualificada dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS


Artigo 42º - Os casos omissos serão resolvidos pela maioria dos associados, em reunião extraordinária, com quorum da maioria qualificada para deliberação.

Artigo 43º - Fica eleito o foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste estatuto.

Barrinha, 17 de Janeiro de 2005.



ANALICE FREISLEBEM
Presidente da Assembléia

Associados:


ALVANILDO ALVES DE SOUZA

Documento Microfilmado

Nº 4802 Fl. 13
Registro de Títulos e Documentos
e Pessoa Jurídica de Seretazinho


PEDRO GUSTAVO DANELON
Secretário da Assembléia

AMAUURI DE JESUS LIBERATO DO AMARAL

ANALICE FREISLEBEN

ANDREIA CRISTINA GARCIA GIL DE MORAES

EDSON GERENA

EDUARDO ANTONIO DANELON

FRANCISCO ANGELO CHAGURI

ISRAEL RIBEIRO

IVANIR MERLI

JOSÉ JOCELINO VALÉRIO

MILTON FERREIRA DE MORAES

PAULO EDUARDO UBIDA

PEDRO GUSTAVO DANELON

SILVIO FERREIRA DA SILVA

VICENTE DE PAULA MARTINS DA SILVA

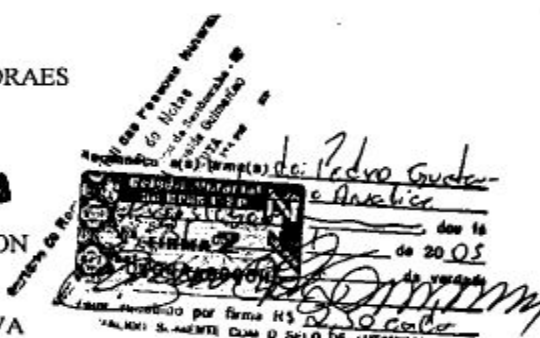
ANALICE FREISLEBEN
Presidente da Associação

LUCIANA MARTINS DA SILVA
OAB/SP 184.412

Documento Microfilmado

Nº 4802

Registro de Títulos e Documentos
Pessoas Jurídicas de São Paulo



OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Certifico que o título foi prenotado em 30/06/2005, sob nº 2465, do livro 1-B, registrado em 11/07/2005, sob nº 2.064, do livro A e microfilmado - filme nº 4.802.
Circ. Substituto: Luiz Antonio Meracjo
Serviço R\$ 41,56 + Imposto R\$ 11,81 + Imp. R\$ 8,75 R. Civil R\$ 2,19+ T.J. R\$ 2,19 + Microfilme R\$ 4,50 = Total R\$ 71,99

Anexo 4

PROJETO DE DESMEMBRAMENTO F.02

REGULARIZAÇÃO DE UM DESMEMBRAMENTO
 OBJ.:
ANALISE FREISLEBEN
 PROP.:
ESTRADA MUNICIPAL BARRANCO VERMELHO
 LOCAL:
BARRINHA – ESTADO DE SÃO PAULO
 CIDADE ESTADO



PROPRIETÁRIA:

 ANALISE FREISLEBEN

RESPONSÁVEL TÉCNICO
 CREA: 060117000/D LUIS CARLOS DE OLIVEIRA
 ART: ENG. AGRIMENSOR

ÁREAS : ÁREA TOTAL = 139.150,01 m² ou 5,75

ÁREA	"01"	=	2.433,40 m ²
ÁREA	"02"	=	2.532,27 m ²
ÁREA	"03"	=	2.610,30 m ²
ÁREA	"04"	=	2.693,27 m ²
ÁREA	"05"	=	2.786,92 m ²
ÁREA	"06"	=	2.985,18 m ²
ÁREA	"07"	=	3.189,02 m ²
ÁREA	"08"	=	3.405,82 m ²
ÁREA	"09"	=	7.055,90 m ²
ÁREA	"10"	=	3.777,14 m ²
ÁREA	"11"	=	3.886,77 m ²
ÁREA	"12"	=	2.974,87 m ²
ÁREA	"13"	=	4.224,46 m ²
ÁREA	"14"	=	2.997,75 m ²
ÁREA	"15"	=	4.094,48 m ²
ÁREA	"16"	=	4.133,48 m ²
ÁREA	"17"	=	11.730,37 m ²
ÁREA	"18"	=	3.845,82 m ²
ÁREA	"19"	=	3.989,22 m ²
ÁREA	"20"	=	3.081,75 m ²
ÁREA	"21"	=	11.718,99 m ²
ÁREA	"22"	=	2.625,12 m ²
ÁREA	"23"	=	3.303,52 m ²
ÁREA	"24"	=	3.154,32 m ²
ÁREA	"25"	=	3.689,66 m ²
ÁREA	"26"	=	5.677,12 m ²
ÁREA	"27"	=	5.458,43 m ²
ÁREA	"28"	=	2.837,80 m ²
ÁREA	"29"	=	2.768,82 m ²
ÁREA	"30"	=	4.728,93 m ²
ÁREA	"31"	=	2.868,26 m ²
ÁREA EST. AMB. (ÁREA PRIVATIVA)		=	11.890,85

DESENHO EXECUTADO PELO SISTEMA AutoCAD, NÃO POSSUINDO EMENDAS, NEM RASURAS.

ESCALA: 1 : 2.000 DATA : agosto/2001

